


Unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ROBERT LEANDRO SILVA FREITAS

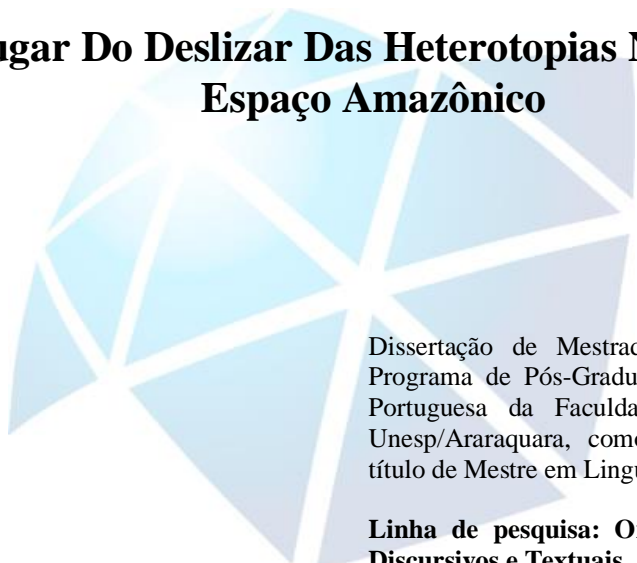
**RIO: O Lugar Do Deslizar Das Heterotopias Na Construção Do
Espaço Amazônico**



ARARAQUARA – SP
2023

ROBERT LEANDRO SILVA FREITAS

RIO: O Lugar Do Deslizar Das Heterotopias Na Construção Do Espaço Amazônico



Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos André Dantas da Cunha.

ARARAQUARA – SP
2023

F866r

Freitas, Robert Leandro Silva

Rio: : O Lugar Do Deslizar Das Heterotopias Na Construção Do Espaço Amazônico / Robert Leandro Silva Freitas. -- Araraquara, 2023

171 f. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

Coorientadora: Marcos André Dantas da Cunha

1. Belém do Pará. 2. Grafites. 3. Heterotopias. 4. Rios. 5. Turismo.
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ROBERT LEANDRO SILVA FREITAS

RIO: O Lugar Do Deslizar Das Heterotopias Na Construção Do Espaço Amazônico

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos André Dantas da Cunha.

Data da defesa: 15/05/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.
(FCL-UNESP-Ar)

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Marisa Martins Gama-Khalil
(UFU)

Membro Titular: Prof. Dr. Rafael Marcúrio da Cól
(UFNT)

Membro Suplente: Prof^a. Dr^a. Mônica da Silva Cruz
(UFMA)

Membro Suplente: Prof. Dr. Welton Diego Carmim Lavareda
(UFPA)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico essa dissertação à Helena Silva Freitas (In Memoriam), que passou os últimos 2 anos de sua vida costurando e fazendo palavras cruzadas ao lado da mesa onde esse trabalho foi construído.

AGRADECIMENTOS

Na vida, não há nada mais poderoso que nossas histórias. A memória é poderosa, pois aciona afetos, saudades e mobiliza energias em função de um passado significativo. Tive um hiato de 5 anos entre a graduação e o início do mestrado; durante esse tempo, colhi experiências em sala de aula e trouxe para minha vida pessoas que serão eternas, já que constituem um arquivo de memória apaixonante. Em 2019, passei a alimentar uma energia de retornar à academia, porque sentia que ela é lugar de morada de inúmeros sentidos de felicidades, principalmente, em minha vida.

Dessa maneira, este projeto começou a ser pensado em setembro de 2020, quando conversava com meu coorientador sobre anseios que eu alimentava de entrar no mestrado e desenvolver uma pesquisa de impacto na Amazônia. A seleção veio no final do mesmo mês em que tive essa conversa, o projeto foi desenvolvido, assim como meu memorial de entrada no programa. As etapas foram sendo vencidas e, no dia 12/02/2021, o meu nome integrava a lista de aprovados no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Unesp/Araraquara.

Eu tive a honra de, nesses dois anos, ser orientado por duas pessoas preciosíssimas em minha vida: Rosário Gregolin – minha tão amada orientadora e o ser mais generoso que conheço – e Marcos André – meu coorientador e pai acadêmico. Juntos, formamos uma tríade de sustentação para pensar, questionar, analisar a Amazônia de modo contundente para aquilo que se desvelou dessa pesquisa. Nela, o espaço amazônico é mais que um objeto, é um lugar que coexiste a nós três.

Cabe aqui lembrar de pessoas que são preciosas para mim e que entenderam o meu distanciamento diante de alguns momentos de pesquisa:

Agradeço, fortemente, a Deus por me tornar um ser espiritualizado e não religioso, por me fazer desacelerar em momentos de aflição e por me proporcionar sabedoria e lucidez para enfrentar situações tempestuosas que surgiram ao longo dos momentos de escritas dessa dissertação.

À minha eterna Avó: Helena Silva Freitas (In Memoriam), muito obrigado. A quem dedico essa dissertação, pois desde minha entrada na Unesp até o último momento de sua vida mencionava, diariamente, que iria a Araraquara colocar o capelo de mestre em minha cabeça e que queria conhecer minha orientadora. Enquanto escrevia essa dissertação, foi acometida com câncer no estômago e passou parte do tratamento ao meu lado realizando palavras cruzadas enquanto eu escrevia essa pesquisa.

À minha Mãe – Dona Nilde – e meu Pai – Seu Antônio Andrade – que surgem como meu porto seguro para momentos difíceis e que, aparentemente, não possuem sentido e solução. Vocês tinham tudo para serem os pais mais preconceituosos do mundo, mas decidiram cultivar o amor, a compaixão, o carinho, em detrimento de dogmas absurdos que são alimentados por muitas igrejas evangélicas de nosso país. Obrigado por escolherem amar... me amar.

À minha Irmã Djerley, à minha prima Amanda e àquelas que amo exosfericamente: Lara e pequena Helena. Todo o meu esforço acadêmico é em função de vocês, a quem tanto anseio dar condições de vida melhores. Nós somos além daquilo que agimos e que pensamos, pois somos família.

Aos meus Amigos Paraenses lindos: Lady, por sempre ser minha defensora e por ter as palavras certas nos momentos certos; Alex, por sempre me ouvir; Lorrana, pela paciência preciosa que tens; Dayane Martins, por ser sonhadora; Alberto Vinicius, por ser o amigo com sonhos mais próximos aos meus; Nelma Queiroz, pela bondade nata; Thayssa Raz, por me emprestar o notebook sempre que precisava; Tiago Zircon, por ser meu oráculo; João Sena, pela nossa história; Deyvid, por me mostrar as belezas de Vigia de Nazaré; Cláudia Barbosa, por me ensinar a ser didático; Viviane Souza, por acreditar que é possível um mundo feito de: *bora?*, *bora!*; Robledo Jr., por me ensinar a valorizar o básico e o sofisticado; Ana Júlia, pela pureza e os babados sempre compartilhados; Mário Henrique, por ser meu advogado; Sofia Sewnarine, pelos beijos nos *rolês*; Luana Larissa, por sua lealdade; Josiel Ribeiro, por sempre buscar estar comigo; Gabriel Castro, pela beleza de tua escuta; Maycon Oliveira, pelos sonhos de menino; Léo Penteado, por compartilhar gostos musicais; João Victor Rodrigues, por ser o meu filho que tanto amo; Camila Campos, por me brigar com compaixão; Ana Luiza, por acreditar que tudo é possível; Amanda Cunha, pelos sonhos de mochila; e Matheus Albuquerque, que sempre encontra sentido no ato de ensinar.

À Socorro Barreto que é um poço de conhecimento e humildade. Socorro, eu lembro quando você, ainda no ensino médio, veio à escola Marieta Emmi falar sobre o produzir pesquisa no ensino médio. Ali, eu não imaginava que a pesquisa me abraçaria ao ponto de tecer realidades de sentido e fascínio em minha vida. Muito obrigado por estar no momento certo e na hora certa e por me direcionar os textos de base geográfica que compõem essa pesquisa.

Aos mais incríveis petistas do Sul do Brasil: Léo Boschi, pelos vídeos que oxigenizam meu cérebro diariamente; Davi Almeida, que é mega generoso e grande por isso; Agnaldo Knevez, pelos conselhos necessários; Pedro Dharma, pela beleza de tuas traduções; Tieli Neto, por dividir sonhos parecidos; Tiago Knevez, pelos melhores churrascos; Mariza Knevez, por ser a irmã braba que no fundo possui uma doçura incrível; Sívio Witt, por me levar aos jogos

do melhor time do mundo: Inter; por fim, àquela que é a gaúcha mais apaixonada e emocionada do mundo: Dona Enaide.

Às minhas Chefes: Izabel Teles, Alreny Rocha, Elen Alves, Patrícia Miranda, Suzana e Ana Cristina Faro, que sempre foram compreensivas quando precisava estar em Araraquara, realizando coleta de pesquisa ou em algum evento acadêmico no Brasil. Muito obrigado por me protegerem daqueles que se vestem de inveja no serviço público.

Aos amigos da Mahikari: Rafael, Tuanne, Saul, Gabi, Jheniffer, Tálita Santos e a todo grupo de jovens da Sukyo Mahikari de Belém do Pará. Vocês transformam meus momentos de fé em encontros de devoção divina com o sagrado.

Aos amigos do Budismo: Marcel, Rodrigo, Adriele, Gustavo, Patrícia, Raquel, Marcelo Nicolodi, Acibethania e a todos que me ajudam a entender o Dharma e aplicá-lo em minha vida cotidiana. Meditar em Sanga me permite conectar com a energia de cada um e sentir a onda límpida de equanimidade que perpassa nossos mantras e interliga nossas relações cotidianas ao ponto delas se tornarem lúcidas e agradáveis. O budismo salvou a minha vida!

Aos Professores Unesp/Araraquara: Jean Cristus Portela, Matheus Nogueira Schwartzmann, Marina Mendonça Luciane de Paula, Maria Helena Moura (*in Memoriam*) etc. que tanto contribuíram para os conhecimentos adquiridos ao longo desses dois anos na Unesp/Araraquara. A semiótica, a análise dialógica do discurso e a gramática funcionalista possuem novos sentidos em minha vida. Gratidão eterna.

Aos professores do grupo de trabalho da Anpoll denominado Estudos discursivos Foucaultinos: Luzmara Curcino, por ter participado como debatedora do meu trabalho em um dos Selin's que participei; Regina Baracuhy, com uma relevante ajuda na compreensão do conceito de cidade; Ivania Neves, pelas valiosas contribuições trazidas na minha qualificação; e Denise Witzel, que me auxilia metodologicamente sempre que pode.

Aos amigos do Gedispa: Marcela Castro, por ser vestida de afeto e compaixão mesmo em meio à aceleração de uma mãe atípica; Tatiara, que é doce e atenta a tudo que acontece em sua volta; Rafael, ameríndio, tapuio que sorri e encanta a todos com seus momentos geek's.

Aos amigos do Geada/Araraquara: Rafael, Diego, Paola, Marcos Vinicius, Ofélia, Cristina e Patrícia, pelo debate, contribuição, partilha, aprendizado em nossos encontros ao longo dos eventos do Brasil e de nossa sintonia afetiva em Araraquara durante o período do Selin. Eu sou muito feliz em ser GEADA!

Aos Professores: Mônica Cruz, por aceitar integrar a avaliação suplente dessa dissertação e por estabelecer laços afetivos com essa pesquisa; e ao Professor Welton Lavareda – detentor de uma oratória invejável. Esses escritos precisam do seu olhar, professor, pois além

dele ser genuíno, o seu olhar consegue ser profundo e necessário como sua existência no mundo acadêmico.

Em especial, à banca que foi escolhida com tanto carinho para analisar essa pesquisa: Prof. Dr. Rafael da Cól (UFNT), pela preciosidade das aulas de Francês e pelo olhar detalhado dado a essa escrita; e à Prof^a. Dr^a. Marisa Gama-Khalil, por ser tão doce em suas contribuições, desde quando essa pesquisa estava em sua etapa inicial até sua conclusão. Professora, tê-la como apreciadora desses escritos é de uma honra inatingível.

Ao Professor Coorientador Marcos André Dantas da Cunha, que sempre me acompanhou desde minha iniciação científica. Para mim, professor, dizer que lhe amo é tão pouco diante da magnitude do sentimento que há em mim em relação a toda história de 11 anos que possuímos juntos. Nossa relação advém de outras vidas e, com certeza, até alcançarmos a iluminação, ter o senhor, aqui, tão perto, é um presente divino.

Por fim, pela dimensão da importância, quero agradecer à minha sagrada Orientadora Prof^a. Dr^a. Rosário Gregolin. A sua entrada em minha vida possui uma representatividade que beira o divino. Minha avó pode não a ter conhecido, mas quero muito estender a gratidão dela e de toda minha família por esse acolhimento tão digno de uma mãe (pietá) que a senhora teve/tem por mim. Eu tenho um orgulho tão grande em ser seu orientando! Por trazer de volta à minha vida a beleza que é estar na universidade, produzindo pesquisa e desenvolvendo trajetórias de felicidades. Eu amo dizer que minha escrita é uma extensão linda de seus horizontes de orientação. Obrigado por esse abraço, professora.

“Esse rio é minha rua,
minha e tua mururé,
piso no peito da lua,
deito no chão da maré.”

Paulo André e Ruy Barata (1979).

RESUMO

Essa dissertação de mestrado busca analisar a forma como o Rio Guamá e seus espaços heterotópicos desenvolvem formas de olhar e construir a cidade de Belém a partir do contato que a cidade possui com seus rios. Dessa forma, tomamos como objetivos específicos desta produção: i) Explicar, a partir de Foucault, que deduzimos que o rio, ao se fragmentar em ‘furos’, pode ser considerado uma heterotopia de passagem; ii) Compreender como se materializa a relação de Saber-Poder entre os moradores da ilha do Combu e os sujeitos que frequentam a ilha a partir do que é dito e do que se silencia sobre essa relação na web; iii) Compilar e analisar, em temáticas recorrentes e dispersas, o que se faz impresso nas paredes das casas que foram contempladas pelo projeto Street River; iv) Analisar as relações de saber e poder em repetição e dispersão a partir das materialidades artísticas – produzidas pelo outro – inscritas nas fachadas das casas. Com tal norteamiento, esta pesquisa utiliza o método arqueogenealógico estudados por Gregolin & Neves (2021) para poder enxergar como a relação de Saber-Poder se mobiliza para construir a ilha do Combu a partir do furo que dá nome à ilha e do furo da paciência: por um lado, para os sujeitos de passagem do turismo e grafite; por outro, para os sujeitos moradores desses espaços. Nosso referencial teórico se pauta nos pressupostos teóricos de Michel Foucault para pensar os conceitos de Saber(2020)-Poder(2021) e Discurso(2014), alinhados às noções de Dispositivo colonial pensado por Gregolin & Neves (2021) e outros pesquisadores do GEDAI-UFPA; aliados à mobilização de conceitos iniciais, discutiremos ainda acerca da noção de Heterotopia(2006), interrelacionando a proposição de espaço/lugar desenvolvida por Michel de Certeau (2008); e, a partir de Santos (2006) e Haesbaert (2007), mobilizamos duas noções: Território e Multiterritorialidades. Por fim, nosso gesto de análise se consolida em movimentos que buscam olhar e construir a cidade de Belém costurada numa relação intrínseca entre continente e ilha, focalizando a descrição heterotópica da região insular e analisando os elementos que compõem esse espaço citadino: o turismo e a presença do projeto Street River.

Palavras-chave: Belém do Pará; Grafites; Heterotopias; Rios; Turismo.

ABSTRACT

This master's thesis looks at how the Guamá River and its heterotopic spaces shape residents' ways of seeing and building Brazil's Bethlehem as an outcome of the city's relationship with its waterways. The specific objectives of this production are as follows: i) To explain how, using Foucault's theory, we assume that the river, through its fragmentation into 'holes', can be regarded as a heterotopic passageway; ii) To comprehend the manifestation of the Knowledge-Power relationship between the inhabitants of Combu island and the visitors to the island, as revealed through the discourse and silence surrounding this relationship on the internet; iii) To compile and scrutinize the recurring and dispersed themes inscribed on the walls of the houses included in the Street River project; iv) To analyze the repetition and dispersion of the relations between knowledge and power, as evidenced by the artistic materialities – produced by the other – and inscribed on the façades of the houses. The present study employs the archeogenealogical method proposed by Gregolin and Neves (2021) to investigate the utilization of the Knowledge-Power nexus in the construction of Combu Island, specifically in relation to the hole that lends the island its name and the hole of patience, mobilized among the subjects of tourism and graffiti, as well as those who inhabit these spaces. Our theoretical framework stems from Michel Foucault's theoretical postulations on the notions of Knowledge (2020), Power (2021), and Discourse (2014). This framework aligns with the principles of the Colonial Device, as posited by Gregolin and Neves (2021), and other scholars at GEDAI-UFGPA. We will also address the concept of Heterotopia (2006), which is related to Michel de Certeau's (2008) proposition of space/place, as well as the concepts of territory and multiterritoriality, which come from Santos (2006) and Haesbaert (2007), respectively. Finally, our symbolic analysis is consolidated in movements that aim to see and build the City-Bethlehem as having an innate relationship between the mainland and the island, with a particular emphasis on the heterotopic description of the insular region and an examination of the components that comprise this urban space, including the presence of tourism and the Street River project.

Keywords: Belém do Pará; Graffiti; Heterotopias; Rivers; Tourism.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Enfileiramento de embarcações no cais do Ver-O-Peso.	70
Foto 2	Cingapura Vista de Cima	74
Foto 3	São Paulo vista de Cima	74
Foto 4	Vista para o Central-Park - Nova York	74
Foto 5	Nova Delhi	74
Foto 6	Transeunte no centro de São Paulo	75
Foto 7	Time Square - Nova York	75
Foto 8	Cotidiano no centro de Nova Delhi	77
Foto 9	Pessoas observando o centro de Singapura	79
Foto 10	Forte do presépio, em Belém do Pará (1960)	85
Foto 11	Forte do presépio, em Belém do Pará (1953)	85
Foto 12	A fundação da cidade de N ^a . Sr ^a . De Belém do Pará.	85
Foto 13	Cais do mercado do Ver-O-Peso - Meados do século XX	87
Foto 14	Veleiros do Ver-O-Peso em Belém (Déc. 50)	87
Foto 15	Feira do açaí em Belém	88
Foto 16	Madrugada da/na feira do açaí	88
Foto 17	Veleiro utilizado no transporte de gado de Belém do Pará (1953)	99
Foto 18	Visão das ilhas a partir da cidade de Belém (PA)/ Ilhas de floresta alagadas ao fundo.	107
Foto 19	Visão da cidade de Belém a partir das ilhas/ O Rio Guamá e Belém ao fundo.	108
Foto 20	Sujeito morador do igarapé do Combu trafegando em sua rabeta.	110
Foto 21	Rabeta ou catraia de alumínio chumbado sendo dirigida pelo sujeito morador da ilha do Combu	110
Foto 22	Terminal Hidroviário Ruy Barata	112
Foto 23	Voadeira levando turistas às ilhas	112
Foto 24	Rabeta e Popopô no furo da Ilha do Combu	112
Foto 25	Enfileiramento de Popopôs na Baía do Guajará (Belém-PA)	112
Foto 26	Venda de Peixe na pedra do Ver-o-Peso	114
Foto 27	Sujeito passeando pelo furo da paciência-Combu	114
Foto 28	Marina presente no bairro do Guamá em Belém do Pará. Ao fundo, a ilha do Combu	114
Foto 29	Rios e Furos Vistos de cima	117
Foto 30	Furo do Combu- Belém (PA)	117

Foto 31	Criança na Canoa	118
Foto 32	Crianças se divertindo no Rio	118
Foto 33	Prática do Avoado realizado nas ilhas de Belém	121
Foto 34	Os apanhadores de Açaí	121
Foto 35	Festa em Balsa- Rio Guamá- Combu (PA)	123
Foto 36	Canoa com Morador-Combu (PA)	123
Foto 37	Fuga da Cidade	127
Foto 38	O paraíso mora logo em frente	127
Foto 39	<i>Trailer</i> de cidade invisível: protagonistas navegando sobre o rio Guamá na ilha do Combu	129
Foto 40	<i>Trailer</i> de Cidade invisível: furo da Paciência na ilha do Combu com a Belém continental ao fundo	129
Foto 41	Print Twitter sobre Cidade Invisível	130
Foto 42	Print Twitter sobre Cidade Invisível (Combu)	130
Foto 43	Print Twitter sobre Cidade Invisível (Alessandra Negrini)	130
Foto 44	Sujeito do bar e restaurante Solar da Beira	132
Foto 45	Sujeito no restaurante Saudosa Maloca	132
Foto 46	This IS Solar!!!	133
Foto 47	Família sendo servida por negros em condições escravizantes	134
Foto 48	Branquitude no Combu Turístico	135
Foto 49	Turistas Franceses na Ilha do Combu	136
Foto 50	Seu Ladir	137
Foto 51	Dona Nena e o chocolate da Amazônia	137
Foto 52	Grafite do cospe tinta crew	144
Foto 53	Grafite de Celi Feliz - Integrante do Ratinhas Crew	144
Foto 54	Grafite: I Love Belém - Reduto Walls	145
Foto 55	Mina Ribeirinha - Projeto Bengola em Cores	146
Foto 56	Grafite de Drika Chagas	146
Foto 57	Grafite Registrado no Furo da Paciência / Ilha do Combu (PA)	148
Foto 58	Pássaros Grafitados na palafita ao fundo	152
Foto 59	Garça na parede	152
Foto 60	Casa Grafitada em meio às águas	152
Foto 61	Palafitas com Crustáceos Grafitados	152
Foto 62	Flores Em Grafite	153

Foto 63	Tucumã ou Pupunha em Grafite	153
Foto 64	Açaí na Parede	153
Foto 65	Palafita Grafitada com elementos da flora	153
Foto 66	Recorte de imagem: Frutas No grafite das Palafitas	155
Foto 67	Venda de frutas colhidas nas regiões das ilhas na Feira do Ver-o-Peso	155
Foto 68	Negros no grafite na Ilha do Combu	156
Foto 69	Cartaz de visitação à primeira galeria de arte da Amazônia	156
Foto 70	Miguel e seu pai em representação no grafite de sua casa.	156
Foto 71	Grafite: Mulher sobre a canoa	158
Foto 72	Indígena no furo da paciência	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa da região metropolitana de Belém	91
Mapa 2	Mapa da extensão territorial de Belém	92
Mapa 3	Bairros de Belém inseridos nos distritos administrativos	94
Mapa 4	Mapa das Ilhas de Belém	100
Mapa 5	Mapa da disposição insular da parte sul de Belém	104
Mapa 6	Visão via satélite da ilha do Combu	121
Mapa 7	Visão da dimensão aquática dos rios e furos que compreendem a ilha do Combu	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distritos administrativos que regem Belém	93
Tabela 2	Área em extensão terrestre que compreende a região das ilhas	102
Tabela 3	Valores das embarcações que discorrem sobre os rios de Belém	124
Tabela 4	Eixos em repetição	149
Tabela 5	Eixos em Dispersão	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ANPOLL	Associação Nacional De Pós-Graduação em Pesquisas em Letras e Linguísticas
APA	Área de Proteção Ambiental
CE	Ceará
CO2	Gás Carbônico
Dr.	Doutor
EDF	Estudos Discursivos Foucaultianos
F'DS	Formações Discursivas
GEADA	Grupo de Estudos Discursivos de Araraquara
GEDAI	Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas
GEDISPA	Grupo de Estudo das Identidades e Subjetividades da Amazônia Paraense
GT	Grupo de Trabalho
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
NY	Nova York
ONG	Organização não-governamentais.
PA	Pará
PROF.	Professor
RUA	Rota Urbana da Cidade
SP	São Paulo
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal do Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade do estado de São Paulo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	22
2.	DA CAIXA DE FERRAMENTAS EPISTEMOLÓGICAS FOUCAULTIANA À COMPLEXA NOÇÃO DE DISPOSITIVO .	28
2.1	Estudos discursivos foucaultianos	29
2.1.1	A Análise do Discurso	33
2.1.2	O dizer na repetição e dispersão dos enunciados: o que está em jogo nessa polícia discursiva?	35
2.1.3	O enunciado e sua função	39
2.2	“Eu me dei como objeto uma análise do discurso”: o Foucault analista	46
2.3	O que são os dispositivos?	50
2.3.1	O dispositivo colonial na construção do espaço amazônico	56
3.	NOS FLUXOS INVERSOS DOS BARCOS, RABETAS E POPOPÔS: DAS HETEROTOPIAS DOS RIOS AO GRANDE CENTRO CHAMADO BELÉM	62
3.1	De outros espaços: pensando as espacialidades com Foucault	63
3.2	A cidade entre itinerários de ordem e movimento: o espaço e o lugar	74
3.3	Território e multiterritorialidades continentais de Belém do Pará	83
3.4	O Combu na Belém das ilhas: arquipélago de territorialidades aquosas	98
4.	O QUE SURGE DA FLORESTA ALAGADA?	107
4.1	Cidade-Belém do rural ao urbano/da ilha ao centro/da floresta à urbanização em convergências e divergências de sentido	108
4.2	A heterotopia dos furos	117
4.3	O turismo dos e nos furos/igarapés	129
4.4	Do conceito de grafite às materialidades na Belém da Amazônia	140
4.5	Street River: ‘o tratado de responsabilidade com os povos ribeirinhos’	149
4.5.1	Eixo da fauna	152
4.5.2	Eixo da flora	154
4.5.3	Eixo da representação da figura humana	157
4.5.4	Eixo dos povos originários	160
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164

1. INTRODUÇÃO

Belém, minha terra, meu rio, meu chão
 Meu Sol de janeiro a janeiro, a luar
 Me beija, me abraça que eu
 Quero matar a imensa saudade
 Que quer me acabar
 Sem círio de virgem, sem cheiro cheiroso
 Sem a chuva das duas que não pode faltar
 Murmuro saudades de noite abanando
 Teu leque de estrelas
 Belém do Pará!
 Adalcinha / Edyr Proenca.(2000)

Belém do Pará possui uma relação íntima com a água. Na tecitura de uma cidade costurada de rios, florestas e matas, as águas pincelam a constituição da metrópole da Amazônia ao ponto de o rio virar mar e a garoa transformar-se em torós¹ nos fins de tarde. As águas vestem Belém, ao ponto de estabelecer o horário dos compromissos e reuniões na grande capital amazônica. Em Belém, as ações são marcadas antes ou depois da chuva que quase religiosamente cai sobre a cidade de modo diário. Rios evaporados que retornam à cidade em formato de chuva. Das águas surgem as Beléns que se dispersam discursivamente em espaços que constroem a própria cidade.

Pensar a importância dos territórios regidos e maestrados pela força das águas nos faz entender que o processo de construção das grandes cidades amazônicas – Belém, Manaus e Santarém – deu-se por meio dos adventos dos rios-mares que cortam a região amazônica. Nessa pesquisa, não é somente o(s) rio(s) compreendido(s) apenas dentro de seu aspecto geográfico que irá nos interessar, mas sim, sua importância histórica, social, política e discursiva que nos dirá a força que tal elemento possui em formar modos de vida e polos econômicos, culturais, industriais discursivizados regional, nacional e globalmente em meio a uma região que para muitos é desconhecida, distante, aquém etc.

Entretanto, na contramão de um discurso que associa a Amazônia a uma região distante dos grandes centros econômicos e culturais, esta produção, por meio de um trabalho de palavras e imagens, buscará apresentar uma Amazônia das águas que se ‘glocaliza’ segundo Canclini (2008). A região insular amazônica, mais precisamente de Belém do Pará, vincula-se ao restante do mundo por meio daquilo que se produz nela; e a forma como isso é visibilizado

¹ Expressão paraense que simboliza a quantidade de chuvas torrenciais que recaem sobre a cidade diariamente, principalmente, nos fins de tarde.

discursivamente nos permitirá compreender como o discurso produz esses territórios que ao mesmo tempo são regionais e globais.

Há um arquipélago que invade a floresta e, também, que banha a cidade de Belém do Pará, com 39 ilhas. Demarcadas por uma mata virgem e banhada pelas águas do rio Guamá, as ilhas se colocam como uma extensão da, talvez, maior cidade da Amazônia, Belém, e se destacam a partir de suas proximidades com a metrópole. Numa travessia das ilhas mais próximas com duração 15 minutos de barco às mais longínquas que duram em torno de 1h, as ilhas surgem, em diversos cenários, como antítese, em relação a Belém que se coloca à sua frente. Entre casas, bares e restaurantes que se erguem em cima de pilares de madeira maciça (palafitas) e barcos que se deslizam entre as ruas feitas de rios que consolidam lugares de extrativismo, turismo, marcados por economias de subsistência e pela arte, as ilhas singularizam-se por suas formas de aparecimento e seus apagamentos na/da Amazônia paraense.

Dentro desse lugar, a Área de Proteção Ambiental (APA) é um sistema fluvial desenhado em furos e áreas margeadas por baías, encontro de águas fluentes que os mares e rios singularizam a ainda exuberante floresta amazônica: palco de frondosas e exclusivas árvores. Seres da mata que se escondem e permanecem, em dispersões de saberes dos povos da floresta, para além da Amazônia concebida pelo discurso eurocêntrico.

Esse trabalho pauta-se em uma investigação acerca de como as heterotopias que se desvelam ao longo do Rio Guamá (rio que banha Belém) consolidam-se e quais os seus efeitos na grande cidade da Amazônia chamada Belém do Pará. Para isso, é importante salientar que o conceito de heterotopia surge na obra de Michel Foucault em uma Conferência proferida no “Cercle d’Études Architecturales”, em 14 de março de 1967, com publicação na revista *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.5, 1984 ‘de outros espaços, heterotopias’. Nessa conferência, Foucault problematiza a questão dos espaços ao apreendê-los a partir do olhar ocidental que os complexificam e, em alguns momentos, se afirmam e tomam poder pela negação do outro.

À vista disso, a palavra ‘heterotopia’ é marcada por aspectos morfológicos que advêm do grego: *hetero*-diferente/outro-; *topos*-lugar/espaço-.Tendo assim uma nova palavra: Outros Lugares/Espaços. No caminho traçado por Foucault, surge uma importante proposição que consiste em enxergar as relações de poder que estão na base da consolidação dessas espacialidades. O teórico, ao fazer uma investigação sobre os espaços hegemônicos e subalternos, expõe que há relações de poder que imprimem valor aos espaços produzidos discursivamente.

Desse modo, Foucault elucida que vivemos na época dos espaços e estes comandam ações e práticas, logo há espaços que se hegemonomizam na imposição de um dado poder, porém também há espaços que são negligenciados por estes mesmos que se firmam pela hegemonia. Os Lugares que são complexos, visíveis ou até mesmo invisíveis, o teórico chama-os de heterotopias. Desse modo, as heterotopias são lugares praticáveis aceitos e onde os conflitos e as tensões coexistem dentro de uma extensão do poder que se exerce nessas espacialidades.

A partir desse cenário, este trabalho tem como objeto de pesquisa o rio Guamá enquanto uma heterotopia de passagem e, também, como lugar do deslizar de outras heterotopias que compõem a cidade de Belém do Pará.

Buscamos enquanto objetivo central desta pesquisa: analisar a forma como o Rio Guamá e seus espaços heterotópicos desenvolvem formas de olhar e construir a cidade de Belém a partir do contato que a cidade possui com seus rios. Dessa forma, tomamos como objetivos específicos desta produção: i) Explicar, a partir de Foucault, que deduzimos que o rio, ao se fragmentar em ‘furos’, pode ser considerado uma heterotopia de passagem; ii) Compreender como se materializa a relação de Saber-Poder entre os moradores da ilha do Combu e os sujeitos que frequentam a ilha a partir do que é dito e do que se silencia sobre essa relação na web; iii) Compilar e analisar, em temáticas recorrentes e dispersas, o que se faz impresso nas paredes das casas que foram contempladas pelo projeto Street River; iv) Analisar as relações de saber e poder em repetição e dispersão a partir das materialidades artísticas – produzidas pelo outro – inscritas nas fachadas das casas.

As referências teóricas mobilizadas para pensar o itinerário de nossa pesquisa beberam em fontes que estão para além do eixo eurocêntrico. É possível enxergar que a nem tudo o teórico base dessa dissertação (Foucault) responderá. Nela, há um diálogo direto entre os estudos discursivos foucaultianos com autores latino-americanos que fomentam e dão base a uma cena decolonial de estudos. Por estarmos em um programa de linguística, há uma preocupação bem forte acerca de nossas materialidades que irão ser calcadas nos enunciados imagéticos e verbais que dizem aquilo que se faz presente nos furos da grande Belém.

Estruturalmente, essa pesquisa é dividida em três capítulos – dois teóricos e um analítico – que se firmam em um passeio que começa com a mobilização de conceitos voltados à caixa de ferramentas foucaultiana até a noção de dispositivo. Neste capítulo, há 4 seções que elucidam, de modo prático, um itinerário conceitual que visibiliza o que foi pensado por Michel Foucault nos três primeiros; e, no último, acionamos pensadores latinos para dar conta do conceito de dispositivo colonial.

Na parte inicial do capítulo, o GT de estudos discursivos foucaultianos será apresentado, para, logo em seguida, pensarmos a Análise do discurso enquanto método de leitura para os textos que circulam socialmente. Longe de etiquetá-lo dentro de uma identidade, a terceira seção apresentará o teórico base dela a partir de uma entrevista concebida, em 1978, a um grupo de estudante em que o francês elucida que ele sempre recorre a uma metodologia intitulada de análise do discurso para fundamentalizar a história das ideias. A seção 1.4 surge, nessa primeira fase de escrita, para pensar o conceito de dispositivo para, logo em seguida, articular essa noção com a de dispositivo colonial (Gregolin & Neves 2021).

O segundo capítulo desta dissertação pensará Michel Foucault como o pensador dos espaços, principalmente por tomar conceitos basilares e aplicá-los em espacialidades como a prisão, o hospital psiquiátrico e a escola. Tal capítulo é intitulado ‘Nos fluxos inversos dos barcos, rabetas e popopôs: das heterotopias dos rios ao grande centro chamado Belém’ e, pelo título, percebemos uma porção de conceitos que irão dar conta das 4 seções que o compõem.

Pensar as espacialidades com Foucault nos levará a dar atenção a tudo aquilo que não está no centro de uma relação de poder, mas, sim, a tudo que se firma por seu deslocamento a uma dada ordem, a um centro, a uma hegemonia. Vivemos na era onde os espaços se paralelizam e se permutam ao ponto de dessacralizar determinadas verdades, regimes e formas de poder.

Após esse momento que situa Foucault enquanto o pensador das espacialidades, apresentaremos o binômio estabelecido por de Certeau (2008) entre Espaço e Lugar, o qual ganha força quando moldados e pensados dentro de um outro ponto de abordagem relevante para essa produção: a Cidade. Haesbaert (2007) e Santos (2006) serão acionados para contemplar o conceito de Território e Multiterritorialidades que serão compreendidos dentro da cidade de Belém a partir de um diálogo com Figueredo (2019). Em seguida, um passeio pela Belém insular será realizado por meio da disposição desse território alagado que compreende os domínios dessa cidade.

Tecer a cidade de Belém é enxergar uma cidade que pelo rio se forma e por ele se abastece. Não somente o rio Guamá, mas todo o processo de formação do território continental de Belém será o escopo da penúltima seção do segundo capítulo desta pesquisa. Pautar-nos-emos em perceber, através de um conjunto de fotografias que marcam o registro de uma cidade com mais de 400 anos, a relevância histórico-geográfica do Rio Guamá, suas baías e entrepostos na edificação das multiterritorialidades da capital do Estado do Pará.

Em paralelo a isso, há uma relação direta entre continente e região insular, principalmente em uma região onde os rios ditam formas de operação e modos de existência.

A ilha do Combu é compreendida por pertencer a um arquipélago de ilhas que coexistem nessa vasta região de floresta alagada. Na Belém das águas, há um conjunto de vilarejos e comunidades com sujeitos cujas histórias de vida são todas permeadas pelas águas dos furos que estão à sua frente. Em outros termos, os sujeitos amazônicos nascem envoltos aos rios e por eles moldam seus modos de vida.

Por fim, o último capítulo da pesquisa será analítico e nos perguntamos: o que surge da floresta alagada posta à frente de Belém? Iniciaremos essa última etapa de pesquisa abordando que entre o continente e a região das ilhas está o rio, o qual forma dois modos de olhar para as Beléns que se erguem em suas margens. De um lado, o cinza das edificações da cidade continental e, do outro, o verde-broto das florestas permeadas de água. O olhar é formador de paisagens e de espacialidades que se enunciam em imagens de um antagonismo citadino que não se distancia, mas que se efetua por suas proximidades. A cidade cinza e a cidade verde se interligam pelo marrom das marés.

O grafite enquanto materialidade discursiva surge nessa produção, primeiramente, por meio de sua historicidade em contextos específicos pós década de 80, tanto no mundo, quanto aqui no Brasil. Essa produção discursiva potencializou-se pós anos de chumbo e disseminou-se pelo espectro nacional, em especial, no Estado do Pará. Com esse ponto de chegada, selecionamos quem mobiliza essa arte na cena paraense e pincelamos como ela é regida e apreendida em lugares de nossa tão grandiosa Amazônia.

Os furos, enquanto espaços heterotópicos, serão compreendidos para além de sua concepção geográfica que não os enxerga apenas por ser um braço de rio: nessa pesquisa, os furos são espaços de percurso, marcados por muros de árvores centenárias e matas fechadas, que interligam espaços e lugares, os quais se interconectam por meio de caminhos de água os quais permeiam a formação de vidas e de comunidades ao longo de uma extensão territorial que muitos concebem como floresta amazônica.

Os dinamismos econômicos são fatores que formam a ilha do Combu e a visibilizam para o mundo. A forma como os setores que movimentam o turismo na região das águas consolida a ideia de paraíso e de um lugar marcado pelo aspecto idílico a partir da pasteurização de uma ilha preparada para servir a quem não pertence a ela. Com isso, o discurso produz o turismo no Combu ao ponto de segregar/separar sujeitos e atualizar os mecanismos que engendram e que estão na base do dispositivo colonial.

Assim, os furos retroalimentam um conjunto discursivo emanado por meio da arte chamado de Street River. Desse modo, ao se utilizar de obras grafiteiras na Amazônia das águas, o projeto, por meio do pintar, produz realidades que se discursivizam em mais de 30 obras

dispostas ao longo do Igarapé da Paciência na ilha do Combu. Para os idealizadores do projeto, o Street River é um projeto interventor. Logo, nessa produção, veremos que a arte pode ser analisada em suas implicitudes, em alguns casos, para além do linear, por meio de cenários de repetição e dispersão, os quais podem enunciar modos de vida da Amazônia. No projeto Street River, o discurso do grafite substitui quem fala ao colocar o grafiteiro como porta-voz daqueles que vivem na floresta permeada por águas.

Por fim, o rio Guamá e seus afluentes são motores de constituição de uma cidade que é macro. Os gigantismos de Belém advêm dos rios dispostos a sua frente. No que chega e no que se vai da metrópole da Amazônia, será visto nessa pesquisa com atenção ao que se coloca tanto na parte continental quanto em sua região insular. Belém é múltipla e em seus fragmentos, nas diferentes formas de ver a cidade, as águas estão presentes: seja no rio, na chuva, na musicalidade, nos nomes dos edifícios, em meio à Universidade Federal, nas beiras de rio, nas ilhas, em meio às embarcações etc.

2. DA CAIXA DE FERRAMENTAS EPISTEMOLÓGICAS FOUCAULTIANA À COMPLEXA NOÇÃO DE DISPOSITIVO

Neste capítulo, achamos pertinente transparecer o itinerário teórico que iremos percorrer para, assim, dar conta dos aspectos analíticos desta pesquisa. Apoiado em princípios e conceitos que vão desde uma proposta histórica acerca do tipo de análise do discurso em que nos apoiamos, passando por concepções e modos de visibilidades sobre o teórico em questão (Michel Foucault) até chegarmos a uma complexa noção que para esta pesquisa torna-se bastante necessária para os dias de hoje: a noção de *dispositivo colonial*.

Historicamente localizada, far-se-á uma abordagem acerca dos Estudos Discursivos Foucaultianos situando momentos/acontecimentos que permitiram com que hoje possamos fazer Análise do Discurso, no Brasil, com Michel Foucault. Após um momento de silenciamento do fazer científico e do exercício da prática do pensamento crítico por conta dos anos de chumbo, o GT (grupo de trabalho) da ANPOLL aparece como lugar de resistência que se utiliza dos estudos da língua(gem) de modo crítico, operante e como bandeira de luta contra uma onda obscurantista que vem alcançando diversos lugares no espectro social brasileiro.

A Análise do Discurso surgirá dentro desta subseção compreendida como um macrocampo que extrapola a fronteira do linguístico para buscar estudar o dizer materializado num tempo e num espaço preciso de efetivação. Apresentamos conceitos-chave que assoalham as análises realizadas a partir dessa ciência que se utiliza do discurso como objeto científico de análise

A subseção intitulada *O dizer na repetição e dispersão dos enunciados: o que está em jogo nessa polícia discursiva?* fecha a primeira parte do capítulo inicial desta produção, afunilando o debate sobre discurso, aproximando-o dos mecanismos de controle que incidem sobre as produções discursivas expostas por Michel Foucault na aula inaugural no *Collège de France*, em 1970.

Foucault, a partir dos anos 70, destina-se a estudar de modo mais profundo como o poder se operacionaliza em malhas de atuação dos sujeitos, historicamente, situados. Para isso, não somente a categoria discursiva entra em jogo; os elementos constituintes desse grande campo abstrato que reúne enunciados concretos estão no centro de interesse do autor e de uma seção que intitulamos *O enunciado e sua função*. Nela, faremos uma abordagem que compreenderá desde a distinção entre enunciado e enunciação até o exercício da função desses elementos.

Em seguida, pela necessidade do pensar Foucault enquanto estudioso do sujeito, essa pesquisa irá compreendê-lo não como fundador de um campo analítico ou método de análise,

mas, sim, como aquele que possui o método analítico-discursivo como objeto de estudo e investigação para assim pensar, problematizar e conceber as subjetividades nos múltiplos campos de atuação dos sujeitos em sociedade.

A penúltima subseção desse primeiro capítulo é intitulada: *O que são os dispositivos?* O debate que faremos partirá da necessidade de compreendermos que os esforços foucaultianos em analisar as técnicas de poder associadas a um conjunto de procedimentos que definirão as ações dos sujeitos consolidarão o alicerce do conceito de dispositivo. Nesse momento, tal conceito surge da articulação da palavra com a ação. O Dizer e o Poder, articulados, fazem surgir os dispositivos que determinam práticas, ações, fazeres, ordenamentos em diversos campos sociais onde tais instâncias podem se articular.

As 4 dimensões que compõem a estrutura dos dispositivos – curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação – solidificam um campo de atuação para o que Gregolin & Neves (2021) denominam de dispositivo colonial. Este concebido como um conjunto de mecanismos articulados que materializam relações de poder e hegemonizam saberes, condutas, verdade que recaem sobre determinados sujeitos. No cerne dessa concepção teórica, é possível enxergar que o dizer sofre influências externas a partir das instituições, regramentos e posturas estatais que resultam em imposições, apagamentos e silenciamentos operacionalizados pela colonialidade que sempre se atualiza a partir de seus instantes específicos de dominação.

2.1-Estudos discursivos foucaultianos

A obra de Michel Foucault inquieta vários pensadores contemporâneos por conta de dois grandes fatores: a amplitude de suas temáticas e a perspicácia de seus estudos e reflexões. Este segundo ponto integra o primeiro, pois a obra foucaultiana faz um passeio por distintas áreas do saber científico para, assim, pensar e olhar de um modo diferente para as coisas. Desse modo, o pensamento foucaultiano nos faz transitar pelos mais distintos lugares científicos. Esta pesquisa, por exemplo, já surgiu sobre o influxo de uma inquietação que poderíamos chamá-la de foucaultiana. Isso porque nos colocamos diante de uma percepção de que não devemos nos deter a criar/levantar muros, cisões e tornar oclusos os debates. Pelo contrário, o pensamento de Foucault surge num movimento de dissipar as fronteiras, derrubar escalonamentos e cercas sobre as mais distintas formas de pensar, de produzir saberes e então questionar os poderes estabelecidos.

Há múltiplas maneiras de se ler Michel Foucault, tanto pelo fato de sua obra servir de base para diversos campos do saber, quanto pela complexidade de sua abordagem. Dentro dos mais distintos caminhos de leitura da obra foucaultiana, inscrevemo-nos na crítica e no ponto de vista conflituoso relativo aos estudos da linguagem. Nesse caso, o pensador possibilita traçar um debate com as teorias linguísticas e daí concebe o discurso como elemento fundante. Para nós do campo da linguagem, os discursos, numa ótica foucaultiana, sobretudo, precedem as coisas e as determinam, imprimem valor de verdade e instauram a elas suas denominações. Para pensarmos essas categorias, que apontam diretamente para se dizer as coisas, os saberes devem ser considerados para estabelecer nosso principal vínculo à obra de Michel Foucault: a noção de discurso proposta a partir da descrição de seu método arqueológico (1969/2020).

Quando se trata de estudos discursivos foucaultianos precisamos ter noção do período de produção de sua obra que, numa linha cronológica, remonta ao início dos anos 60 até sua morte, em 1984. Um elo que centraliza os estudos foucaultianos nessa vasta obra escrita ao longo de várias décadas é a temática do sujeito numa busca ininterrupta de pensar “quem somos nós, hoje?”, o que leva o autor a desenvolver uma ontologia crítica do presente. A palavra ‘ontologia’ surge dentro do ramo das ciências humanas para nos fazer pensar em um ‘estudo do ser’ que se faz marcado, primeiramente, em seu aspecto de constitucionalidade para, posteriormente, compreender sua funcionalidade. Pensar de modo crítico a atuação do sujeito nos diversos campos de conhecimento que ele atua é o que inquietou Foucault durante sua vivência.

No Brasil, a efetividade dos escritos de Michel Foucault teve uma abertura mais expansiva e disseminada após a década de 80, com o fim dos anos de chumbo trazidos pela ditadura militar. Durante esse período de recessão, o francês esteve cinco vezes no Brasil (1965, 1973, 1974, 1975, 1976) em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará. O teórico ministrou conferências e palestras sobre suas obras recém-lançadas naquele período. Registra-se, durante a sua estadia no Brasil, vários marcos de conflitos e conturbações que se desenharam com assassinatos de estudantes – o caso mais conhecido foi o do estudante Edson Luís de Lima Souto assassinado por policiais militares no Centro do Rio de Janeiro – que intensificaram a investida do regime militar às formas de resistências naquele período e a tentativa de interferências da Polícia Federal nas conferências de que Michel Foucault participava.

Provavelmente terá sido apenas no Brasil e na Tunísia que eu encontrei, entre os estudantes, tanta seriedade e tanta paixão, paixões tão sérias e, o que me encanta mais do que tudo, a avidez absoluta de saber”, disse Michel Foucault sobre um dos aspectos de sua rica e tumultuada experiência de

viajante, professor e intelectual engajado em plena ditadura militar brasileira, cuja truculência não conseguia interditar a “contraconduta” (conceito cunhado mais tarde pelo filósofo) que, naquela época, era o próprio amor ao saber em plena idade das trevas para o país, de ignorância, repressão e extermínio como políticas de Estado. (LIUDVICK, 2014, p 1).

O fascínio foucaultiano pelo encantamento dos brasileiros pelo saber diante de tempos tão tempestuosos faz-nos compreender que a paixão move a ciência. As vindas do teórico ao Brasil foram articuladas por diversos centros de estudos das mais distintas e renomadas universidades do país como a USP, UFRJ, UERJ, UFPA, UFBA etc. E acompanhada de perto por diversos intelectuais da época, ex-alunos de Foucault, professores das universidades etc. Assim, abrindo espaço para o acesso e circulação do pensamento do autor no país. Professores das universidades públicas brasileiras do sudeste, norte e nordeste muito contribuíram para isso, tais como Roberto Machado (in memoriam), professor da UFRJ e um dos principais difusores da obra do francês no Brasil; Benedito Nunes (in memoriam), professor da UFPA; Gérard Lebrun (in memoriam), ex-aluno de Michel Foucault. Mais recentemente, não como contemporânea do autor, mas como estudiosa e grande difusora do pensamento de Foucault no campo da linguagem, citamos a professora Maria do Rosário Gregolin, professora da UNESP.

Afunilando o quantitativo de intelectuais amantes e apaixonados pelos escritos foucaultianos, numa relação mais direta-atual com a obra de Foucault, essa produção filia-se com o grupo de trabalho (GT) da ANPOLL - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – intitulado Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF). Nesse GT reúnem-se estudiosos das áreas de letras e linguística que se debruçam a pesquisar e compreender os pensamentos de Michel Foucault. O GT possui em sua constituição 6 (seis) linhas de pesquisas: o método arqueogenealógico de análise de discursos; discurso, poder e resistência; discurso e produção de subjetividades; o corpo numa abordagem foucaultiana; discurso, verdade e cuidado de si na contemporaneidade; dispositivos e tecnologias de governamentalidade.

O GT, sob a coordenação do prof. Dr. Pedro Navarro (UEM) e vice- coordenação da prof.^a Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar), estabeleceu em conjunto com os membros as duas principais linhas de trabalho que o grupo se propõe a estudar: i) discurso, sujeito e práticas de liberdade; ii) discurso, sujeito e direitos humanos. Os membros pertencentes ao GT lideram os mais expressivos grupos de estudos em Análise do Discurso do Brasil.

Dos grupos de pesquisas que surgem com o objetivo de se debruçar acerca do pensamento foucaultiano destacamos o GEADA (Grupo de Estudos Discursivos de Araraquara), coordenado pela profa. Dra. Maria Do Rosário Valencise Gregolin

(UNESP/Araraquara). O GEADA, a partir de Michel Foucault, busca, há duas décadas, pensar e utilizar a caixa de ferramentas epistemológicas foucaultianas como método das suas mais diversas análises sobre as práticas de subjetividades, poder e consolidação dos saberes e dispositivos, assim como outros cenários de instauração dos escritos do teórico. O discurso, a história, a memória em conjuntos com as produções de subjetividade consolidam os primeiros objetivos do GEADA – grupo precursor desses estudos no campo da linguagem, no Brasil –. Esse trabalho insere-se nesse grupo e filia-se também ao GEDISPA/UFPA (Grupo de Estudos dos Discursos das Identidades e Subjetividades da Amazônia Paraense), coordenado pelo Prof. Dr. Marcos André Dantas da Cunha, da UFPA.

A análise do discurso com Michel Foucault – campo ao qual nos filiamos – debruça-se em compreender um conjunto de ferramentas que o autor propõe para analisar os enunciados que se dispersam pelo campo social. Para isso, precisamos estabelecer alguns fios descontínuos que nos levarão a compreender o papel produtivo do GEADA, juntamente com a movimentação ocorrida na área de Letras, em que a Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Gregolin, juntamente com um grupo de estudiosos da época preconizaram um movimento bastante importante para a constituição desse campo de estudo/métodos de análise denominado AD. Das inúmeras maneiras de se ler Michel Foucault, o que os motivava e nos motiva até hoje, enquanto Grupo – por ser da área das letras – é o simples fato das coisas não preexistirem às palavras, porém pelo fato de os discursos/as palavras produzirem as coisas, as verdades, os objetos etc.

A linguagem antecipa-se ao mundo, ou ainda, cria-se o mundo. Dessa maneira, Foucault propõe pensar que os discursos permitiram com que nossas subjetividades fossem construídas e, deste panorama, surge a canônica indagação que move a ‘caixa de ferramenta foucaultiana’: quem somos nós? Essa ontologia crítica do presente, para ser realizada, precisa mover campos, como o da história, na busca de construir os sujeitos sociohistoricamente. A partir disso, a questão do sujeito parece predominar em grande parte da obra foucaultiana e por isso um dos principais pontos de inquietação desses estudiosos ressaltados acima está no fato de materializar analiticamente o método proposto por Foucault nos estudos do Brasil. A teoria se constitui na análise.

Em consonância com as proposições do GEADA, o GEDISPA (Grupo de Estudos do Discurso das Identidades e Subjetividades da Amazônia Paraense), coordenado pelo Professor Dr. Marcos André Dantas da Cunha, assim como o GEDAI, coordenado pela Professora Dr^a Ivânia dos Santos Neves, atuam de maneira ativa para potencializar o fazer pesquisa em análise do discurso, tematizando o sujeito fragmentado se constituindo em certas ordens de saber na Amazônia. No GEDISPA, discutimos há 10 anos, juntamente com grupos de pesquisas do

Brasil inteiro, as problemáticas trazidas e irrompidas da "caixa de ferramenta" de Michel Foucault. Isso nos permite pensar o discurso nas suas mais distintas manifestações e materializações.

O GEDISPA nasce de um propósito do Prof. Dr. Marcos André Dantas da Cunha, em 2012, recém-chegado do doutorado, em desenvolver um grupo de pesquisa cujo objetivo recaísse no fato de estudar como as identidades paraenses e Amazônicas são construídas nas páginas de *O liberal*. Essa indagação já provinha da tematização da identidade paraense nos jornais do maior eixo de poder regional brasileiro, no caso, Rio de Janeiro e São Paulo, mais particularmente de São Paulo, lugar onde sua tese de doutoramento foi construída. Tal projeto de doutorado realizou uma análise do discurso midiático impresso da *Folha de S. Paulo* sobre o estado do Pará; e, por meio desse estudo, as identidades do estado puderam ser construídas e analisadas.

Hoje, o atual projeto que estamos desbravando a estudar se volta para pensar os diferentes modos de definição da Amazônia por diferentes sujeitos que vivem em diferentes espaços amazônicos; como também outros sujeitos de outras regiões brasileiras e globais para, assim, conceber esse espaço que é tão buscado do norte do Brasil. O projeto: *Quem disse a Amazônia? Espaços e sujeitos em movimentos* surge para pensar os itinerários, os caminhos percorridos e os modos de percorrê-los, tratando das mudanças de representação a partir da presença dos sujeitos em sua trajetória e reflexões em torno do movimento.

2.1.1 A Análise do Discurso

Acerca da noção de discurso vemos que:

[...]não é língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguísticas (FERNANDES, 2008, p.13).

Pelos caminhos que tal voz nos permite trilhar, entendemos que não basta somente conceber a noção do elemento fulcral do campo denominado pelo teórico em questão como análise do discurso. Compete a esta produção enxergar o discurso como palco de atuação de três grandes elementos: a linguística, a partir das proposições saussurianas; o materialismo ideológico por meio das proposições Marxistas e os elementos simbólicos que embasam as noções psicanalistas por meio da releitura que Lacan faz do inconsciente freudiano.

Pêcheux funda um campo intitulado análise do discurso, doravante (AD) com o objetivo de compreender as materialidades discursivas a partir de uma relação direta com os fatores ideológicos que compõem os discursos que se dispersam socialmente e que integram os sujeitos que falam. Pêcheux (1995) concentra seu foco nas inter-relações que a noção de Discurso estabelecerá com a ideologia; com os sujeitos – que são historicamente constituídos – e, por fim, com a memória que solidificará o campo de atuação e da materialidade dos mais distintos enunciados. Dessa forma, é cabível pensar que Michel Pêcheux focaliza, na análise do funcionamento discursivo, os mecanismos histórico-ideológicos dos processos de significação dos dizeres. Tal postulação converge com as proposições marxistas acerca do discurso ser a ferramenta com a qual se luta ou tende-se a se apoderar para tal fim.

Para as concepções marxistas, o sujeito surge imerso às classes sociais, as quais tendem, ao longo de sua constitucionalidade, a mobilizar-se em função das lutas de classes que são nitidamente ideológicas. Pensar a ideologia a partir dessa concepção é compreendê-la por meio de uma forma simbólica de representação das condições de existências que vão de acordo com a posição de classe do sujeito. A ideologia diz muito sobre o sujeito que enuncia; e o que está no centro da AD é exatamente os elementos que compõem as heterogeneidades daquilo que se faz discursivizado.

Ao pensar esse campo de análise, Foucault não trabalha com o conceito de ideologia a partir de suas ponderações, também não funda o campo de estudos denominado análise do discurso. Acerca disso, o autor expõe:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. [...] O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento (FOUCAULT, 1978/2006, p.255/256).

Enquanto Pêcheux funda a AD, Foucault a utiliza como método para compreender e diagnosticar o presente por meio do que é produzido enquanto discurso num dado momento histórico. Não se busca compreender os sentidos daquilo que é dito, mas adotá-lo como único, possuindo consigo uma data, local, dotado de uma voz social. Daí, é visto que a enunciação é constituída por ser um acontecimento que possui uma singularidade em sua existência, porém abre possibilidades de aparecimento para outros enunciados que em conjunto com os primeiros possui uma efetividade específica.

A AD, no cerne de todo debate, precisa ser compreendida pelo entrecruzamento dos mais distintos campos do saber que constituem essa área/método, articulando dentro de si três

grandes categorias: a língua, o sujeito e a história. Isso para compreender e pensar os procedimentos que permitem com que os discursos se plastifiquem e se propagem indefinidamente pelo social.

A língua compreende o caráter material do discurso; este proferido, enunciado, discursivizado por sujeitos – não como um ser individual, mas como uma posição social compreendida pela coletividade, por um outro. Segundo Fernandes (2008, p.56), “Os sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e são atravessados por discursos de outros sujeitos, com os quais se unem, e dos quais se diferenciam”.

É notório que as enunciações discursivas dos sujeitos materializadas pela linguagem verbal – ou mesmo a não verbal – se inscrevem em determinadas formações discursivas e marcam posicionamentos ideológicos que advêm de um lugar marcado pela história e pela memória. Isso permite com que os lugares de enunciação sejam marcados pela heterogeneidade de sua constituição. Esse hibridismo permite com que os sujeitos também sejam marcados por essa multiplicidade. É justamente desse lugar que a essência da análise do discurso se embasa e ganha solidez. A função do analista do discurso é estudar as heterogeneidades dos dizeres que se fazem constituídos em uma aparente homogeneidade discursiva.

Desenvolver análise do discurso com Michel Foucault é, segundo (GREGOLIN & NEVES, 2021), trabalhar com um método que não enxergará o discurso somente pelos elementos que se mobilizam a partir da língua, mas sim por meio de jogos táticos e procedimentos de lutas. Para as autoras, utilizar as proposições do teórico francês dentro do campo denominado análise do discurso é perceber que o discurso é marcado por materialidade e por jogos de poder de modo constante.

2.1.2 O dizer na repetição e dispersão dos enunciados: o que está em jogo nessa polícia discursiva?

[...] suponho que em toda sociedade a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu aparecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p.8-9).

O enunciado, como componente elementar do discurso, é definido como um produto de um regime e de uma história, podendo assim surgir em vários campos do saber. Essa heterogeneidade discursiva torna o discurso um lugar marcado por uma complexidade que se efetiva pelo fio que liga o seu aparecimento aos lugares de contato de sua dispersão.

Há perigos que se movem ao enunciar algo; Foucault (2014) aciona as instâncias de controle – comentário, autor e disciplina –, bem como os fatores externos à sua constituição: a interdição, a exclusão e a vontade de saber. Dito de outro modo: o dizer/falar não se arquiteta num jogo lacunar de posicionamentos; por outro lado, faz-se constituído por sujeitos sócio-históricos e por procedimentos que instauram sua aparição, assim como ele é formado por instâncias que determinam, gerenciam e definem o que será enunciado. Logo, Para Foucault (2014), não se pode dizer tudo em todas as circunstâncias, pois há uma polícia discursiva que atua na seleção de determinados dizeres em circunstâncias específicas de fala.

Foucault, em seu livro *A ordem do Discurso* (2014, p.5), expõe que “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.” O Autor busca pensar, desde suas primeiras palavras, não no que faz alguém deter o direito de fala, mas sim no que está no entorno desse direito que se faz concedido a alguém: o direito de dizer.

Quem diz produz discurso; e este é compreendido enquanto conjunto heterogêneo de enunciados marcados por dizeres que não se propagam dentro de um itinerário indefinido de atuação, mas obedece a um conjunto de regras que denominamos de polícia discursiva. Ela limita os poderes, domina as aparições e seleciona os sujeitos dos mais distintos discursos que buscam se materializar nesse tão temido campo.

O que está em jogo nessa polícia discursiva que paira sobre a produção dos discursos na contemporaneidade? Podemos perceber 4 (quatro) procedimentos constitutivos desse conjunto de regramentos acionados por Foucault (2014, p.8) como essenciais para essa pesquisa e que dá sustentação à célebre frase: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”

O primeiro elemento constituinte dessa série de procedimentos é o estatuto do que pode ser dito, marcado pelo jogo ininterrupto da *interdição*, onde aquilo que se efetivará enquanto discurso precisará ter uma espécie de autorização de um dado lugar, tempo e de uma dada autorização. Paira sobre a superfície discursiva um desejo pelo dizer/ pelo deter o discurso.

No território das águas de Belém do Pará, mais precisamente em cima de um dos pontos de discussão de nossa pesquisa, é possível perceber que nem tudo pôde ser discursivizado enquanto arte nas casas dos moradores da ilha do Combu. Os grafiteiros que comportam o projeto tiveram que se submeter a um conjunto de regramentos (CUNHA, 2011) para assim efetivar os grafites sobre as palafitas.

Numa relação entre as materialidades dessa pesquisa com a teoria em debate surge o segundo procedimento de controle discursivo que se volta para a autorização de quem pode

dizer, compreendido por Foucault como princípio da *exclusão*. Neste instante, o autor volta-se a exemplificar contextos os quais rejeitam e/ou separam quem diz, daquilo que se deve/pode dizer. Ou seja, há um direito privilegiado em se dizer algo, permitindo com que haja uma autoridade por trás do que é discursivizado. Com isso, podemos dizer que há determinados discursos que são permitidos num dado momento histórico, enquanto em outros, eles são negligenciados.

A construção do espaço amazônico, a partir de nossas materialidades, permitiu que discursos fossem visibilizados em detrimento de outros que são negligenciados. Com isso, no Furo da Paciência, na ilha do Combu/Belém (PA), é possível enxergar a primeira galeria de arte a céu aberto da Amazônia, e ela é vista por meio de grafites que foram feitos por diversos grafiteiros do estado e do Brasil. Das temáticas que mais se visibilizaram nas paredes das casas está a representação da figura humana – o morador que habita na residência – enquanto uma das temáticas que pouco se materializou nas paredes foram as de representação de elementos do sagrado. O morador define o que será materializado enquanto discurso em sua parede, logo existe uma seleção do que é visibilizado e do que se nega a estar sobre a parede de sua casa.

Ao Fechar os constituintes dos mecanismos externos de controle do discurso, teríamos o que Foucault denomina vontade de saber ou vontade de verdade. nesse procedimento Foucault pauta-se em Nietzsche para elucidar que o valor de verdade de um discurso se dá em dois campos: o desejo e o poder. As práticas que efetivam um dado discurso coloca em cena agrupamentos que articulam os dois elementos em questão, pois atuam em função de um resultado que se pretende estabelecer, no caso um desejo. Quando se diz pretende-se materializar desejos e/ou assumir determinados lugares de poder. Para isso, as vontades de verdade têm uma base institucional que acolhe dadas verdades de uma dada época. Assim permitindo com que outros discursos sejam emitidos, efetivados e amparados. Por esse sistema institucional busca-se e/ou define-se o que vem a ser posto enquanto verdadeiro.

A partir de nossas materialidades, percebemos que há uma vontade de verdade que busca ser estabelecida ao analisarmos o documentário que foi produzido pelo projeto *Street River* e ao percebermos em diversos discursos a ideia de uma singularidade própria do espaço que compreende a ilha do Combu em falas como: “/isso aqui não tem comparação com nada, sacô?”². Essa fala articula-se, diretamente, com uma outra vontade de verdade marcada pela

2 Essas falas foram transcritas do trailer do documentário: *Street River • Graffiti Inside The Amazon* presente no seguinte endereço: <<https://vimeo.com/251208772>>.

inobservância governamental em destinar os direitos básicos à população das ilhas. Tal aspecto pode ser visto na recorrência de falas como: “/ falta luz direto [...] ninguém se preocupa com nada/”; “/a gente está (assim) rodeado de água e não tem água potável/”; “[...]o Brasil não enxerga esse Brasil; “É um Brasil dentro do Brasil/”.

Foucault (1970/2014) evidencia que os procedimentos externos como a interdição, a separação e a vontade de saber não são os únicos elementos que funcionam como uma espécie de controle dos discursos que circulam socialmente. Num segundo momento da aula ministrada no *Collège de France*, Foucault direciona a sua atenção aos procedimentos internos: comentário, autor, disciplina; porém nos reduziremos somente à questão do ‘autor’ por vermos que há mais efetividade para com o nosso objeto de pesquisa.

O autor é compreendido por ser o segundo princípio de rarefação abordado por Foucault. Nessa pesquisa, tal princípio é entendido como pilar para três pontos relevantes de sua concepção: compreendido como “princípio de agrupamento do discurso; como unidade e origem de suas significações e como foco de sua coerência” (FOUCAULT,2014, p.25). A figura do autor é imbricada pela própria noção de discurso. O que cabe aqui é perceber que a proposição do autor o revela por um estatuto que confere veracidade e coerência ao que foi exposto. Pois é justamente esse princípio que impinge aos discursos seus nós e focos de postulações.

O autor também se define como unidade das significações discursivas. Por ele o discurso parece responder a busca do princípio da origem: aquele de onde surgiu o discurso. A origem, aqui, é compreendida a partir de um jogo de elementos que se mobilizam para o aparecimento de um discurso ou saber. Compreender a instância do que é enunciado é o foco do analista discursivo dentro da sua singularidade de emergência.

É evidente, em parte de nossas materialidades, o funcionamento do princípio de autoria, principalmente, em cima do coletivo de artistas que vieram grafitar a ilha do Combu. Pelos grafiteiros é possível mobilizar as temáticas em recorrência nas obras; as possibilidades de significação de determinados traços e contornos impressos em alguns grafites e ainda pontuar as linhas de sentido entre a sua vivência enquanto artista e os saberes dos moradores das casas grafitadas. Em outros termos, o autor/ o grafiteiro é instância enunciativa que permite o aparecimento de determinados dizeres que falam de ou por um outro, este último consolida-se como um sujeito que vê o rio e o vivencia de maneira distinta do grafiteiro que não é daquele lugar.

Segundo Foucault (2014, p. 35), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. No centro dessas

proposições, é notório que há regiões discursivas que se fecham para determinados posicionamentos e postulações, enquanto outras se consolidam por serem mais permissíveis às mais distintas formas de atuação.

Entre lugares autorizados de enunciação e direitos concedidos a determinadas comunidades observa-se que verdades são instituídas ou se buscam instituir a partir de postulados que se originam num lugar, por meio de aspectos de coerência interna e por consolidar significados àquilo que dizem. Nesse trabalho, esses procedimentos sustentaram um método que nos permitiu entender a forma como os rios consolidam espacialidades a partir do que se visibiliza e do que se nega destes lugares aquosos.

2.1.2 O enunciado e sua função

A complexidade do conceito de enunciado surge da difícil e hercúlea tarefa de defini-lo. Mas, preliminarmente, Foucault pensa-o como:

um elemento último. Indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto em superfície, mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamento; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso (FOUCAULT, 2020, P. 96).

Passivo de ser fechado em seu caráter de formulação e apto às mais distintas formas de relações, o enunciado nasce para dar margem de aparecimento aos elementos das línguas e para se colocar dentro do aspecto linguístico incorporado aos mais distintos discursos de ordem social, para em seguida exercer sua função.

Para se entender os discursos, deve-se conceber os enunciados à medida que são materializados e dotados de valor historiográfico. Tais aspectos fazem do discurso um campo de luta/combate. O enunciado se molda e se caracteriza por ser um acontecimento marcado por meio de distintas possibilidades como um referencial, um campo associado, um sujeito e uma materialidade. Elementos estes que fazem parte de sua constituição.

Entendido como um conceito, que permite o aparecimento e atualização de alguns conjuntos de signos no interior do discurso e de determinadas formações discursivas, o que se faz relevante agora é compreender que o aparecimento de determinados dizeres foi outorgado justamente pela função enunciativa que atuou sobre os discursos. Ou seja, a partir do exercício de sua função, o enunciado permitirá com que várias unidades discursivas sejam atualizadas.

Pensar na função exercida pelo enunciado é compreendê-lo como motor de criação para as categorias linguísticas. Porém, o principal, ao se tratar da função enunciativa, está em se indagar sobre a singularidade que permeia a existência de um enunciado. Para isso, ela surge permeada de quatro características: um referencial, um campo associado, um sujeito e uma materialidade

Para o exercício de sua função, o enunciado se relaciona com um domínio que ora se coloca como um lugar, uma ambientação, um espaçamento; ora como uma ideia, uma formulação, um ponto de vista etc. Nesse contexto, convém ressaltar os diálogos que a referida função estabelece com elementos que fazem com que as relações sejam tecidas, ou seja, os sentidos são analisados a partir das relações estabelecidas; com isso, o que é colocado em jogo com os “links” já estabelecidos passa a ser verificado e compreendido.

Pode se dizer então que um dos elementos que consolidam a constituição de um enunciado é a relação que se estabelece com técnicas, procedimentos e outros elementos que se dispõem num campo associado. Assim, as correlações com específicas espacialidades, peças, utensílios, produtos etc. não podem ser compreendidos como meras correlações, pois se fazem articulados:

a um referencial que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O Referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2020, p.110-111).

Ao retornarmos aos conjuntos de princípios e de relações com os acontecimentos, indivíduos, formas e localidades se firmam como motores de possibilidades para a efetivação dos conjuntos enunciativos que ali se presentificam e ganham estatuto de veracidade. Em outros termos, o referencial abre condições para que os conjuntos de ideias e discursos surjam e se consolidem.

Essa definição que toma o referencial enquanto leis de possibilidade e de existência para a consolidação de determinados discursos permitirá com que o nosso objeto – o espaço amazônico – apareça como um lugar que se abre para novas formas de conceber a arte de rua. O referencial dos enunciados visibiliza o espaço amazônico dos rios de Belém como lugares de prática efetiva de sujeitos apanhadores de frutas de várzea; de formação para grupos folclóricos;

de festas religiosas; e, também, como lugar que autoriza formas artísticas que discursivizam a Amazônia.

As conexões que os enunciados realizam com os referenciais os quais estabelecem compatibilidade são predispostas num conjunto de regras que autorizam a possibilidade de um conjunto de procedimentos. Daí, os enunciados podem se inserir num domínio de um campo que agrega e possibilita os mais plásticos e distintos sentidos para aquilo que é encaixado nesse campo de atuação enunciativa.

Dessa maneira, descrever os enunciados somente pelas categorias linguísticas limitaria o exercício de sua função. Desse modo, as singularidades do que é enunciado se fará analisada por sua natureza e “pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação em que ele mesmo faz aparecer as diferenças.” (Foucault, 2020, p.111)

Além de tomar o princípio de referencial como um ponto de relevância para conceber o enunciado enquanto materialidade discursiva e os enunciados que visibilizam o espaço amazônico enquanto objeto de pesquisa, é preciso compreendê-lo em uma relação intrínseca que possui com o sujeito, este não compreendido como uma instância linguística. O sujeito ultrapassa os limites da própria língua e se singulariza no campo social como uma instância de criação. Em outros termos, o sujeito não está embutido somente dentro de uma estrutura frásica, mas também precisamos observar o sujeito enquanto uma função que enuncia, que fala, que discursa como uma instância de produção.

Foucault (2020) compreende o sujeito do enunciado como:

uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (Foucault, 2020, p.113).

O sujeito é híbrido e historicamente constituído por condições de possibilidades, ou seja, um certo indivíduo pode assumir papéis dentro de uma mesma função, ou adotar múltiplos posicionamentos. Isso configura para o sujeito do enunciado uma identidade calcada pela pluralidade. A sua essência constitutiva permite a fragmentação de si pelas relações que ele permite acionar em momentos específicos da história. Os acontecimentos enunciativos podem se atualizar conforme o tempo ou serem localizados num jogo de memória discursiva. Ambos, permitindo com que tal sujeito se constitua. Concernente ao exercício da função sujeito, nota-se que ela atua em

[...] um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (Foucault, 2020. 115-116).

A fluidez dos aspectos constitutivos da função sujeito é vista como uma instância aberta à circulação de diferentes indivíduos, que se movimentam dentro desses lugares, como também dos papéis que se movimentam dentro desses lugares. Estatutos, cujo sujeitos se firmam numa dada temporalidade, movem-se à medida que as estruturas que nos solidificam se modificam. Dessa forma, o que é coerente analisar se dá pelo exercício que as estruturas internas são capazes de estabelecer para que possam se definir como um dos elementos fulcrais para consolidar a função sujeito. Nesse caso, a língua, por meio dos signos, participa ativamente da efetivação do sujeito enquanto uma função a ser preenchida.

Nesta pesquisa, a função sujeito é importantíssima para analisar quem enuncia a Amazônia, mais precisamente: quem enuncia a Amazônia do espaço amazônico. Esse espaço vazio que pode ser preenchido por inúmeros indivíduos é preenchido por aqueles que dizem sobre os sujeitos dos rios e furos, quanto os próprios sujeitos que integram essas espacialidades das águas. Dentro do espaço amazônico, há inúmeras vozes que enunciam esse lugar e a função sujeito mobiliza enunciações que discursivizam vivências de uma Belém das águas marcada por proximidades e distanciamentos.

A função enunciativa possui a terceira peculiaridade denominada como campo associado. De início, é evidente observar que uma proposição, frase, possui uma constituição inteiramente linguística quando vista por suas regras de uso e constituição. Já vimos aqui que os elementos da língua para receber o estatuto de enunciado necessitam se submeter a singularidade daquilo que se faz produzido no viés discursivo e pelos posicionamentos que os indivíduos ocupam dentro desse campo.

Nesse contexto, é imprescindível, para compreender essa nova característica, ampliar tal discussão para as correlações estabelecida pela frase ou proposição com um conjunto enunciativo que se coloca em volta do que é materializado enquanto discurso. Em outras palavras: “para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente” (Foucault, 2020, p.118).

Ou seja, é preciso compreender um conjunto de relações que um discurso, aqui compreendido como sinônimo de enunciado, permite estabelecer; em outras palavras, precisa relacionar-se a “links” com que se fará constituído posteriormente. Desse modo, toda produção

enunciativa surge como fruto das enunciações que a precederam, assim como configura-se como predecessora daquela que virão a sucedê-la.

Na concepção que, segundo Foucault (2020, p118), “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”, tal caminho constitutivo faz-nos perceber que essas relações só se estabelecem por conta de um campo associado. Nesse caso, os enunciados estabelecem-se nesse lugar e, por meio dessa espacialidade se inter-relacionam no interior de tal campo.

Num primeiro momento, o campo associado é arquitetado por uma série de formulações, estas se interligam e instauram novas construções. No jogo de relações, o enunciado, quando se insere no discurso, modifica ou sacraliza o que antes foi postulado. Isso nos faz perceber que está sempre se atualizando a partir de sua inserção no jogo discursivo. Dessa forma, o enunciado atualiza os que o antecederam e podem ou não ser atualizados por aqueles que surgem em sua sequência.

No documentário “*STREET RIVER - Graffiti Inside The Amazon*”, podemos notar a recorrência de discursos que integram um itinerário de sentido que ora se atualizam, ora se endurecem acerca da singularidade dos lugares que estão dispostos na região da Belém das ilhas. Quando notamos a existência de caminhos de sentido para as temáticas da falta de garantia aos direitos básicos por parte dos ribeirinhos, da proximidade da ilha do Combu em relação a Belém continental etc., conseguimos entender as margens que determinadas falas dão a outras para assim se efetivarem discursivamente.

Concernente a essa aplicação, observa-se que a função enunciativa está vinculada a todo exercício desenvolvido pelo enunciado:

Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro, independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (Foucault, 2020, p.120).

Há uma evidência ao se abordar o estatuto de existência de um enunciado e o jogo de mobilizações que ele articula para efetivar a sua atividade. Dessa forma, o campo de coexistência, as linhas, as séries, as rupturas, até mesmo as identidades que os papéis assumem no enunciado, surgem não somente para fins de definição, mas para estabelecer suas relações com um conjunto de instâncias que as circundam.

Foucault define que para garantir a função de existência do enunciado faz-se necessário uma dada materialidade; esta que não está fora de seu cenário constitutivo, mas imbricada em suas formatações de funcionalidade e de existência Para a constituição de um enunciado

também são imensamente necessárias as materialidades como parte integrante de sua composição, como visto na seguinte assertiva: “o enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer” (Foucault, 2020, p.122). Em outros termos, os aspectos que materializam um enunciado não surgem como fronteiras discursivas, mas firmam-se como elementos intrínsecos aos enunciados discursivos.

Conceber o enunciado a partir de sua estrutura material é enxergar, pelo olhar foucaultiano, as possibilidades que seus aspectos identitários mobilizaram para produzir novos enunciados, ou seja, os lugares de aparecimento dessa categoria não apenas conferem princípios de importância ao produto que se faz materializado. Ele surge com “uma substância, um suporte, um lugar e uma data, quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade.” (Foucault, 2020, p.123)

O enunciado escrito sobre uma materialidade ganha foco nessa pesquisa quando observamos nossas materialidades: os registros fotográficos que foram realizados em visitas recorrentes à região das ilhas e o material audiovisual que coletamos de diversos sites e plataformas de *streaming* na *web*. A materialidade enunciativa disposta daquilo que foi possível enxergar na região da floresta alagada permite traçar vários olhares para uma Belém cujas águas têm o poder não somente de construir e gerir uma capital, mas também de construir modos de vivência.

Quando essa proposição vem à tona, um conjunto de inquietações passa a existir e uma delas possui um retorno para a questão da repetibilidade. Isso acontece quando um conjunto de signos é proferido sob uma dada materialidade e, em outro momento, a mesma construção se fixa em outros lugares. Assim, como entender essas proposições nos espaços de aparecimento que se mostram efetivadas? Foucault expõe que é necessário estabelecer uma distinção entre duas instâncias necessárias, como o enunciado e a enunciação.

Pela voz de Foucault (2020, p. 123), é visto que:

É necessário pôr de lado, inicialmente, a multiplicidade das enunciações. Diremos que há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações têm sua individualidade espaço-temporal. Duas pessoas podem dizer ao mesmo tempo a mesma coisa; já que são duas, haverá duas enunciações distintas. Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a mesma frase; haverá igual número de enunciações distintas no tempo. A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir.

As singularidades possuem lugar e um tempo em específico para ocorrer, visto que a enunciação contempla domínios de aproximação e distanciamentos em termos de concepção e de definição. Dessa maneira, há contextos que autorizam determinados enunciados em detrimento de outros. Com isso, o que é importante, agora, é necessariamente situar um conjunto de elementos no campo da enunciação de um determinado tema. Assim, as enunciações possuem suas características próprias que as tornam únicas.

Ao ir de encontro à unicidade das enunciações, a ótica do repetível, pensada a partir da regularidade do que é oralizado, falado, escrito, grafitado, construído etc., o enunciado assume um lugar de relevância nos estudos foucaultianos ao propor que

o enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar da sua materialidade: não teremos problemas em afirmar que uma mesma frase pronunciada por duas pessoas, em circunstâncias, entretanto, um pouco diferentes, constitui apenas um enunciado (Foucault, 2020, p.124).

O fator da repetibilidade nasce das diversas espacialidades que os enunciados são irrompidos, são ditos. Tal espacialidade não precisa ser vista apenas como um lugar/ um espaço, uma data/temporalidade, mas sim por um “status” em completa modificação e possibilidades de recorrências, como definido por Michel Foucault. O espaço e o tempo são instâncias que permitem a reinserção de possíveis enunciados a um conjunto de outros enunciados e/ou enunciações sociais a que pertencem.

Esses campos de atuação que os enunciados irrompem configuram para si identidades contidas por meio de suas séries e fronteiras. As continuidades do que é dito e enunciado formulam séries que instauram mecanismos que garantem certas identificações para o que é colocado na ordem do dizer; a descontinuidade enunciativa consolida-se de maneira similar ao que se faz materializado em dados lugares e temporalidades. Ou seja, os enunciados, pelo viés da repetibilidade, reforçam identidades ou desintegram outras. Em outros termos, pode-se dizer também que os acontecimentos singulares que consolidam as enunciações movem as identidades.

Encontrar as heterogeneidades constitutivas numa aparente homogeneidade discursiva é a tarefa chave para qualquer indivíduo que se destina a fazer análise do discurso. A dispersão compreendida pelos estudos discursivos foucaultianos surge desta percepção de enxergar a proliferação dos discursos a partir dos diferentes meios de se enunciar e não somente dos lugares onde estes discursos irão atingir, permanecer e se solidificar.

Nessa aparente homogeneidade discursiva que noticia a Amazônia enquanto longínqua, dissertada por Cunha (2011), há discursos pautados por uma heterogeneidade constituinte que marca novas formas de enunciar a Amazônia. A dispersão firma-se em pontos de distintos formatos autorizando com que determinados ditos surjam com formatações próprias ao ponto de peculiarizar cada lugar de aparição.

Por fim, as materialidades que se dispersam e repetibilizam fazem que um enunciado em específico seja produzido, formado, trocado, composto, reconstruído e disperso em materialidades singulares e conduzido a status de identificações que os firmam ou os transformam. “Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (Foucault, 2020, p.128).

2.2 “Eu me dei como objeto uma análise do discurso”: o Foucault analista

Os papéis impingidos sobre o corpo, as máscaras sobrepostas sobre as faces, dizeres dispersos no vento, lugares recheados de falas, palavras dispostas sobre páginas em branco, proposições, teorias, identidades, refutações, hipóteses, subentendidos, diálogos e dissonâncias. Qual é a função de um intelectual? Quais os impactos de uma teoria à medida que se desvela e implode/explode estruturas de pensamento e verdades historicamente instituídas?

Por esse aspecto, não se trata de aprisionar Foucault em nenhum conceito, identidade, papel ou definição. Sim, cabe-nos transparecê-lo a partir de seu pensamento e sua contribuição para o ramo da linguagem, pode ser verificada ao longo de sua antologia. Desse modo, até sobre a própria ótica foucaultiana, podemos situá-lo, entretanto nunca o acorrentar: o Foucault Analista. Para se chegar a essa imagem, mobilizamos alguns textos para assim tecer essa etiqueta: uma entrevista concedida a um grupo de estudantes em 1978 em que ao ser perguntado sobre o modo como fundamenta a história, Foucault responde que ele se dá como objeto uma análise de discurso que não busca o sentido daquilo que é dito, mas sim o que autorizou um dizer ter uma efetividade num determinado momento da história.

Nesse momento, é importante reconhecer que o pensador fez incessantes movimentos, colocando-se contrariamente aos contextos de tradição e de continuidade para conceber a existência dos acontecimentos. Porém, acreditamos que, ao pensar o nascimento de um intelectual, podemos ter bastante respostas para enigmas que sua obra apresenta.

Foucault pensa a história a partir de sua história³, tinha paixão pela filosofia, fez dele um grande pesquisador de diversas temáticas sociais. O que permitiu com que ele fosse lido e interpretado em diversos campos do saber como a medicina, história, psiquiatria, linguística, dentre outros. O pensador passeia sobre as diversas áreas do saber para estudá-las, pensá-las, apreendê-las, questioná-las e refutá-las. A perspicácia e as indagações foucaultianas fazem dele um teórico com temáticas contemporâneas. Logo, o fato de o autor caminhar por diversos campos de atuação, permitirá com que ele seja lido a partir de diversas conjunturas de leitura feitas de modo subjetivo e singular a depender de cada área. Entretanto, há de se propor uma grande indagação que alimenta e que está no centro das proposições Foucaultianas: Quem somos nós hoje?

Foucault tece a sua obra a partir de 1960, produzindo até 1984, com seu falecimento. Nesse caminho de produção o autor destina-se a diagnosticar o presente, a partir de um mergulho profundo nas questões que constituem e embasam o sujeito historicamente constituído. O que nos interessa nessa pesquisa é situá-lo no campo das linguagens partindo da formulação de seu método.

Em 1978, Foucault concebe uma entrevista intitulada: “Diálogos sobre o Poder”, presente nos Ditos e Escritos nº IV; e nela há uma grande preocupação por parte das indagações que são emitidas sobre a questão do método foucaultiano para a elaboração de suas análises. O Foucault Analista assume essa configuração pelas indagações respondidas que nos levam a problematizar a questão do método, o teórico ilustra que a questão de poder, tão cara nesse momento, é implicada por um mecanismo de relações circundantes bastante próximas de um jogo em que o discurso é capaz de desempenhar um papel no interior dessas estratégias que ditam o que será enunciado.

Na elaboração das técnicas utilizadas para apreensão da metodologia de como lidar com as questões discursivas, Foucault esclarece como deve ser apreendido o discurso: “é

3 Eribon (1990) expõe que Foucault recebe seu nome a partir de um fio de tradição, pelo qual herda o mesmo nome de seu avô e pai: Paul Foucault. Talvez, numa negação à tradição, os documentos o chamavam de Paul, somente. Ele ainda expõe que o termo “Michel” advém de um movimento iniciado por sua mãe que o chamava de Paul-Michel e assim a família já o chamava de Foucault. Ainda sobre as postulações biográficas de Didier Eribon (1990), Paul-Michel nasceu em Poitiers (França) e é filho de Paul Foucault – Pai – que era cirurgião - e Anne Malapert. Foucault possui dois irmãos: Francine e Denys; na ordem de nascimento, Paul-Michel encontra-se no meio de ambos. A família se destaca na cidade por seus bens e por sua notoriedade diante da profissão exercida pelo pai e pela grandiosidade de seu patrimônio. Na juventude, a filosofia foi objeto de seu encantamento e fascínio, dividindo espaços também com a história e literatura. O jovem Foucault cresce e se destina/obstina na busca pelo conhecimento a todo e qualquer instante ao ponto de estar só/isolado em grande parte do tempo. Numa cidade pequena, cercada de horrores da guerra, Paul-Michel cresce na ausência de seu pai e sob os cuidados da senhora Malapert. Mal sabia o mundo então que ali, no interior da França, habitava uma das mentes mais brilhantes da contemporaneidade.

preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado” (Foucault, 2006, p. 254). Nesse sentido, é notório que a relação direta entre discurso e poder se faz imbricada de maneira correlata para a instauração de um e outro. Ou seja, para a efetivação de um discurso o poder precisa atravessá-lo na finita construção de séries que são estabelecidas por esses discursos.

O discurso, compreendido pela sua definição e pelo jogo de suas relações, não é o suficiente para instrumentalizar de maneira pungente Michel Foucault enquanto analista, pelo fato de ele nunca ter criado um campo denominado Análise do discurso, mas adotado esse campo como método de análise para as suas investigações, como visto diante da resposta dada a um estudante, em 1978, quando indagado sobre qual é o modo que o teórico observa, concebe e fundamenta a sua compreensão da história. O próprio Foucault responde dizendo:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa num dado momento. Não é sentido que busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. Considerando sob esse ângulo, o discurso não é nada além de um acontecimento como os outros, mesmo se, é claro, os acontecimentos têm, em relação aos outros acontecimentos, sua função específica (Foucault, 2006, p.255-256).

Concernente à citação acima, o Foucault Analista possui uma preocupação: adotar a AD enquanto método e não o reduzir a uma análise semântica, fonológica, morfossintática e/ou pragmática dos discursos que compõe um dado conjunto de acontecimentos enunciativos. Há uma busca pelas unidades que compõem o discurso e estas só serão garantidas quando as singularidades dos dizeres forem datadas em um dado momento e em um espaço específico. A análise da língua evidencia que os enunciados seriam construídos mediante a um conjunto de regras, porém, o fato é necessariamente outro, o de se questionar: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2020, p. 33). Tal postulação foucaultiana é proferida num momento de seus estudos em que o autor buscava propor o caminho que o analista deve percorrer para assim chegar às unidades que compõem dados discursos.

Os acontecimentos, por meio do aspecto analítico do modo como eles são adotados, singularizam-se pelo instante de seu nascimento e instauração, pois nasceram a partir de condições específicas de produção e na correlação direta com outros acontecimentos que autorizam sua visibilidade e que impede suas proliferações. Em outros termos, as coerções discursivas são determinadas por um jogo estratégico de poder que atua entremeando discursos socialmente produzidos. O Discurso compreendido como uma série de acontecimentos assemelha e coloca lado a lado instâncias linguísticas e históricas num diálogo entre o conceito de enunciado e acontecimento, discurso e prática. Não obstante, o que é importante observar é a relação de coexistência entre tais termos. Para isso, Foucault expõe que

Um enunciado é um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória[...]; em seguida porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por elas ocasionadas, mas ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (Foucault, 2020, p.34-35).

O enunciado constituído de aspectos linguísticos e relacionados a um passado reminescente, consolida relações descontínuas entre o presente e o passado que marcam e impingem relação de identidade com aquilo a que se refere. Em outros termos, o acontecimento, singularizado em sua existência, quando aberto a possibilidades de reatualização assume novas formatações em sua identidade. Entre os que já se foram e os que sucederão daqueles que já existem, a margem de aparecimento que um enunciado dá a outro, autoriza a formação de grupos específicos e a instauração de enunciações únicas no tempo.

Por fim, o Foucault Analista elabora um método de observar os enunciados dispostos sobre uma temática e enuncia o modelo de observá-lo e depreendê-lo, expondo que não cabe àqueles que se utilizam de seu método de análise recobrar e nem de se lançar a infinitude do tempo para reconstituir a origem do dito que nos chega. A função do analista está para a descrição dos enunciados que são singularizados num tempo e num espaço de materialização. Ao abordá-lo na estreiteza de sua institucionalização, a descrição dos acontecimentos discursivos precisa ser lema e o escopo do analista, trabalhado não na individualidade de sua instauração, mas nas relações que eles estabelecem para se efetivar.

Por fim, envolver o debate sobre o Saber tendo um vínculo assíduo com o Poder elucidará uma importante discussão que os leitores de Foucault no Brasil assinalam: a

arqueogenealogia como um método de análise para seus estudos aqui no Brasil. É importante perceber a relação existente entre os saberes com as práticas, em que a genealogia complementarará o exercício arqueológico e novos conceitos serão definidos, entre eles o de dispositivo.

2.3 O que são os dispositivos?

A história “efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retracá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isso. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa “reencontrar” e sobretudo não significa “reencontrar-nos”. A história será “efetiva” à medida que reintroduzir o descontínuo em nosso ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos, multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazer repousar e se obstinará contra a sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar (FOUCAULT, 2021, p.72-73).

Ao longo de um extenso caminho percorrido, é evidente que Michel Foucault sempre deixou claro a sua recusa à noção de tradição e continuidade. Essa evidência é constatada no prefácio da *Arqueologia do Saber* (1969), na subseção denominada *As Unidades do Discurso*, e no trecho do texto acima retirado da *Microfísica do poder*, cujo título é *Nietzsche, a genealogia e a história*, no qual é visto que os aspectos constituintes da história são múltiplos e heterogêneos e nessas infinitas maneiras de concebê-la é necessário romper com o lastro da continuidade que preenche os olhares e a concepção de muitos que lidam com as histórias das ideias.

A história “efetiva” é a história dos microacontecimentos, que inverte a linha da tradição, que enxerga para além dos grandes acontecimentos o que é feito e produzido ao longo do tempo e que institui novas formas de se ver os fatos. Os grandes fatos são substituídos, agora, pelas rupturas da história, onde o passado se insere no presente para consolidar o que somos e os novos acontecimentos que tecem o cotidiano do agora. Nesse momento, a história que nos corta para dizer quem somos, perpassa nossas palavras e nossas ações, numa correspondência direta com nossos instintos. Para, assim, redefinir aquilo que nos constitui e nos tece.

Para Foucault (2021, p.74), a nova história é configurada e realizada por uma “miríade de acontecimentos entrelaçados”, esta inserida num tempo que mobiliza o ontem no hoje e se

faz fincada num espaço singularizado pela presença de distintos fatos e sujeitos sociais, fraturados pelos mais distintos saberes que os integram. Nesse momento, é importante perceber que o sujeito fragmentado é um produto da história, pois é envolvido por duas instâncias: a do dizer e do fazer/ do verbal e do não dito/ da palavra e da ação.

Logo após a aula inaugural no *Collège de France*, mais precisamente na segunda metade da década de 70 (setenta) Foucault se preocupava com novas práticas de ‘governamentalidade’ e no ‘governo dos homens’ para se pensar e se desenhar um novo conceito em seus estudos: o conceito de dispositivo. Tal conceito não possui uma definição precisa na obra Foucaultiana, mas sua mobilização e características podem ser encontradas em diversos escritos seus, sempre na articulação direta entre o Dizer e as práticas de Poder que se instauram ao longo dos microacontecimentos que sustentam a história do presente.

A Amazônia dos rios é concebida nessa pesquisa como espaço de movências, de trajetos que estão para além de um local de margens aquosas. O espaço amazônico das águas é tecido por micro acontecimentos: primeiramente como um lugar idílico, marcado pela singularidade; lugar do sustento/sobrevivência; das manifestações artísticas e do turismo. Por meio do que é dito e do que é praticado nas espacialidades amazônicas, é possível enxergar o que é produzido por essa mobilização: o sujeito e o lugar.

Para Gregolin e Neves (2021, p.14), “o conceito de dispositivo para Michel Foucault está relacionado à produção de saberes, poderes e subjetividades e sempre vai atender a emergências históricas”. Foucault não se debruça sobre esse conceito em seus livros, mas a partir da década de 70 (setenta), suas entrevistas já traziam à tona esse conceito. No tocante desse empreendimento conceitual, o dizer se articulará com o fazer do sujeito; nesse momento, Foucault tem a pretensão de introduzir o indivíduo em seus postulados, não pelos ditos, mas também pelo que não é discursivizado.

No Brasil, é possível perceber que diversos autores se mobilizaram para pensar e explicar esse conceito, como Carvalho & Sargentini (2014) em seu texto: *Dispositivo, discurso e produção de subjetividades*, em que relacionam o conceito de dispositivo com os estudos dos discursos, num escopo de compreender como as funcionalidades dos dispositivos interferem nas produções de subjetividades.

Há uma questão levantada pelos autores que também nos causa inquietação: como se efetiva a relação entre o conceito de dispositivo e o discurso? Segundo Carvalho & Sargentini (2014), por mais que o conceito de dispositivo envolva questões discursivas e não-discursivas e Foucault não pensar o linguístico como fator de interesse em suas análises, não há como compreender o exercício das relações vividas dentro do dispositivo se não analisarmos a

materialidade de inscrição dos elementos que compõem os dispositivos: a linguística, o enunciado, o discurso.

No texto: *Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia*, de Curcino & Piovezani (2014), há uma preocupação dos autores em relacionar o conceito de dispositivo com os aportes teóricos da análise do discurso. Após uma mobilização conceitual, os autores enumeram uma porção de exemplos para a apreensão dos dispositivos de fala pública: a TV, o rádio e os mais distintos equipamentos midiáticos. Dentro dessa discussão, a leitura dos textos das mídias surge como um dispositivo que controla o modo de ver do leitor.

Sousa (2014) exemplifica a noção de dispositivo em seu texto: *Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre o medo e o bem-estar*. A autora analisa os discursos que trazem à tona a construção de uma ideia de insegurança presente em espaços públicos e estabelece estratégias que buscam compreender o inverso daquilo que os discursos que formam o dispositivo de segurança enunciam. Navarro (2014), em seu texto: *Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino*, busca perceber como o campo discursivo se mobiliza, a partir de um arquivo de publicações voltados ao público feminino, para produzir modos de subjetivação para esse sujeito mulher.

Ao pensar o conceito de dispositivo como um marco que está na fronteira entre a fase arqueológica e a fase genealógica, é possível perceber que tal fator interrelaciona saberes e poderes na efetivação de novas práticas segundo Navarro (2014, p.174). Isso fica claro quando o autor expõe que “o poder não existe; o que existe são práticas ou relações de poder, o que significa compreender que o poder é algo que se exerce, efetua-se e funciona discursivamente.”.

Concernente a isso, numa entrevista concedida a Alain Grosrichard intitulada *Sobre a História da Sexualidade*, publicada na *Microfísica do Poder*, Foucault destina-se a conceber o conceito de dispositivo como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos dos dispositivos. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2021, p. 364).

A clareza imediata de determinado conceito pode transparecer uma certa constância e facilidade de compreendê-lo por parte de quem lê. Porém, ele é mais profundo do que se imagina, pois, ao adotar os dispositivos que se estabelecem socialmente como mecanismos que orientam as práticas sociais dos indivíduos, caberia, aqui, a ousadia de se postular que os

sujeitos vivem imergidos em ‘redes’ que mobilizam palavras e ações. Dentro dessa discussão, é claro que não são os elementos, mas sim a relação entre eles que irão constituir esse mecanismo.

É necessário compreender que essa rede que interliga certas instituições, enunciados e proposições efetiva-se num dado momento histórico e tem como principal função responder a uma necessidade. O instante temporal, nesse momento, evidencia-se enquanto instância firmada por um jogo de poder que produz saberes das mais variadas formatações. Para Foucault (2021), os dispositivos regulam as práticas de uma sociedade a partir da heterogeneidade dos elementos que lhe cabem.

Gilles Deleuze (1990) escreve um artigo em que ele se questiona acerca do que vem a ser um dispositivo. Mais tarde, o texto recebe esse mesmo título e ilustra que

o dispositivo tem, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutação de disposição (DELEUZE, 1990, p. 2).

Os aspectos de constituição desse mecanismo não são dispostos pelo seu isolamento, mas pela ligação/interrelação entre elas. A máxima que compreende o dispositivo como um mecanismo dotado dos aspectos de heterogeneidade ganha força na medida em que as linhas que estão no seio de sua constituição se interrelacionam.

Para esse trabalho, esse conceito terá uma importância grandiosa, pois a partir dos elementos que compõem os dispositivos (linhas de visibilidade, as curvas de enunciação, as linhas de força e de subjetivação) será possível perceber o que os mecanismos de poder autorizam dizer, enunciar, visibilizar sobre o espaço amazônico. Em relação às linhas de força, poderemos entender como os regimes de poder que atuam sobre a cidade de Belém interferem na produção do que é dito e no que é feito na Amazônia das águas. Por fim, o que é posto em jogo a partir das linhas de subjetividades nos permitirá perceber em quais lugares esses sujeitos que integram esse espaço amazônico dos rios aparecem submetidos.

Nas primeiras proposições de Deleuze (1990), no texto *O que são os dispositivos?*, o autor possui uma preocupação ao dizer que o sistema que compõe esses mecanismos formam produtos/instâncias não-fixas por meio das múltiplas ligações e conexões, mas em um desequilíbrio aparente. Desse modo, no agir de cada linha, os caminhos traçados por cada uma delas percorrem direções, muitas vezes múltiplas, distintas e, à medida que se rompem, novos caminhos são traçados e novas bifurcações são estabelecidas. Para Deleuze, os dispositivos

mobilizam e são mobilizados por três instâncias: o Saber, o Poder e a Subjetividade que se arregimentam pelas linhas que compõem e atravessam os dispositivos. Estas instâncias não estão desassociadas, mas ganham estatutos de si na relação entre elas.

Os dispositivos correlacionam e produzem condutas a partir de suas instaurações e para eles se constituírem é necessário possuir, como primeira dimensão de constituição, suas *curvas de visibilidades*, efetivando-as a partir de técnicas de transparência, de exposição, e de iluminação para com alguns temas e sujeitos e por meio delas, subjetividades e identidades são formadas e outras negligenciadas. Deleuze (1990) expõe de modo bem claro essa questão: “cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira em que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela.” As *curvas de visibilidade* trazem à tela imagens e, pelas técnicas de agenciamento daquilo que é mostrado, as identidades vão sendo costuradas e construídas em detrimento daquilo que os dispositivos não evidenciam.

A segunda dimensão que compõe os dispositivos chama-se *curvas de enunciação*. Os estatutos daquilo que se consagra socialmente num determinado momento histórico são instituídos por meio dos regimes de enunciabilidade que tecem e configuram discursos sobre uma teoria, um gênero, um tratado ou um decreto. Conceber essas sanções nos permitirá compreender, a partir de Deleuze (1990), que o jogo das visibilidades e invisibilidades são substituídos, agora, pelo que é enunciado e pelo que não se pode enunciar. Os dispositivos são mecanismos que podem, por meio de suas correlações, tornar visível algumas questões, assim como invisibilizar outras através de duas grandes curvas: a de visibilidade e a da enunciabilidade. Entre o dito e o reprimido, jogos são estabelecidos para tecer e formar o que os objetos são e esses ordenamentos do transparecer e do negar estão imersos numa relação intrínseca com o poder. Eis aí uma nova dimensão a ser estudada.

Ao tomar as *linhas de visibilidade* e de enunciação como aportes para analisarmos nossas materialidades, conseguimos enxergar em uma das reportagens que noticiam a Belém das ilhas, mais precisamente a ilha do Combu, o seguinte dizer: ‘Turismo altera o cotidiano da Ilha do Combu’ (O liberal, 14 de julho de 2019), seguida de uma palavra-chave: ‘INVASÃO’. Em caixa alta. O enunciado em questão projeta um efeito de sentido que está para além da mudança/modificação que o turismo causa nas comunidades das ilhas. O título da reportagem nos leva a entender que o turismo concebe mudanças e danos significativos no modo de existência de determinados sujeitos. Logo, esse caminho semântico é ilustrado pela palavra ‘Invasão’ exposta nele.

O veículo de divulgação onde a notícia foi vinculada e a maneira como um jogo de palavras fizeram-se articuladas para conceber um sentido colonizatório ao turismo na região das ilhas só foi possível por conta de mecanismos que permitiram visibilizar esse modo de operar sobre a região. Isso se mostra eficaz por conta das *curvas de enunciabilidade* que operaram para construir uma identidade da ilha afetada por ações de um outro.

A terceira constituição dos dispositivos, para Deleuze, chama-se *linhas de força*. Nesse momento, o poder integrará a estrutura interna de um dispositivo, elas modificam o que é visto e o que se faz dito, transpassam as relações tecidas dentro das linhas que integram esse conjunto heterogêneo de leis, instituições, discursos, decretos etc, integram caminhos sobre o que é discursivizado e ainda surgem como “setas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” Deleuze (1990). O poder está submetido, de modo direto, nas relações em que o dizer e o fazer estão envolvidos; assim, o poder dita as regras de aparecimento dos jogos de palavras, visibilidades e enunciados.

A última dimensão que compõe os dispositivos chama-se *linhas de subjetivação*. A subjetividade surge como produto daquilo que entra em jogo nas formas de como os dizeres, enunciados, imagens se efetivam e se negligenciam, conceituando também as linhas de subjetividades como linhas de fuga; e isso nos coloca diante de uma questão importantíssima: a constituição dessas identidades/imagens/subjetividades que aparecem para nós.

Ao entrarmos na ilha do Combu, percebemos formas de existências de sujeitas como Dona Nena, que desenvolveu uma linha de chocolates refinados a partir do cacau plantado no quintal de sua casa e que ganhou notoriedade com a instalação de uma chocolateria em plena ilha do Combu. Essas subjetividades são construídas por meio dessa rede que interliga discursos, instituições, bem como veículos de divulgação de notícia. juntamente com instrumentos de imposição de poder sobre o que enxerga do outro lado do rio Guamá.

Pelas formulações de Carvalho & Sargentini (2014), os sujeitos se formam pela relação direta e indireta com os dispositivos. Dessa forma, um dos principais dispositivos que atuam nessa consolidação é o midiático, pois, a começar das técnicas de agenciamentos da imagem e da informação, subjetivações se tecem para assumir distintos papéis. Para Foucault (2020), o sujeito não é concebido por sua personificação, mas por ser uma posição a ser ocupada. Dessa maneira, podemos considerar o sujeito como uma função vazia a ser preenchida por diversas identificações e com isso, Carvalho & Sargentini (2014, p.28) expõem que “o sujeito – esvaziado de si – vaga de dispositivo em dispositivo que acentuam apenas o mecanismo de controle”. A capacidade de agir na produção de novas identidades, o dispositivo, por meio das técnicas de poder desinstitucionaliza algumas identificações e/ou substitui outras. Cabe aqui,

compreender que um indivíduo pode ocupar posições variadas a depender dos espaços a serem ocupados.

Após mencionar que os dispositivos estão diretamente relacionados a um jogo de poder, Foucault elucida que eles possuem um caráter que põe em questão forças e operações que direcionam determinadas práticas sociais. Em outros termos, tudo o que é mobilizado no interior de cada dispositivo é introduzido de modo direto em teias em que os jogos de poder direcionarão, estabilizarão, utilizarão os saberes mobilizados em dadas práticas.

Para se constituir uma teoria do poder haverá sempre “a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um momento[...]” (Foucault, 2021, p. 370). É preciso notar com os pressupostos foucaultianos que a preocupação do autor não é feita com a questão da gênese em si, mas com a singularidade e precisão com que uma dada forma de conceber o poder se efetiva. A noção do tempo e do lugar, onde se emana o poder, denota a sua essência para, assim, ser estabelecido nos microlugares em que ele se efetiva. Desse modo, o poder não se hierarquiza, ao ponto, somente, de advir de lugares mais institucionalizados. Porém, no jogo dos dispositivos, o poder se desloca das instituições e se pulveriza ao longo das relações que são tecidas socialmente.

2.3.1 O dispositivo colonial na construção do espaço amazônico

Pensar a Amazônia por meio de como ela foi concebida ao longo do processo de colonização do país é colocá-la como um espaço a ser conhecido e estudado. Visto e concebido como fronteira para as matrizes de desenvolvimento econômico tendo como referência outras regiões brasileiras. Composta por um território internacional, que compreende uma extensão que alcança a Bolívia, Brasil, Equador, Peru e Venezuela, a Amazônia, na consolidação deste vasto território, possui a maior parte deste firmado em terras brasileiras, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Para um espaço que foi e é marcado por um conjunto de transformações sociais, ambientais, econômicas, a Amazônia se sustenta, a princípio, por ser um dos maiores, ou senão o maior laboratório científico do planeta. É válido pontuar que os bens naturais advindo das populações, das florestas, matas e rios servem como instrumentos de estudos e análises científicos(as) ao longo de todo o globo. Nessa proveniência de recursos, é lícito observar que a constitucionalidade desse espaço está para além do tempo.

Para Gregolin & Neves (2021), a Amazônia está no centro de um grande sistema de funcionamento de leis, decretos, instituições, proposições e discursos que invisibilizam saberes,

culturas, línguas, povos, comunidades e sujeitos(as). A esse empreendimento as autoras chamam de Dispositivo Colonial.

Tal conceito, definido em um artigo científico escrito pelas professoras Maria do Rosário Gregolin (Unesp/Araraquara) e Ivânia dos Santos Neves (UFPA), publicado na edição de número 57 da revista *Moara* – vinculada ao programa de pós-graduação em letras da UFPA, vem sendo pensado e maturado desde 2009 a partir da tese de doutorado da Professora Ivânia Neves intitulada *A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi*.

Nesse estudo, a professora destaca que, na história dos acontecimentos de “invasão” das antigas colônias europeias, o discurso hegemônico de conquista desses lugares era e foi contado, nos primeiros séculos de exploração, por meio da voz do “conquistador”. Portanto, surge, desse lugar de inquietação, a tese de doutoramento da pesquisadora quando ela se questiona acerca da existência de outras narrativas que não contariam essas formas de dominação ou até mesmo outras narrativas acerca das próprias sociedades indígenas em questão.

A professora Ivânia Neves buscou, desde 2009, pensar acerca dos mecanismos que se articulam para exercer domínio de territórios, hierarquizar saberes, instituir poderes e invisibilizar culturas a partir de uma nomenclatura adotada por ela como: *sistema colonial*; e podemos enxergar isso pela seguinte citação:

Não é possível pensar que existiu um único sujeito particular que planejou o sistema colonial. Nem mesmo uma única instituição ocidental pode ser responsabilizada individualmente. O colonialismo europeu, tanto na América como em outras partes do mundo, se impôs a partir de uma multiplicidade de interesses. Os Estados europeus, com seus exércitos e seus anseios de se tornarem impérios, as grandes empresas que começavam a surgir e desejavam abrir novas frentes de exploração econômica e a Igreja Católica com o objetivo de aumentar o rebanho de Deus são alguns dos mais visíveis fatores que impulsionaram as práticas coloniais.

Para alcançar seus objetivos, estas instituições ocidentais criaram uma série de estratégias de dominação, dispositivos que agenciavam a exploração de riquezas florestais e minerais, mas que se estruturavam na construção de cidades, na imposição de línguas oficiais, e que também estabeleceram os processos de sujeição impostos às sociedades indígenas (NEVES, 2009, P.32).

Podemos notar pela citação que há um movimento de implantação de um dado domínio sobre o povo “conquistado” quando se trata de território brasileiro. Esse aspecto hegemônico de instauração de um poder sobre Brasil no século XV e XVI. Atualmente, a autora conceitua o de Dispositivo colonial.

Desde o momento em que a professora Ivânia Neves começa a discutir as interferências do poder colonial sobre as sociedades indígenas Tupi, durante os primeiros séculos de

exploração do Brasil e em pontos específicos da história, a pesquisadora se aprofunda em leitura de autores decoloniais e tem a honra de orientar trabalhos que aprofundam essa discussão acerca do dispositivo colonial.

Um dos trabalhos orientado pela professora Ivânia Neves foi a tese de doutorado de Flávia Marinho Lisboa intitulada *Língua como linha de força do dispositivo colonial: os gavião entre a aldeia e a universidade*. Lisboa (2019) propõe pensar numa relação existente entre os estudos discursivos foucaultianos e a própria decolonialidade. Para muitos autores decoloniais, ambas as noções surgem com um certo estranhamento pelo fato de Michel Foucault ser um autor francês e seus escritos não versarem sobre a realidade das ex-colônias europeias. A autora compreende que há um movimento forte realizado por alguns autores para inverter a lógica da “conquista” das ex-colônias. O que é interessante aqui está no fato de entender autores como Anibal Quijano, Walter Dignolo, Paulo Freire como pilares de um movimento (decolonial) que nos fará enxergar as marcas de um sistema que até hoje se atualiza e se cristaliza sobre os olhares de muitos: a colonialidade.

Para Lisboa (2019), o ponto de relação entre o filósofo francês e os estudos decoloniais está no contato e no enfrentamento das etnias com as relações vivenciadas ao longo dos mais de 500 anos de colonização europeia na América. Há, segundo a autora, dois conceitos: o de ‘genealogia’ e o de ‘dispositivo’, que se sustentam na obra foucaultiana, correlacionando-se com o conceito de ‘colonialidade do poder’ proposto por Quijano,

entendendo que os primeiros coadunam com a história de luta por reconhecimento e valorização da forma de pensar/existir indígena e o segundo como a força opressora sobre esses povos, o pensamento responsável por fundamentar sistematicamente as conjunturas sociais, políticas e econômicas da sociedade no sentido de legitimar a eliminação física e simbólica dos povos originários (LISBOA, 2019, P.75).

A relação apresentada pincela, a grosso modo, a maneira de se instituir marcas trazidas e consolidadas pelo racismo aos povos originários e aos africanos em condição escravizante na América; esse fato contribui de modo operante para a consolidação do poder, num momento em que há um desenho da forma de vida desses povos por meio da genealogia proposta por Foucault, mas dominada por uma política de extermínio e invisibilização postulada pelas técnicas da colonialidade do poder proposta por Anibal Quijano.

Há um governo que se aplica sobre os corpos, línguas, saberes e que se sustenta em cima de relações de poder capazes de estabelecer controle sobre essas matizes. pela voz de Neves

(2009), essa influência histórica de domínio representa uma força de apagamento de modos de vida e de cenários de existência.

Após um longo caminho de maturação de um conceito, a noção de ‘dispositivo colonial’ é outorgada, segundo Gregolin & Neves (2021), por relacionar três instâncias: discurso, arqueologia foucaultiana e colonialidade. A força de uma nomenclatura que dê conta da grandiosidade do empreendimento dessa noção, segundo as autoras, permitirá que enxerguemos essas três instâncias interrelacionadas e não fraturadas entre si.

A partir da proposição das pesquisadoras, correlacionar tais instâncias, far-nos-á perceber esse projeto por meio de uma relação direta com a história:

O Dispositivo Colonial, com seus contornos permeáveis, está diretamente relacionado à colonização europeia, iniciada com as grandes navegações no final do século XV e mantido bem vivo na atualidade, com seus reposicionamentos e suas novas possibilidades históricas. Podemos pensá-lo como **um programa empreendido, a princípio pelos europeus com seus interesses comerciais, militares e religiosos, mas que também foi assumido pelas elites locais dos países colonizados, tanto na América como em outros continentes**. Nossa proposta é concebê-lo como uma arquitetônica global que funciona por meio da articulação de vários outros dispositivos (GREGOLIN & NEVES, 2021, p. 14).

Tal proposição é sustentada de modo que há um projeto histórico de poder que se vincula e conecta instituições, regramentos, posturas e decretos. Mas também é capaz de aprofundar abismos sociais, inferiorizar modos de vida e apagar saberes que se consolidaram ao longo do tempo sobre uma espacialidade. Esse fator interliga redes de poder ao ponto de determinar as verdades históricas de um momento; verdades estas que se visibilizam, mas também se legitimam ao ponto de se sacralizarem; ou seja, na medida em que são instituídas, elas fortalecem os poderes a elas conferidos.

Ao aprofundar o conceito já definido de ‘dispositivo colonial’ é necessário um retorno às proposições foucaultianas, quando o francês concebe as características constituintes dos dispositivos. Aqui, já mencionamos que não há nos livros escritos por Foucault uma definição precisa desse termo, mas há sinalizações dadas por ele em suas entrevistas. Nelas, Foucault (2021) expõe que os dispositivos são um conjunto de elementos heterogêneos em sua essência; caracterizam-se por sempre estabelecer uma relação com jogos de poder e por sempre responder a uma urgência histórica.

Após a concepção trazida por Gregolin & Neves (2021) acerca do conceito de dispositivo colonial, é de suma importância compreender como se efetiva suas relações. É fato

que pelas heterogeneidades dos elementos constituintes de um dispositivo, seu funcionamento possui relações com outras categorias; estabelecendo, assim, regramentos, posturas e condutas.

Se há uma data ou proposição temporal de consolidação das técnicas de poder do dispositivo colonial, os cinco séculos de suas apreensões priorizam, segundo Gregolin & Neves (2021), a questão econômica. Os interesses que mobilizam a economia por parte de diversas nações europeias fizeram com que um conflito entre povos e comunidades originárias ocorresse.

Segundo Mignolo (2003), a ideia de dominação por parte dos europeus que colonizaram a América surgiu atrelada ao controle e ao sistema administrativo das colônias, ausentando-se do poder africanos e indígenas. O que entra em jogo pelos desdobramentos da efetivação desse controle são: a economia, a autoridade, as questões de gênero e o vínculo entre o saber e a subjetividade. Os Quatro princípios orquestram um sistema organizado de dominação que pretendia instituir uma forma de governo para um “novo mundo”, para o que se dispunha de riqueza, para os corpos, línguas, saberes e costumes.

Os conceitos mobilizados ao longo desse capítulo nos ajudarão a pensar o espaço heterotópico amazônico, a partir de uma invisibilização do sujeito morador das ilhas na porção insular da cidade de Belém. Há um esforço de olhar para aspectos de intervenção humana na região da ilha do Combu que transpassam a barreira do estado do Pará ao se privilegiar um turismo que é feito para pessoas que não são das ilhas. Esse esforço nega a existência de um sujeito morador, ao passo que reforça silenciamentos trazidos desde a colonização para a região amazônica. Em outras palavras: o que é discursivizado nas e pelas espacialidades heterotópicas da Amazônia insular está inserido em uma ordem do discurso que concebe esses lugares a partir de uma intermediação e de estratos sociais que selecionam quem passa por eles e/ou habita neles.

A força dos dispositivos é tão impactante que atravessa todos os setores da sociedade e até os mais distintos modos de vida das pessoas que habitam em sociedades. Isso podemos ver quando:

Dentro dos dispositivos, digladiam-se estratégias de imposição de resistência, que podem se chocar, se camuflar e até mesmo convergir. Sem formas fixas, com frequências se atravessam uns com os outros. Eles se atualizam, se reposicionam e normalizam o cotidiano de sujeitas e sujeitos que sequer suspeitam de seus contornos (GREGOLIN & NEVES, p. 14).

Em sociedades amazônicas, principalmente aquelas que são atravessadas pelos rios, o outro se faz presente como uma espécie de redenção diante de um esquecimento, de uma desassistência e de uma morada distante dos grandes centros. Na Belém da madrugada, é

possível enxergar forças despendidas em embarcações que chegam com pescados e frutas de várzea colhidas durante o período do dia, nas ilhas, para serem comercializados no cais de Ver-o-Peso⁴. O morador, nesse contexto novo de comercialização, posiciona-se no papel de atravessador para o empresário que irá revender o açaí ou o pescado comprado do sujeito da ilha com o valor dobrado. É nesse instante que a citação das autoras é constatada, pois o morador das ilhas é submetido ao sistema de exploração de força, movido pela ótica do capital, permitindo que haja um reposicionamento de sujeito para, assim, atender aos interesses do grupo de empresários da região. Porém, sem se dar conta disso.

4 Esse movimento de embarcações será aprofundado e melhor descrito nos próximos capítulos.

3. NOS FLUXOS INVERSOS DOS BARCOS, RABETAS E POPOPÔS: DAS HETEROTOPIAS DOS RIOS AO GRANDE CENTRO CHAMADO BELÉM

O percurso que faremos ao longo deste capítulo vem instaurar um itinerário inverso que compreenderá conceitos específicos da caixa de ferramenta foucaultiana como Espaço, Saber e Poder com proposições que se interrelacionarão com conhecimentos da geografia, política e cartografia. A convergência de conceitos básicos para formação do pensamento que iremos propor estabelecerá alguns pontos de diálogo com áreas de conhecimento que estão para além da linguística. Entretanto, ela se fará presente enquanto materialidade discursiva nas fotografias feitas, retiradas de “sites” e nas leituras de mapas que apresentaremos.

A princípio, nossa discussão inicia com uma apreensão que coloca Foucault como um pensador dos espaços, estes não apreendidos de modo isolado, mas entendido a partir do conceito valioso à sua aspiração que é o conceito de Poder (2021), que para o francês, especializa-se à medida de sua instauração e dispersão. O poder é multi-localizado e também operatório, pois produz saberes e tece relações em lugares sacralizados e heterotópicos. Na primeira subseção deste capítulo, iremos defender essa ideia, logo de início, para depois focalizar no modo como as heterotopias, compreendidas como espaços-outros, são sistematizadas.

Na segunda seção deste capítulo, discutiremos a cidade enquanto laboratório que materializa as mais distintas práticas discursivas a partir de dois conceitos-chave: espaço e lugar, a partir das proposições de Certeau (2008). Neste capítulo, a cidade não será vista somente como espaço onde as práticas de manutenção de poder e saber se efetivam. Elas são tecidas e constituídas por fragmentações e multiplicidades que fazem delas plurais em seu modo de existir e operar as relações constituídas em seu cerne. Apresentaremos uma discussão que busca pensar como os anseios trazidos com a globalização modificam os modos de vida nos grandes centros e como estes influenciam as práticas que são articuladas nos pequenos centros.

A cidade de Belém do Pará aparecerá na terceira subseção deste capítulo. Nele, um debate historiográfico será feito partindo das primeiras incursões dos portugueses sobre a região colonizada no início do século XVII. A capital do estado do Pará surge, neste momento, como cidade indígena – Mairi – e portuguesa – Belém – por conta de sua tecitura. Além disso, traremos alguns dados que permitirão com que a cidade seja vista a partir de seus impactos para a região amazônica, principalmente, por meio do que há em sua extensão continental.

A ilha do Combu, em Belém-PA, será nosso último ponto de abordagem desse capítulo. A ilha que se constitui pela floresta alagada faz parte desse espaço amazônico, um território marcado por múltiplos lugares que são responsáveis por garantir inúmeras identidades para Belém do Pará e para a própria ilha. O funcionamento insular é diurno e as práticas dos sujeitos que são inseridos nessas espacialidades aquosas da capital da Amazônia são costuradas por sujeitos que atravessam em embarcações singulares desta localidade amazônica.

3.1 De outros espaços: pensando as espacialidades com Foucault

Os estudos discursivos foucaultianos, ao longo da história de consolidação de suas pesquisas no Brasil, surgem voltados para pensar os conceitos-chave da obra do francês como: Discurso; Poder; Resistência; Subjetividade; Corpo; Verdade; Governamentalidade; etc. Dentro dessa lista de conceitos que firmam a obra foucaultiana, podemos também introduzir o debate acerca das espacialidades a partir dos escritos do autor francês.

É preciso enxergar Foucault como um pensador das espacialidades, estas que são apreendidas em suas multiplicidades de atuação e concebidas para além de uma fronteira temporal. Os espaços, por mais que sejam dispostos numa dada localidade, efetivam-se através de uma concomitância em seus modos de instauração. Com isso, mercados integram-se aos cotidianos das feiras, a céu aberto ou iluminados à meia luz; bares consolidam-se nas ruas, vielas e avenidas; os portos recebem espacialidades que deslizam sobre rios, mares e oceanos como os barcos, cargueiros, cruzeiros e navios; procissões percorrem rodovias agradecendo bênçãos advindas do sagrado. Bordéis se avizinham com templos e igrejas; Corpos – em suas práticas – compõem lugares alternativos de contemplação, trabalho e entretenimento.

A simultaneidade em que os lugares se efetivam estão para além de uma noção geográfica, neles, impingem-se noções que perpassam o jurídico, a economia, a história, a geologia e as questões administrativas. Há dois conceitos centrais na obra de Michel Foucault – Saber e Poder – que vale a pena utilizarmos suas apreensões para pensarmos como tais noções se validam quando as espacializamos.

O francês expõe que:

Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer

descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções, como campo, posição, região, território (FOUCAULT, 2021, p. 251).

A relação entre ‘saber’ e ‘poder’ é legitimada a partir de seus espaços de efetivação; a forma como os saberes se peculiarizam a dadas localidades efetivam nelas funcionamentos e instaurações de determinados poderes que são cabíveis àquelas espacialidades. O ‘saber’, por mais que a perspectiva temporal seja a mais usual para se compreender sua atuação, não há como dissociá-lo da perspectiva do lugar: pelos lugares, os saberes se firmam, modificam ações e instauram determinadas verdades de uma dada época e localidade. Então, ‘tempo’ e ‘espaço’ são indissociáveis na compreensão dos saberes instituídos e dos poderes em operação.

O saber, quando legitimado, estabelece verdades que se instauram em seus espaços de atuação; isso permite que padrões sejam condicionados e impingidos aos sujeitos que residem, passam e visitam os lugares onde eles se fixam. Isto caracteriza um método que vem ganhando espaço nas discussões realizadas pelo GT ‘Estudos Discursivos Foucaultianos’ denominado: Arqueogenealogia. Tal método corresponde a uma associação entre dois grandes momentos da obra foucaultiana: O ‘Saber’ e o ‘Poder, pensados não em seus cenários de isolamento, mas compreendidos por seus entrecruzamentos e pontos de diálogo. O ‘Poder’ como uma resultante de um saber estabelecido é visto como mecanismo que determina dadas ações/práticas, enquanto o ‘Saber’ reconhece habilidades dotadas de subjetividades.

É preciso espacializar os saberes e poderes em seus instantes de imbricamentos, compreendê-los somente dentro de fatores temporais. Segundo Foucault (2021) isso permitirá com que as relações sejam compreendidas dentro de uma “consciência coletiva no interior da qual se passariam as coisas.”⁵ A partir do instante que compreendermos tais conceitos nas espacialidades estabelecidas, poderemos entender como as relações de poder atuam e transformam os discursos em seus lugares de aparecimentos.

É interessante compreender que, quando Foucault busca pensar nas singularidades daquilo que é dito, uma fala ganha notoriedade: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar.” (Foucault, 2020, p. 33). A unicidade dos enunciados não é medida somente pelo tempo em que algo foi discursivizado, mas também pelo lugar onde o dizer se fez materializado. É preciso compreender que o espaço do discurso é entremeado de outros espaçamentos que autorizam dados fazeres e ações precisas.

O texto ‘Sobre a Geografia’, presente na *Microfísica do Poder* (2021), trata-se de uma entrevista concedida a um grupo de geógrafos acerca dos impactos que alguns conceitos

5 (FOUCAULT, 2021, p. 252)

mobilizados por Michel Foucault na ‘Arqueologia do Saber’ causaram nos estudos da geografia. Após ser questionado acerca do lugar da geografia na arqueologia do saber desenvolvida por Foucault, o teórico busca entender de que forma tal ciência pode ser compreendida dentro de seus escritos. Assim, ao mostrar aos estudiosos que o método arqueológico de compreensão e de trabalho com o saber, por mais que se possa enxergar pontos de proximidade de elementos cuja geografia possa se utilizar, não se pode afirmar que seria uma pretensão foucaultiana o aprofundamento em tais questões de cunho geográfico.

Logo, acerca de tal debate, é dito:

Você me pergunta se a geografia tem um lugar na arqueologia do saber. Sim, contanto que se mude a formulação. Achar um lugar para a geografia seria o mesmo que dizer que a arqueologia do saber tem um projeto de recobrimento total e exaustivo de todos os domínios do saber, o que de modo algum é o que tenho em mente. A arqueologia do saber é simplesmente um modo de abordagem (FOUCAULT, 2021, p.249).

As palavras do Francês surgem para questionar a necessidade de muitas ciências na contemporaneidade e nos lugares de atuação de suas concepções: a imprescindibilidade da conexão de determinados temas e áreas. Foucault inquieta-se com a surpresa dos estudiosos em enxergar pontos de diálogo da geografia com a arqueologia e lhes propõem formas de tentar conceber uma possível arqueologia do saber geográfico a partir de um novo modo de se pensar a geografia, questionando-se: “Qual é a sua história, quais são os seus efeitos, como isso se entrelaça com as relações de poder?” (FOUCAULT, 2021, p. 249). Ao se utilizar dessas questões nos objetos de estudo dos saberes geográficos, para o teórico, seria cabível realizar uma arqueologia do saber disposta pela geografia.

Há um debate bem acirrado sobre os pontos de referência que o teórico francês faz ao ser questionado sobre abordar espacialidades, segundo os geógrafos que o entrevistam, Foucault periodiza os acontecimentos e faz essa periodização de modo distinto, pois cada espacialidade insere-se em peculiaridades temporais específicas, por esse motivo, para a geografia, o fato tempo-espço não se dissociam. O teórico, ao se defrontar com esses olhares para as suas análises, expõe que é notório que toda forma de se entender, estudar, analisar uma dada espacialidade não seja descartada a questão temporal e que ultrapassar a fronteira do tempo e do lugar é possível desde que esta possa lhe servir de modelo para situar determinados fenômenos em dadas sociedades.

Algumas referências espaciais podem ser imprecisas por se localizarem em lugares de mobilidade ou que podem estar abertos a modificações e deslocamentos, denominados como

“metáforas espaciais” (localidade, deslocamento, posicionamento); outras referências surgem denominadas como “metáforas geográficas”, entre elas estão:

Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.
 Campo: noção econômica-jurídica.
 Deslocamento: um exército, uma tropa, uma população se deslocam.
 Domínio: noção jurídico-política.
 Solo: noção histórico-geológica.
 Região: noção fiscal, administrativa, militar.
 Horizonte: noção pictórica, mas também estratégica.
 Dessas, só uma noção é verdadeiramente geográfica, a de arquipélago (FOUCAULT, 2021, p. 250).

O francês destaca que tais noções, que estão, por vezes, na base do pensamento geográfico, não se restringem somente a ele, ultrapassam fronteiras de atuação e de operação. O que está no centro das preocupações foucaultianas é como a relação de Saber e de Poder se sustentam no interior de cada metáfora geográfica. Por meio dessa questão, não somente o lugar surge como materialidade para essa relação, o discurso é encorpado de lutas, busca de estabelecimento de significativas verdades que a relação entre Saber e Poder são tecidas.

Aqui, cabe o resgate de nosso centro de proposição: os espaços interconectam-se por haver em sua constituição uma vastidão de domínios que não se fixam em um só campo do saber, nem se delimitam em relação ao tempo. O que antigamente se paralelizava, no hoje, se incrementa, pois “na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínio, o que se fazia aflorar eram processos-históricos certamente de poder.” (FOUCAULT, 2021, p.253) onde o tempo-espaço se inter cruzam e atuam diretamente no agir de cada fenômeno.

Foucault é compreendido, segundo Deleuze (2005), como um novo cartógrafo a partir dos pressupostos e pelas correntes de pensamentos extraídos das proposições de Vigiar e Punir (1975). A partir da década de 70, há um esforço foucaultiano de pensar a questão do poder sendo inserido e analisado a partir de sua instauração cotidiana nas espacialidades que são envolvidas por ele. Dessa maneira, Gilles Deleuze, em seu livro “Foucault”, busca, por meio de um sintetismo, mostrar uma preocupação do francês em assinalar postulados que vão de encontro com a noção de poder levantada pelo marxismo.

O poder para Foucault, espacializa-se ao mesmo tempo que é descentralizado. Acredita-se na efetivação do poder pelo âmbito da dispersão. Em contrapartida, jamais pode ser pensado pelo postulado que o concebe como um objeto a ter uma dada propriedade. Para o Francês, ele é tido como um exercício que a medida em que se faz instaurado produz efeitos, estes advindo

de um conjunto de pontos estratégicos de consolidação. Por se instaurar em distintas localizações, não seria cabível pensar ele detido somente nas mãos de um Governo determinante, pelo contrário, o Estado aparece em suas instâncias de efetivação como um produto de distintos pontos de efetuação de uma microfísica do Poder. Dentro dessa postulação “o poder não tem homogeneidade; define-se por singularidade, pelos pontos singulares por onde passa” (DELEUZE, 2005, p. 35).

O poder por ser da ordem do múltiplo, do movimento na sociedade pós-moderna, assume uma roupagem nova: a partir das postulações advindas de Vigiar e Punir (1975), Foucault nos faz pensar no modelo integralizado que autoriza as relações humanas e sociais a serem vistos e tecidos pela vertente da disciplina. À medida que ela é introduzida como uma tecnologia que determinará ações e práticas, ela transpassará espacialidades que formatarão um novo conjunto de regramentos de atuação aos sujeitos, instituições, discursos e práticas.

Há poderes específicos de dadas localidades, porém dispersos em seu espectro de atuação. O caráter produtor do poder imbrica-se em regiões que não se colocam, somente, de modo exterior ao indivíduo. Pelo olhar marxista, categoricamente criticado por Foucault, o poder é concebido por uma hierarquia constitutiva, de onde se pode extrair uma relação de subordinação. Foucault compreende essa relação de modo distinto às concepções marxistas, para ele, o poder exerce a sua função a partir de técnicas que se equivalem, se justapõem de modo contínuo, sem um centro, sem um marco de imposição. Ele é um exercício que se faz constituído e tecido por uma rede de relações difusa e repartida de atuação.

Um outro fator de crítica postulada por Foucault vai de encontro com a concepção que o Poder possui uma essência a ser atribuída a um ser, instituição ou domínio. Para ele, o poder surge como uma operação cujo exercício passeia por distintas ambientações e nas localidades onde opera, produz saberes, relações e identidades. Os poderes que recaem sobre os sujeitos evidenciam seus lugares ao ponto de se esparramar e se difundir sobre os espaços. Estes não visto numa perspectiva macro de atuação, mas ao se microespacializar. Logo,

a relação de poder se insere em todo lugar onde existem singularidades, ainda que minúsculas, relações de força como “discussões de vizinhos, brigas de pais e crianças, desentendimentos de casais, excessos alcoólicos e sexuais, rixas públicas e – tantas – paixões secretas (DELEUZE, 2005, p.38).

Por se microespacializar, o poder atinge localizações ainda mais sutis diante do cotidiano dos fatos⁶. Sobre isso, Foucault acredita que o poder, no seu agir, não assume uma função somente pautada em contextos de repressão e/ou de força. Quando aborda o poder, enxerga que antes de aplicar a repressão ele produz comportamento, relaciona conhecimentos e instaura novas realidades. Não se nega a repressão, mas concebe um caráter produtor vindo do poder em exercício. Dessa forma, antes de se operacionalizar, o poder institui verdades, constrói realidades e atua sobre localizações específicas.

Deleuze (2005) elucida que Foucault compreende que o exercício de poder de um aparelho de Estado não surge para que um tipo de comportamento seja instaurado e imposto, mas advém para se efetivar como técnica e aplicabilidade de uma estratégia a ser posta em operação.

Fazer pensar diferente acerca da concepção do poder na sociedade é uma tarefa dos escritos foucaultianos. Conceber as novas configurações em que o poder se efetiva nos escancarará um Foucault preocupado com espaços a partir de sua análise e das proposições de um novo olhar dado à prisão e seus aspectos constituintes. A partir dessa visão, Deleuze (2005) expõe que a prisão não é compreendida aqui como um espaçamento distante de um aspecto inflexível, mas como uma nova técnica aplicada sobre os sujeitos que a integram. Diante disso, observa-se que há um conjunto jurídico que atua sobre as espacialidades; no caso da prisão, o direito penal surge com esse princípio de regulação e atuação.

Acerca dos lugares, observa-se que há sobre eles uma tensão que repousa entre o que se diz e o que se vê tanto de modo interno quanto de maneira externa que a envolve. Deleuze (2005, p.42) expõe que “a prisão enquanto forma de conteúdo tem ela própria seus enunciados, seus regulamentos.”. As formas de visibilidades da maneira como as espacialidades surgem podem convergir ou não daquilo que se faz enunciação.

Ao pensar a questão dos espaços,

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos, do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama (FOUCAULT, 2006, p.411).

A conjunção existente entre os espaços forma tecidos de relações capazes de impingir valor a estas localidades. Se há um elo entre elas, cabe compreender que categorias como:

6 A introdução feita por Roberto Machado presente no livro: a microfísica do Poder embasa o que estamos nos referindo ao pensar o Poder a partir de uma abordagem microfísica.

‘distanciamentos’ e ‘proximidades’ ascendem e ganham força para delimitar a funcionalidade de cada espaço. O próximo e o longínquo se entremeiam, as fronteiras passam a ter uma importância maior para definir o que é de cada espacialidade e determinar novas configurações ao fazer humano.

Como já dito, as vivências são mobilizadas em espaços de ordem e de movimento, estes que formam não somente uma teia de localizações, mas que instauram práticas que perfuram e invadem lugares que as legitimam. A contemporaneidade compreendida como a era das espacialidades reinventa modos de se enxergar as relações humanas vistas, presenciadas e configuradas no interior de cada espaçamento. É possível perceber que, nesse momento da história, as coisas não se definem e nem se estruturam a partir de seu isolamento, porém é no e pelo outro que experiências são definidas e os espaços recebem *status* e valor.

Foucault, em sua conferência “Des espaces autres” – Outros espaços (título em português) – realizada no *Cercle d’Études Architecturales*, em 14 de março de 1967 - França, busca analisar as heterogêneas espacialidades que estão no centro das relações humanas. No início desta conferência, há um debate necessário sobre a relação direta entre tempo e espaço que, para o francês, não pode ser ignorada: os espaços, hoje, não surgem para efeito de inovação, eles são compreendido pelo tempo; que tanto pode habitá-lo, quanto ser invadido por ele. O tempo é introduzido nas espacialidades.

Foucault (2009, p. 413) expõe que a partir de Gaston Bachelard, em seu livro *La poétique de l’espace* (1957) pode-se compreender que “não vivemos em um espaço homogêneo e vazio; mas, pelo contrário, em um espaço carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado por fantasmas.”. As heterogeneidades são constitutivas dos lugares que, por sua vez, podem referenciar e concentrar elementos que aludem a uma história obscura, sub-reptícia e de dor ao passo que estas mesmas referências que se espacializam podem estar alocadas de outras com características totalmente diferentes das iniciais.

Para pensar as peculiaridades dos espaçamentos a partir de um olhar de fora, externo ao sujeito, o francês explicita:

o que me interessa, dentre todos esses posicionamentos, alguns dentre eles que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos; mas, de um tal modo, que eles suspendem, neutralizam, ou invertem o conjunto das relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas. Esses espaços que, por assim dizer estão ligados a todos os outros, contradizendo, no entanto, todos os outros posicionamentos, são de dois grandes tipos (FOUCAULT, 2009, p.414).

O foco de interesse do teórico surge no aperfeiçoamento de duas grandes noções de espacialidades que não somente serão apresentadas, mas também apreendidas dentro de suas relações: as utopias e as heterotopias. Ambas se relacionam, por mais que sejam por seus caminhos de distinção.

As utopias, caracterizam-se, segundo Foucault (2009), por seu aspecto metafísico, pois a relação que elas possuem com a realidade colocam-nas em um lugar irreal de aparecimento. As utopias consolidam-se em sua essência de refinamento e de oposição a tudo aquilo que a sociedade possui e representa. Em outro plano, as heterotopias firmam-se por serem efetivas, factuais e concretas. Elas estão dispostas por todo espectro social que as permitem existir, pois “[...]se podem encontrar no interior da cultura, estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis.” (FOUCAULT, 2009, p. 415).

A heterotopia, por ser compreendida como um espaço-outro, é possível descrevê-las por meio de 6 (seis) princípios que nos permitirá compreender o mecanismo de funcionamento destas no campo social.

Primeiro princípio é que provavelmente não há uma única cultura no mundo que não se constitua de heterotopias. É uma constante de qualquer grupo humano. Mas as heterotopias assumem, evidentemente, formas que são muito variadas, e talvez não se encontrasse uma única forma de heterotopia que fosse absolutamente universal (FOUCAULT, 2009, p. 416).

A princípio, são postos em questão dois fatores importantíssimos que peculiarizam a existência de uma heterotopia: sua extensão e seu caráter metamórfico. Tal fato não restringe o conceito a lugares somente externos, o fator corpóreo assume uma função de bastante importância quando são lugares marcados por uma transitoriedade – transgeneridade, o não-binarismo. Essa proposição nos leva a expandir o conceito de heterotopia para além de um lugar fora da categoria humana.

O segundo princípio dessa descrição das heterotopias é que, no curso de sua história, uma sociedade pode fazer funcionar de uma maneira muito diferente uma heterotopia que existe e que não deixou de existir; de fato, cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade, e a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura na qual ela se encontra, ter um funcionamento ou um outro (FOUCAULT, 2009, p. 417).

Por ter uma natureza móvel, seu agir sobre os lugares que lhe são autorizados se faz próprio e único. A engrenagem de funcionamento de cada heterotopia assume uma precisão típica da região em que habita. O modo de operacionalizar um presídio que se localiza em uma

ilha como o caso de Cotijuba, no Pará, é completamente distinto da maneira como o complexo penitenciário de Bangu, na zona Oeste do Rio de Janeiro, se estrutura e funciona.

O presídio desativado de Cotijuba localiza-se em uma ilha próxima à cidade de Belém do Pará. Enquanto funcionava durante o período dos anos de chumbo, tal lugar foi palco de diversos cenários de tortura para os indivíduos privados de liberdade daquele período. Também podemos levar em consideração o fato de estar situado em uma ilha, fato este que corrobora a ideia de que o sujeito da desordem precisa ser isolado do convívio social. Em consonância, temos o complexo penitenciário de Bangu, que não se encontra em uma ilha, mas caracteriza-se como tal pelo próprio sistema que o integra. Concebida como a primeira unidade de segurança máxima do País, Bangu 1 recebe o título de prisão de castigo, pois se utiliza desse título para fins de disciplinamento. Com isso, podemos perceber que as heterotopias, por mais que possuam as mesmas representatividades, são tecidas por canais de funcionamento próprios.

Segundo Foucault (2009, p.418): no Terceiro princípio, “as heterotopias têm o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis.” Os paradoxos ocupam a mesma espacialidade, invertem a lógica de coesão ao coexistirem numa dada região. Templos que sacralizam entidades deixam seus lugares fixos e invadem a cracolândia no centro de São Paulo; Jetski’s percorrem o mesmo rio que serve de rota para rabetas e popopôs em Belém do Pará e espaços de meditação são colocados dentro de saunas masculinas no centro histórico de Porto Alegre.

As justaposições de espacialidades que se incompatibilizam constroem novas formas de se estabelecer sentido para tais heterotopias. Conseqüentemente, novas formas de concebê-las, apreendê-las e analisá-las passam a ter funcionalidade, o que num primeiro momento inverte a lógica de compreensão, os espaços contraditórios que povoam as mais distintas heterotopias, firmam-se e caracterizam a heterotopia por sua pluralidade constitutiva.

Quarto princípio. As heterotopias estão ligadas, mais freqüentemente, a recortes do tempo, ou seja, elas dão para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronias; a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional (FOUCAULT, 2009, p. 418).

Há uma relação íntima entre as heterotopias e o fator temporal, assim como em alguns lugares heterotópicos buscam fazer uma acumulação temporal, há outras heterotopias que concebem o tempo a partir de sua efemeridade. Em lugares que se firmam pela sobrecarga do aspecto temporal como os museus, assim como em espacialidades que surgem pela

transitoriedade temporal como os festivais, as heterotopias desafiam a linha tênue de suas consagrações.

É visto em nossa sociedade que algumas heterotopias assumem uma temporalidade. Com a contemporaneidade, e os adventos das tecnologias de informação e comunicação, a web surge como esse lugar onde podemos percebê-la como uma heterotopia em que o tempo se acumula, a partir de seus sites que decodificam a história e seus blog's de acervo de livros que estão em nossos olhos em questão de dois clicks. Assim como se abre a efemeridade temporal por estabelecer uma temporalidade de 24h a uma postagem.

O “Quinto princípio. As heterotopias supõem sempre um sistema de abertura e fechamento que, simultaneamente, as isola e as torna penetráveis.” (FOUCAULT, 2009, p. 420) Tal característica faz a gente compreender que as espacialidades podem se abrir e se fechar às mais distintas formas de atuação. Não se entra em qualquer lugar de qualquer modo ou forma, há ritos que precisam ser materializados sob o conjunto de regras que o lugar exige.

As heterotopias se isolam e/ou abrem-se para que novas formas de se enxergar seu funcionamento se efetivem. Como por exemplo, as comunidades que são dominadas pelo tráfego na região norte da cidade do Rio de Janeiro, em que ao mesmo tempo que se fecham para o poder de polícia que determina e dita dadas ordens, elas se abrem aos mais distintos turistas que buscam conhecer as realidades e vivências que são tecidas nelas.

“Enfim, o último traço das heterotopias é que elas têm, em relação ao espaço restante, uma função” (FOUCAULT, 2009, p. 420). Este papel se desenvolverá numa bifurcação: uma que cria uma espacialidade de ilusão que denuncia quaisquer lugares que visibilize o fato da vida humana se dividir. Logo, sobre isso, Foucault até nos exemplifica com os bordéis que funcionavam como um lugar sub-reptício que colocava a ideia da monogamia, do casamento, da fidelidade à prova. Assim como um outro papel de criar um outro-espaco real, constituído pela ideia da perfeição/inteireza/ integridade que surgem como uma heterotopia da compensação.

Desse modo, as heterotopias ao criar um espaço de ilusão, mostram para os lugares que se consagraram reais que também são tecidos por essa ideia de algo ilusório/imaginário. Por outro lado, as heterotopias de compensação surgem para mostrar ao sujeito que diante do caos interno e externo que os constitui é preciso criar lugares onde a ideia da perfeição, da ordem, do equilíbrio seja alimentada e consolidada.

Foucault (2009) termina a conferência com uma alegoria e proposições que nos mobilizam e nos encantam pelo fato do objeto central de nossas inquietações dentro do fazer pesquisa seja o Rio. Por isso,

o barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de escapada em escapada para a terra, de bordel a bordel, chegue até as colônias para procurar o que elas encerram de mais precioso em seus jardins, [...] O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários (FOUCAULT, 2009, p. 421-422).

Partindo desse ponto de vista, por não se ter um lugar, o navio desliza sob águas que o leva às mais distintas espacialidades, estas que estão em diferentes culturas, localidades e regiões; lugares-outros ou institucionalizados. Ao fechar em si, o navio – por seu funcionamento – assume condição heterotópica pela precisão de seu funcionamento que se faz bem determinado quando posto em seu fluxo entre localidades uma finalidade: de transporte, de entrega e de tecer relações.

Os navios se justapõem aos lugares que por eles se passam e onde se aportam, entre os navios e a heterotopia de deslize por onde navegam: rio, mares, furos e igarapés; há outras formas de heterotopias que se encontram como: barcos, rabetas, canoas, entre outros que possuem a mesma funcionalidade. Em Belém, há furos (braços de rio) onde o trânsito de embarcações é tão intenso, em que o barulho dos motores é um som recorrente para os moradores dessas localidades. Nessa pesquisa, o barco é mais que um veículo aquaviário, ele surge como lugar que recebe o outro que não é da Amazônia e o leva para dentro da floresta, e também lugar de locomoção e de sustento para os sujeitos que são da Amazônia.

O açai permaneceria nas ilhas, os turistas não conheceriam a floresta aquosa de Belém do Pará, o Círio fluvial não seria uma manifestação religiosa e colônias não seriam invadidas no século XIX se não existissem navegações. Sempre haverá lugares para além das margens dos rios, estes que podem tanto ser estender para além de uma beira, quanto permanecem ali justapostos com espaços que deslizam sobre as águas: os navios. (*Imagem 1*).

Imagem 1-Enfileiramento de embarcações no cais do Ver-o-Peso



Disponível em: <https://pixabay.com/pt/photos/mercado-de-peixe-ver-o-peso-bel%C3%A9m-50023/>.
Acesso em 06 jun.2023, às 10h45m.

O compromisso que as embarcações possuem com os lugares onde aportam é exatamente estabelecer relação daquilo que se traz em seus interiores com o que se tende a experimentar nos portos. As preciosidades do que é encontrado nas colônias, ilhas e cidades ficarão delimitadas a elas se não houver navegação. O navio enquanto heterotopia por excelência é compreendido por inter-relacionar sonhos que, num primeiro momento, são vistos como longínquos, distantes até mesmo do modo como o outro enxerga o que se chega nas embarcações, Os Navios aproximam zonas de contato e estabelecem cenários de aventuras por e em lugares de navegação.

3.2 A cidade entre itinerários de ordem e movimento: o Espaço e o Lugar

A cidade é um marco para que as estratégias advindas das relações governamentais se efetivem, para isso:

A cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (CERTEAU,2008, p.174).

Nos espectros sociais onde as relações são tecidas cotidianamente, é visível que a cidade se configura, não somente como ambiente para que as práticas sejam colocadas em

funcionamento. É preciso observar e compreendê-la a partir de sua abertura a um cenário de construção de identidades, consolidação de alguns domínios, desenvolvimento de algumas habilidades e, também, para invenção de imaginários e histórias/estórias que molda(m) o(s) fazer(es) do(s) sujeito(s) e sujeita(s) no(s) lugar(es) onde se inscreve(m).

A cidade se abre para as mais distintas formas de consolidação de poder. Ela, compreendida como um campo macro de atuação de múltiplos sujeitos; surge como um local de instauração de diversas formas de governo. Nessas construções que se arquetam na/pela cidade, vê-se que técnicas de agenciamento dos fazeres surgem para formatar e coercitivar modos de agir.

Entre idas e vindas, chegadas e partidas, centros e periferias, avenidas e vielas, palacetes e palafitas, condomínios e comunidades as cidades surgem tecidas por suas fragmentações e multiplicidades, não somente dos espaçamentos, mas também dos sujeitos que as compõem. Segundo Cunha (2011), os espaços/lugares são categorias que se articulam pela relação com o outro, ao ponto de se firmarem pela coexistência de seu aparecimento e de função. Esses, pelas suas distintas formas de se consolidar, mobilizam sentidos múltiplos, porém quando isolados e sem estabelecer relação com outros espaçamentos a mobilidade do sentido se fará prejudicada.

No fazer a cidade, os transeuntes tecem em movimentos ininterruptos práticas cidadinas entre inúmeras espacialidades. Singapura, Nova Dheli, Macau, Londres, Frankfurt, Nova York, Cidade do México e São Paulo esboçam-se por suas hipérboles edificadas pelos seus gigantismos. Estes que transparecem determinadas práticas enquanto invisibilizam outras. Ao se elevar o olhar de modo panorâmico às grandes cidades, a massa cinzenta que se confronta com belezas naturais na América; as edificações que se paradoxificam com os movimentos de favelização na África, Nova York se verticaliza, Singapura aparece com características futuristas; e Nova Delhi se colore com os inúmeros incensos acessos às divindades. As megalópoles se superlativizam no olhar aéreo, numa nova espécie de panóptico. À medida que são vistas de baixo, os sujeitos tornam-se visíveis por uma engrenagem tecida por poderes que fazem o fluxo operante das cidades funcionar. (Imagens, 1,2,3,4,5,6,7).

Imagem 2 - Singapura-vista panorâmica	Imagem 3 - São Paulo Vista de Cima
--	---

	
<p>Disponível em: https://pixabay.com/pt/photos/cingapura-rio-singapura-arquitetura-3706832/. Acesso em 22 jun. 2023, às 17h45m.</p>	<p>Disponível em: https://pixabay.com/pt/photos/edif%C3%ADcios-cidade-horizonte-1842205/. Acesso em: 22 Jun. 2023, às 17h46m.</p>

<p>Imagem 4 - Vista Para o Central-Park- Nova York</p>	<p>Imagem 5 - Nova Delhi</p>
	
<p>Disponível em: https://pixabay.com/pt/photos/nova-york-cidade-arranha-c%C3%A9u-1745089/. Acesso em 22/06/2023, às 17h56m.</p>	<p>Disponível em: https://pixabay.com/pt/photos/deli-jama-masjid-torre-4867634/. Acesso em 22/06/22, às 18h01m.</p>

As cidades são planejadas por meio da pluralidade de suas práticas urbanísticas desenhadas pelo fato de constituírem um conjunto de relações que freiam o agir de manifestações que possam intervir numa aparente ordem instauradas nos grandes centros; além de se caracterizarem por substituir as formas inverossímeis de resistência; enfim, as cidades são dotadas de propriedades estanques e móveis, conectadas a um conjunto de domínios que se redistribuem nos mais distintos lugares/espacos de aparecimento.

Das grandes metrópoles com fluxos ininterruptos de sujeitos e diversos arranha-céus que mobilizam negócios multilaterais às pequenas cidades, com suas praças e coretos, formada de gente simples, ou até mesmo pelos movimentos que cortam as comunidades e pondo em

seguida espacializações que se distanciam de um centro calcado por suas repartições que imperativizam aos sujeitos alguns ordenamentos como o consumo e a qualificação. Assim, os ‘espaços’ e os ‘lugares’ são povoados de sentidos e subjetivados por aqueles que os pertencem e os integram.

O olhar para a cidade de cima, tecido pela ótica da horizontalidade é marcado por uma macro espacialidade. A verticalização do habitar configura simbologias de poder que arquitetam cidades globais acinzentadas e desenhadas por um contexto econômico que coloca ‘o centro’ como detentor das relações multilaterais com outros ‘centros’. Quando o olhar desce, a cidade é vista pela ótica do sensível, pois se abre às articulações e ações humanas numa rede tecida entre sujeitos que se tornam minúsculos numa megalópole que os engolem.

<p>Imagem 6 - Transeuntes e veículos no centro de São Paulo</p>	<p>Imagem 7 - Time Square- Nova York</p>
	
<p>Disponível em: https://pixabay.com/pt/photos/pessoas-rua-carro-urbano-brasil-1283626/. Acesso em 22/06/23 às 18h08m</p>	<p>Disponível em: https://pixabay.com/pt/photos/nova-york-times-square-am%C3%A9rica-5276112/. Acesso em 22/06/23 às 18h11m.</p>

Para Canclini (2008), os interesses que alicerçam o fluxo de movimentos que compõem as cidades, atualmente, modificam-se desde o último século. As novas ordens e anseios advindos da globalização tornaram a vida nos grandes centros efêmera. A agilidade das ações e sede por novas formas de se pensar o presente modificaram as formas de se relacionar nas e com as grandes cidades. É indubitável que os sujeitos edificam novas arquiteturas de lugares e os desagradados do final de um momento temporal, como o século passado, são motivadores das transformações e conseqüentemente da forma de ver essas cidades.

São Paulo, enquanto uma cidade global na América Latina/América do Sul, dialoga de modo direto com a cultura norte-americana e essa relação acimenta um chão de influência que faz da grande SP uma mimese da NY na América do Sul. Isso se explica, pois

A passagem da origem latino-europeia para um “destino” norte-americano modificou não só as sociedades latino-americanas, mas também as ciências sociais, as artes e as referências de autoridade e prestígio na cultura de massa. Em menos de cinquenta anos as capitais de nosso pensamento e de nossa estética deixaram de ser Paris, Londres e, em menor medida, Madri, Milão, ou Berlin, porque seus lugares no imaginário regional foram ocupados por uma Nova York, para as elites intelectuais; Miami e Los Angeles, para o turismo de classe média; Califórnia, Texas, Nova York e Chicago, para os trabalhadores que emigram (CANCLINI, 2008, p 15).

São Paulo, enquanto semelhança mercadológica de uma cultura norte-americana, surge como uma megacidade que comporta fragmentos de um todo americano. Firmando uma elite cultural e intelectual bastante expressiva no contato direto com musicais da Broadway, exposições em mega galerias como o Museu de Arte de São Paulo (Masp), além de peças de teatro e hiperbólicas bibliotecas espalhadas pelos grandes centros para dar assistência aos anseios dessa elite. Também, a grande São Paulo surge como destino turístico para pessoas pertencentes a outros lugares do país e de fora por representar um grande centro cultural e, também, de negócios para todo o globo. Assim como representa o destino de imigração para muitos advindos do nordeste brasileiro em busca de melhores condições de vida.

Segundo Canclini (2008), São Paulo é resultante, em suas extensões, de jogos internos que implodem heterogêneas formas de se agir sobre seus espaços e lugares. A cidade se tece por inumeráveis sistemas que integram a vida dos sujeitos que estão no seio de suas práticas. Na América Latina, as megalópoles são constituídas por um multiculturalismo assim como “núcleos estratégicos da inovação comercial, informática e financeira que dinamiza o mercado local ao incorporá-lo a circuitos transnacionais.” (CANCLINI, 2008, p. 16). O global e o local misturam-se interligando saberes, rearticulando posicionamentos, agenciando modos de vida por meio da integralização de pessoas como vimos na *imagem 8*.

As espacialidades da gigante asiática: Nova Delhi impressiona por sua causticidade urbanística advinda de intensas relações interpessoais (*Imagem 8*). O mercado vinculado ao comércio une-se para dar vida às ruas da capital indiana. A poeira, advinda da poluição compõem cenários cinematográficos que mesclam o colorido dos saris⁷ das mulheres com animais tidos como divindades e o barulho ensurdecedor dos carros e suas buzinas.

⁷ Indumentária (veste) feminina que envolve o corpo por inteiro das mulheres indianas.

Imagem 8 - Cotidiano do centro mercadológico de Nova Delhi



Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/foto-do-mercado-durante-o-dia-2780244/>. Acesso em 22/06/2023, às 18h36m.

Não há como não considerar Nova Delhi como uma cidade global, pois ela se arquiteta num modelo de cidade bem típico das cidades do sul da América Latina, como La Paz e Caracas.

[...] as transformações que nelas ocorrem têm como principais focos geradores processos intrínsecos derivados do desenvolvimento desigual e das contradições destas sociedades: migrações maciças, contração do mercado de trabalho, políticas urbanas de habitação e de serviços insuficientes para a expansão da população e do espaço urbano, conflitos interétnicos, deterioração da qualidade de vida e aumento alarmante da insegurança (CLANCLINI, 2008, P.16).

As peculiaridades acima são tecidas para os países do sul da América, porém podemos observar canais de diálogo com as características que moldam a capital da Índia. Pois, com mais de 16 milhões de pessoas efetivando suas práticas cotidianas, observam-se dezenas de monumentos históricos e referências religiosas por toda parte ao ponto de compor o tecido de megalópole. A Delhi indiana se divide entre o cosmopolitismo da *New Delhi* e um cenário bem distinto da tradição vista em *Old Delhi* – parte da cidade mais antiga, onde as relações que moldam as cidades são totalmente calcadas por um caos que se visibiliza como elemento constituinte do lugar.

Em Nova Delhi, o multiculturalismo é parte integrante da cidade. Muçulmanos, hindus; templos, mesquitas e mausoléus; rituais e modos de agir disseminam-se por toda a Índia em

relações de proximidade e de distanciamentos. Os espaçamentos que arquitetam uma cidade pautada pela multirreligiosidade levantam identidades múltiplas para esses locais. Isso nos faz pensar sobre esse múltiplo espelho que visibiliza os ‘centros’ para além de suas geometrizações.

A rapidez com que as cidades se levantam faz delas espaços/lugares propensos à transformação onde o novo é sempre um produto de ações novas. Nesse contexto, cabe mencionar que as práticas urbanas são apreendidas não somente pelos grandes acontecimentos que definem os lugares/espacos, mas também pelas pequenas mobilizações dos sujeitos nas instâncias de seus aparecimentos. A megalópole asiática Singapura, visualizada na *imagem 9*, impressiona pelo olhar dos sujeitos que contemplam suas verticalizações e seu gigantismo.

Imagem 9 - Pessoas observando o centro de Cingapura



Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/calcao-predios-edificios-distrito-comercial-13177502/>.

Acesso em: 22/06/23 às 18h42m.

A cidade que se ergue pela sua mescla de negociações multilaterais e seus domínios tecnológicos consolida formas de agir no entorno dessas duas instâncias. A grandiosa cidade asiática se edifica por suas características futuristas que estão na base de suas relações.

Cingapura, assim como outras cidades globais se produzem por fatores socioeconômicos, políticos e culturais e reconfiguram relações a partir da distinção de categorias de espaço/lugar. A partir disso, vemos primeiro que

Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalente de programas conflituais, de programas ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2008, P. 202).

Em consonância com o exposto, os efeitos de mobilidade e fluxo se mostram como os principais aspectos definidores do que apreendemos como ‘espaço’. Tido como uma resultante de operações calcadas pela ótica do fazer, as espacialidades se definem pela ação praticada, pela temporalidade vivenciada e/ou pelas condições que fazem com que elas funcionem e se efetivem.

O papel central dos espaços é servir de base de sustentação para que as histórias, construídas por múltiplos sujeitos, se construam por meio de ações ordinárias desses próprios indivíduos nos espaços corriqueiros. Isso nos leva a constatar uma fragmentação do escopo da cidade em diversos pontos de concentração, e são nessas multifacetadas visões e eixos que as culturas e formas de pensar a economia se engendram.

O motor financeiro do presente substitui a industrialização e coloca em seu lugar a informação e as finanças. Com isso, a cidade redefine papéis, pois o acesso a diversos tipos de saberes interrelacionou campos como a agricultura, pecuária e bens de serviço, os quais são correlacionados, administrados, sistematizados por um jogo imperativo de informações que extrapolam as barreiras dos países interconectando, assim, aspectos culturais em função de uma economia que está a serviço dessa mudança.

Gerenciar as cidades é ter em mente que os “os serviços de comunicação e processamento da informação passam a ocupar o lugar de ponta na geração de investimentos e empregos” (CANCLINI, 2008, p.87). As relações humanas colocaram-se como refém de tecnologias capazes de intermediar seus pontos de diálogo, não somente com o local em que estão situadas, mas também com o global que surge ali diante da tela.

Canclini (2008) elucida que o conceito de ‘Glocalize’ surge demarcando o fio condutor que liga o local ao global num cenário de articulação de culturas, modos de pensar, línguas e saberes aproximando o que antes se distanciava e conectando o que em muitos momentos seria inconcebível aproximar. Hoje, a cidade em seus fluxos ininterruptos de sujeitos, em ações

macros e micros, conecta-se dentro de si mesma e com o exterior, não só através dos tradicionais transportes terrestres e aéreos, mas também se efetiva em zonas de interconexão com inúmeras de espacialidades por meio de cabo, fax e satélites.

Com relação a isso, vemos que

Problemas comuns como a poluição e o trânsito, as interações com o mercado nacional e internacional, obrigam a transcender o local se quisermos entender o que ocorre em uma megalópole. Além da cidade histórica e da cidade industrial, existe a cidade globalizada, conectada com as redes mundiais de economia, finanças e comunicações (CANCLINI, 2008, P.85).

Por conta desse fator, o ‘espaço’ e o ‘lugar’ não se definem pela sua diferença, mas sim pela sua constitucionalidade. As duas instâncias firmam-se como ambientação para as mais distintas culturas que os consolidam, instauram-nos e os integram. Aqui, é necessário compreender que na hibridização dos espaços, a heterogeneidade é constitutiva das localidades. Logo, tais instâncias, por terem tais características, firmam-se como pano de fundo na constituição de determinadas identidades. Em outros termos, “hoje a identidade, mesmo em amplos setores populares, é poliglota, multitécnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas.” (CANCLINI, 2008, P. 131).

As identidades só são plurais por serem tecidas em um espaço/lugar que também se faz múltiplo e por essa hibridização constituinte de formas de pensar, agir, de conceber as coisas, identidades são levantadas e mobilizadas pelo mesmo aspecto, mas não se isolam em seu lugar de surgimento. Elas rompem as fronteiras das espacialidades. Pois tal fator conecta uma identidade à outra, permitindo com que elas coexistam nos múltiplos espaços em que se instauram.

Os espaços se interconectam e autorizam o existir de uma prática, um dado fenômeno e/ou indentificações. Uma das práticas é o fato da instauração dos mercados onde a esfera do local e do global se integralizam. Para (Canclini, 2008), os meios de telecomunicação como o rádio e a tv apelam para o consumo de bens que consolidam deslocamentos sociais em busca do ‘ter’ (qualificação, formação e acesso a bens de serviço) contrastando com a ideia do ‘ser’ (pertencendo a uma dada cultura, povo, etnia ou a uma comunidade.) No seio dos mercados instaurados pelas/nas localidades, não há uma homogeneização de determinadas ações, mas sim, segundo Canclini (2008), um nivelamento cultural em que os hábitos de uma dada cultura convergem com outros modos de agir.

No caso dos espaços, eles são tecidos pelas produções de determinadas ações e estas fazem deles unos, estáveis e próprios, alicerçando-os, com isso, a partir da movência dos acontecimentos. Nesta produção compreendemos o ‘Rio’ como espaço onde relações de

mobilidade de pessoas, matérias-primas, bens de consumo, turistas, celebridades tecem e constroem pelo ‘Rio’ vivências que se singularizam em distintas temporalidades.

‘Espaços’, aqui, também pode ser compreendido por instâncias humanas postas numa dada história. Tal conceito ganha força quando empregado e articulado pelas singularidades temporais. Em outros termos, o fazer humano particulariza-se no tempo e se faz tecido por um espaço que se articula para, assim, existir enquanto ‘espaço’. Os ‘espaços’, estando para a ordem do movimento, efetivam-se pela passagem da direção inversa ou não dos fluxos de sujeitos. Estes tecem os lugares a partir de suas práticas.

Acerca do conceito de lugar:

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade para as duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade (CERTEAU, 2008, p. 201).

Na concomitância dos elementos que surgem nos lugares do cotidiano há um momento de aparecimento para cada um deles; na singularidade do lugar onde são tecidos, os elementos articulam-se para assim formarem, em sua simultaneidade, os espaços que compõem as cidades. O ‘lugar’ definido pela particularidade de uma posição é orquestrado pelo ordenamento e pela precisão dos jogos de regramento que fazem com que ele tenha estatuto de ‘lugar’.

É possível que, pela relação entre ‘espaços’ e ‘lugares’, ambas as categorias se definam ou modifiquem o seu estatuto de si. Aqui, cabe compreender que espaços podem se tornarem lugares ou vice e versa. Pois configuram-se a partir de um conjunto de elementos isolados em suas contingências de aparecimento, à medida que se mobilizam para dar visibilidade a um monumento, povo, comunidade, sujeitos(as), podem perder a categorias de ‘lugar’ e passarem a ser compreendidos como espaçamentos presos em configurações mais sutis e cotidianas. Contrariamente, a consolidação de um ‘espaço’ tecido por sua fluidez, marcado pelos instantes de movimentação, pode simplesmente perder essa noção de constituição, quando tais elementos perdem a noção de mobilidade e passam a ser percebidos como uma espécie de painel/perspectiva/cena, compreendidos a partir da estética, da ordem e da singularidade dos elementos que ali se fazem presentes.

O ‘rio’, compreendido num primeiro momento como ‘espaço’ do entrecruzar dos mais distintos sujeitos e calcado pelo agir das embarcações, canoas e ‘popopôs’, pode perder esse *status* de ‘espaço’ fincado pela mobilidade quando um conjunto de elementos, dentro deste

mesmo espaço, for observado por um outro plano, como os ‘portos’, como lugar da chegada e da partida. Neste momento, o ‘porto’ coexistindo com ‘rio’ enquanto ‘espaço’, é singularizado pela função de aporte, refúgio, ancoradouro, abrigo, etc. e por sua posição estável diante do papel que ocupa.

Espaços e lugares instrumentalizam-se para formar cidades grandes e pequenas, com isso, podemos pensar nas cidades macro da Amazônia. E nesse grande tapete verde de floresta arquitetam-se lugares como Manaus e Belém – grandes centros urbanos da Amazônia, que somente após um século de exploração do Brasil começaram a ser tecidas e desenhadas a partir da ancoragem no percurso dos exploradores e dos seus mapas em relação ao gigantismo da região em que estão inseridas.

3.3- Território e multiterritorialidades continentais de Belém do Pará

No dia 12 de janeiro de 2016, Belém do Pará, comemorou 400 anos. A cidade que é porta de entrada da Amazônia, ao longo de seu processo de constituição, passou por diversos movimentos que permitiram a mudança de sua própria imagem. A história colonial da cidade é marcada por nomes europeus que chegaram nas caudalosas águas da baía do Guajará em embarcações comandadas por Francisco Caldeira Castelo Branco que possuía uma grande missão de extirpar os piratas dos mares do norte do Brasil, para assim iniciar o cenário de colonização que foi denominada por ele de ‘Império das Amazonas’.

É de suma importância mencionar que a cidade não foi construída por meio, somente, de mão de obra europeizada, ela continha uma grande quantidade de indígenas Tupinambá - que residiam na atual Belém e a chamavam de uma outra nomenclatura:

Antes da chegada dos portugueses, em janeiro de 1616, os Tupinambá chamavam de Mairi o local onde hoje está o núcleo urbano de Belém. O antropólogo Manuel Nunes Pereira (1892-1985) registrou, no seu compêndio de narrativas indígenas Moronguetá, que os índios do Rio Negro, na primeira metade do século XX, guardaram na memória um nome que vinha desde os tempos coloniais – Mairi (FIGUEREDO, 2019, p. 22).

A Mairi dos tupinambás não se consolidava somente como cidade que hoje conhecemos como Belém, mas havia em seu uso uma marca que simbolizava a ‘cidade’, não movida por ideais portugueses, porém mesclada de um material vivo que ascende uma memória tupi sobre a localidade em questão. Em alguns estudos realizados por expedições ocorridas ao longo do século XVII, a palavra Mairi passa a ser concebida com significação de um lugar ‘velho’.

Segundo Figueredo (2019), tal fato representativo dá nome a um dos primeiros bairros da cidade: Cidade Velha.

Concebe-se Belém do Pará, em seus primeiros momentos de exploração portuguesa, como uma cidade que não se desenvolveu somente por essa mão de obra. No cotidiano da fundação da cidade, os Tupinambás atuaram de modo ativo na construção de uma Belém litorânea e marcada por um forte sentimento de invasão por parte daqueles que estavam a trafegar pelas águas que banhavam a cidade. A fortificação foi, depois do processo de ganho da confiança do nativo que habitava a costa, um dos principais pontos de preocupação dos portugueses na região, por isso, tratou-se de se construir barricadas/fortes que pudessem proteger a cidade dos possíveis invasores.

A presença indígena na consolidação da cidade teve uma importância maior quando os conhecimentos autóctones dos nativos passaram a ser priorizados para assim pensar a segurança da cidade, como observa que



o primeiro forte construído pelos portugueses na Amazônia foi, por mais de um século, tão somente uma paliçada, uma espécie de “castrametação improvisada, com a participação ativa dos tupinambás”. A seguir, complementa: “A não ser a artilharia, nada mais indicava aí uma fortificação em largo estilo”. De outro modo, podemos inferir que parte importante da arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção do acampamento e fortificação da cidade de Belém nos primeiros anos da ocupação portuguesa foi, em grande medida, tupinambá (FIGUEREDO, 2019, p. 23).

A mão de obra vinculadas aos saberes tupi mostra que Belém do Pará, não somente como cidade portuguesa, mas também como cidade indígena, foi tecida por força e saberes que ergueram a cidade – por mais que essa herança tenha sido apagada em função de um aportuguesamento das características da Belém da Amazônia nos séculos seguintes.

Numa cidade erguida por indígenas, Belém começa a se edificar por meio de forças indígenas que a expande para além da margem do rio. O bairro que conhecemos hoje como Cidade Velha foi exatamente o lugar por onde a cidade passou a ser edificada. Nos primeiros momentos da colonização, a fase da região era indígena, o padrão como as coisas se erguia tinham a identidade amazônida impregnada em cada detalhe de construção erguida nessa capital.

É notório nas imagens 10 e 11, por mais que sejam datadas de meados do século XX, que há um tom de memória ao focalizarmos no modo como o cenário de fortaleza foi construído para a cidade, ao ponto de proteger o território da Belém Mairi dos invasores ingleses e holandeses que já tinham ciência das terras Amazônidas. As fortificações passaram por constantes cenários de modificações, porém, num primeiro momento o que se tinha:

“ ‘construções modestas e precárias’, uma capital erguida em madeira e palha envolvida num mangue largo e argiloso que marginava a cidade fortificada” (FIGUEREDO, 2019, p.23).

<p>Imagem 10 - Forte do Presépio em Belém do Pará – 1960</p>	<p>Imagem 11 - Forte do Presépio em Belém do Pará – 1953</p>
	
<p>Fonte: Blog Belém do Passado. Disponível em: https://bitlybr.com/U6RkKj8. Acesso em 18 jul. 2022. Às 12h02m</p>	<p>Fonte: Blog Belém do Passado. Disponível em: <https://servicodados.ibge.gov.br/api/v1/resize/ima ge?maxwidth=600&maxheight=600&caminho=bi blioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEB IS%20-%20RJ/pa2498.jpg>. Acesso em 18 jul. 2022. Às 12h56m</p>

Engana-se quem pensa que a história de colonização não somente de Belém, mas das cidades amazônicas foram apenas marcadas pelo aspecto da aceitabilidade daqueles que já viviam na região antes da chegada dos portugueses. O conflito entre indígenas e europeus perdurou bastante tempo ao longo do período de fundação da Cidade. Theodoro Braga fez uma ilustração que data no início do século XX (*Imagem 12*) e que representa uma espécie de engrandecimento do ideal de conquista do português frente ao contexto de subserviência do indígena.

Imagem 12 - A fundação da cidade de N. Srª de Belém do Pará- 1908



Theodoro Braga- Disponível em: <https://bitlybr.com/HtXS>. Acesso em 18 jul. 2022. Às 14h59m.

Atentando para pontos de extrema essencialidade na tela de Theodoro Braga, é possível observar que no canto esquerdo superior há a presença de um forte em pedra, bem distinto dos documentos oficiais que diziam que a madeira era o produto utilizado nas construções das paliçadas que tinham como objetivo defender a cidade. O tupinambá representado na imagem é colocado num ponto de distanciamento do europeu que chega e é delineado com armas nas mãos no lugar direito da pintura.

Ao centro, a Seringueira é um elemento colocado de modo estratégico para representar o que permitiu com que Belém potencializasse seu caráter econômico a partir do látex extraído da árvore – produto que se transformava em borracha após ser recolhido. Há uma acentuação do poder desse tipo de produto na região hoje conhecida como Belém e, também, como os europeus souberam utilizar desse produto para enriquecer economicamente Portugal e transformar o cenário da capital do Grão Pará.

Ergue-se sobre a região que conhecemos hoje como Cidade Velha um conjunto arquitetônico de edifícios que de um certo modo deixaram à margem toda a importância que os indígenas tiveram no processo de fundação da cidade. À medida que a colonização avançava os indígenas passavam a povoar bairros mais afastados da costa da cidade. A cidade passou a adquirir características europeias a partir de meados do século XIX e a presença tupinambá foi

sendo, aos poucos, substituída por modos de agir, vestir, comportar europeus bem no meio da Amazônia.

A cidade que foi e ainda é tecida pelo rio, durante muito tempo, serviu como rota de entrada e saída da cidade. Belém isolou-se do restante do País por mais de 2 (dois) séculos, pois não possuía rodovias. A cidade passou a integrar-se ao restante do Brasil a partir da metade do século XX quando o projeto de integração nacional por meio de rodovias passou a ter como um dos objetivos a construção da Rodovia Belém-Brasília. Antes disso, a cidade só possuía hidrovias que interligava a região a outras partes do Brasil e Mundo. Durante dois séculos e meio, através dos portos, Belém se fez Belém.

O escoamento de Pessoas, bens de serviço, matéria-prima, fez do lugar que conhecemos hoje como Ver-o-Peso um entreposto de circulação desses elementos, porém vale ressaltar que esse lugar não recebeu esse título somente após a chegada dos portugueses na região, pois tal atividade já era exercida muito antes de 1616.

As imagens 13 e 14 são bem ilustrativas acerca daquilo que se fazia no cais do porto do Ver-o-Peso, em Belém do Pará. As embarcações à vela que são vistas na segunda imagem ganham uma representatividade muito importante para esse período da história da cidade, pois eram elas que transportavam gado para o restante da região. Atualmente, esse tipo de embarcação não é mais vista na região, pois com o advento de novos mecanismos de navegação, os percursos se dinamizaram e tornaram-se mais rápidos.

Imagem 13 - Cais do Mercado do Ver-o-Peso - meados do Século XX



Imagem 14 - Veleiros no Ver-o-Peso em Belém
Déc.50



Fonte: IBGE. Disponível em:< https://bitlybr.com/mCIVlw5M > acesso em 18 jul. 2022. Às 16h23m.	Fonte: IBGE. Disponível em:< https://bitlybr.com/dDjk > acesso em 18 jul. 2022. Às 16h27m.
---	---

O espaço do Cais é heterogêneo e marcado pela instabilidade, como elucida Santos: “não existe homogeneidade do espaço, como, também, não existe homogeneidade das redes.”(2006, p.180) Os espaços são heterogêneos quanto às relações que são tecidas neles, tal característica é definida pelos elementos que estão no cerne dessas localizações. Acerca disso, vê-se que a natureza de um território se dá por ser um lugar praticado pelo poder de atuação de determinados sujeitos: nele, as ações são colocadas, postas e tecidas em etapas efetivas de operacionalização. O Mercado do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, é uma marca genuína de um lugar singular, mas aberto às mais distintas práticas de poder e desempenho.

As fotos acima fazem parte de um registro de meados do século XX, e hoje o espaço da feira modificou-se por conta do fator temporal, mas as relações construídas e tecidas neles assemelham-se com as do século passado. Cerca de 70 anos após o registro das fotos acima, a relação que a população tem com o lugar territorializa modos de vida e etiquetam valores não somente econômicos, mas acima de tudo culturais, que rompem a fronteira do tempo.

A seguir podemos observar que o cotidiano da madrugada na feira do açaí continua sendo movimentado pela chegada de embarcações, pelas negociações à beira-rio e por uma intensa troca cultural que advém das ilhas da grande cidade (Imagem 15 e 16).

Imagem 15 - Feira do Açaí em Belém	Imagem 16 - Madrugada da/na Feira do Açaí.
	
Disponível em: https://bitlybr.com/hP2t . Acesso	Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-

em 03 de Dez. 2022. Às 10h18m.	6OOWMQbBxE0/TziTTpjJOYI/AAAAAAAAGs A/N6QairjBEVw/s1600/belemacai.jpg. Acesso em 03 de Dez. 2022. Às 10h19m.
--------------------------------	---

A *imagem 15* acentua o açaí num plano central e embarcações juntamente com o elemento humano ao fundo, denotando uma espécie de chegada dos frutos para a comercialização. Na *imagem 16*, é perceptível que a angulação priorizou o fruto vendido na feira, posto num primeiro plano; logo ao fundo focaliza-se nos moradores das ilhas negociando a venda do açaí com os empresários e comerciantes da grande Belém.

Desde o século XVII, enquanto província do Grão Pará, e na atual Belém do Pará, as redes são tecidas com uma finalidade em comum: desenvolvimento econômico e regional. Todavia, é importante entender que os vínculos/conexões entre sujeitos e regiões/lugares se especificam como podemos observar:

onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (SANTOS, 2006, p. 181).

Por não serem unhas e precisas e sim pelo seu papel de justaposição com outras formas de relações. As redes de contato e atuação são territórios de sujeito que formam os lugares onde atuam. Por séculos, em Belém, as redes se hierarquizaram e se horizontalizaram para assim formar a Cidade. Assim se costuram as redes: colonizados com Portugal, no período de colonização; a cidade com o restante do País, durante o período da Cabanagem; os indígenas entre si; cabanos em consonância e dissidências políticas e linguísticas a partir de 1822 em Belém. Além disso, ainda havia os portugueses que aqui residiam no período áureo da borracha e que teciam fortes relações com a Europa de modo direto ao ponto de estabelecerem alguns costumes portugueses e parisienses na região.

Belém do Pará se territorializou ao longo de seus 406 anos de história por meio de inúmeros fenômenos temporais que foram esculpindo a cidade para além do rio. Desse modo, o elemento humano foi costurando as relações com as territorialidades que hoje estão no escopo da cidade e marcando com isso uma nova forma de se enxergar os espaços onde ela foi levantada. Não podemos deixar de mencionar que dentro dos espaços as temporalidades são múltiplas e isso é notório quando hoje o Forte do Presépio, as construções advindas da metade do século XX e os prédios luxuosos da avenida Visconde de Souza Franco/Doca são

emoldurados em fotografias do alto do Forte, tendo como plano de fundo o mercado do Ver-O-Peso e suas construções ao entorno.

A cidade de Belém é constituída por dois centros históricos, o primeiro, que se criou em torno do Forte do Castelo, com suas ruas estreitas, apresenta uma influência notadamente portuguesa. Há muitas igrejas antigas, muitos casarões coloniais e esta é a paisagem que se mostra aos olhos de quem chega à cidade pelo rio. Delineando um segundo centro histórico, mais recente, construído a partir do final do século XIX, sob os efeitos da Belle Époque tardia na região, proporcionada pela extração da borracha, há uma Belém mais afrancesada. Com seus grandes casarões e suas largas avenidas, nesta parte da cidade, existem algumas praças muito semelhantes às *étoiles* parisienses (NEVES, 2015, p. 33).

Nota-se a existência de um espaço datado de uma dupla temporalidade constituinte, ou seja, uma Belém de dois períodos que se sobrepõem em elementos históricos: o primeiro do século XVII e o segundo do Século XIX. Há uma Belém que se territorializa historicamente pelas margens da baía de Guajará e outra cuja sua territorialização avança para além da região costeira da cidade.

A paisagem da cidade avança, num primeiro instante para a Belém-Continental, com o deslocamento da população menos abastadas para regiões mais distantes do centro econômico da grande metrópole. Com a abertura das rodovias, a partir de 1950, e com as políticas de integração, uma diáspora de sujeitos menos favorecidos dirigiu-se para a região interiorana da capital. Esse movimento deu força à consolidação de um centro europeizado com predomínio de influência portuguesa “branca” sobre a Belém da Amazônia.

A cidade se verticaliza num movimento similar ao de seu avanço às regiões mais interioranas; bairros como Campina, Umarizal e Batista Campos destacam-se pelo pioneirismo das construções e pelo privilégio de ter o rio à sua frente, criando com isso uma espécie de muro para as correntes de ventos advindas da floresta. Os bairros mais distantes dessa região litorânea tendem a ser mais quentes por conta dessa parede de concreto que se ergueu à margem da baía do Guajará.

A Belém de hoje é compreendida como a capital do estado do Pará. Estado este que possui, atualmente, 6 (seis) mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e sudeste Paraense. Cada Mesorregião possui Microrregiões. A mesorregião que concentra a cidade de Belém intitula-se como Metropolitana de Belém; esta se bifurca: a primeira corresponde a microrregião de Belém composta por 6 municípios: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara. A segunda

intitula-se como microrregião de Castanhal composta por 5 municípios: Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá (Mapa 1).

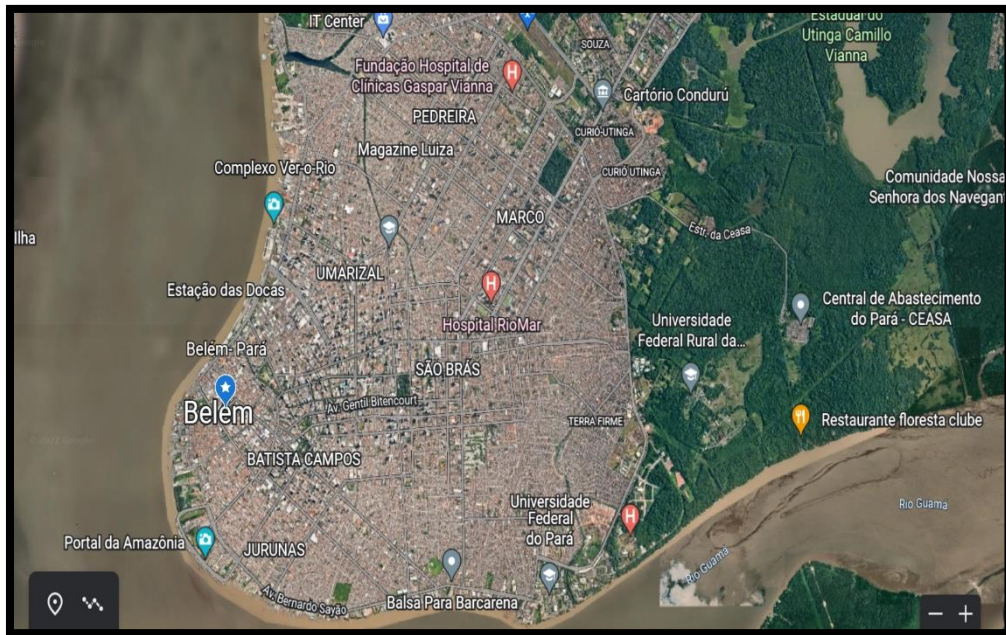
Mapa 1: Mapa da região metropolitana de Belém



Fonte: Google Maps

A cidade além de crescer para além do rio, atualmente possui uma extensão territorial de 1.059,466 km² e concentra em seu interior uma população estimada em 1.506.480 pessoas. Na imagem abaixo, observa-se a extensão da cidade que possui fronteira com a cidade de Ananindeua e, por água, com Barcarena. O crescimento citadino da metrópole da Amazônia permitiu que bairros como Nazaré, Umarizal, Campina, Batista Campos e Marco concentrasse a população mais abastada; enquanto que Jurunas, Guamá, Terra Firme, por mais que sejam espacialidades costeiras, concentram um quantitativo bem expressivo de populações carentes daquilo que é básico, como: saneamento básico, saúde, rede de água potável e moradias dignas.

Mapa 2: Mapa da extensão territorial de Belém



Fonte: Google Earth

Segundo o IBGE (2021), a parte continental da cidade (Mapa 2) dispõe de 71 bairros divididos em oito distritos administrativos. Hoje, a cidade desenvolve-se economicamente por meio do comércio e de serviços; o fator industrial potencializa-se pelos fatores alimentícios, de pesca, madeireiro e a indústria naval, isso porque a metrópole possui uma proximidade estratégica com os portos dos Estados Unidos e da Europa. A partir da metade do século passado, a cidade passou por um novo ciclo de desenvolvimento ao se abrir para o turismo, para os grandes eventos e para o comércio daquilo que é nativo da região.

Belém pode ser concebida como um espaço de multiterritorialidades, por conta de sua abertura a distintas formas de atuação. Segundo Haesbaert (2007), a multiterritorialidade advém da reterritorialização que surge não como um processo de territorializar o que foi perdido ou tirado, mas sim de promover uma territorialização múltipla nos lugares/espços onde ela ocorre e também pelos sujeitos que as integram.

o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (HAESBAERT, 2007, P. 22).

É evidente o diálogo que Haesbaert tece com a teoria do poder e com a célebre frase foucaultiana: *onde há poder, há resistência*. Com o diálogo, percebe-se que o território é visto como lugar praticado e que está envolto de manifestações, assujeitamentos, operações e de poderes que encrustem e dão sentido aos seus aparecimentos. Há sujeitos que constroem territórios múltiplos em comparação uns com os outros e em relação a si mesmos.

A metrópole da Amazônia surge com distintos territórios cujos grupos, instituições, sujeitos desenvolveram para que a engrenagem social, humana e econômica girasse, permitindo, assim, que a própria cidade passasse a ter centros de saber, de conhecimento, de fé, de lazer e de compras. O território diz muito sobre os espaços onde estão embutidos e por onde transitam; isso mostra que ele não possui em sua raiz um espaço específico de concretização, mas sim uma fluidez por entre lugares onde eles (territórios) operam, como o caso do Círio de Nazaré – procissão de fé que percorre as ruas da cidade no segundo domingo de outubro.

A territorialidade, segundo Haesbaert (2007), é tecida de aspectos políticos que administram e que coordenam determinadas práticas. Pode ser compreendida como um domínio mais universal que permite com que os territórios se efetivem. A territorialidade é compreendida por sua natureza de cunho material e seu estatuto permite com que pensemos nas formas como a cidade de Belém se divide administrativamente, e esta divisão traz à tona a concretude de tal conceito. A tabela 1 apresenta como a cidade de Belém administrativamente se arquiteta.

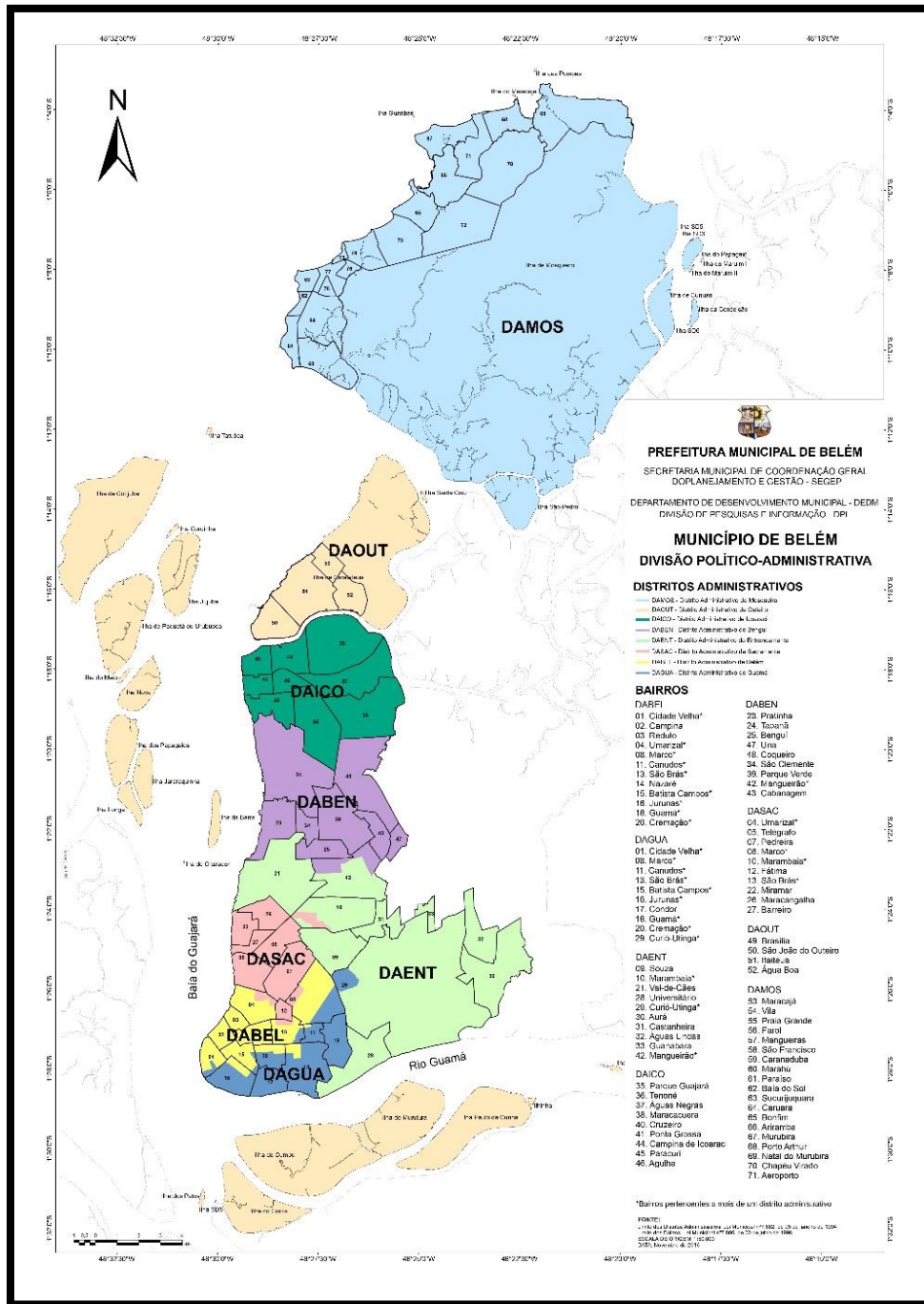
Tabela 1- Distritos administrativos que regem Belém		
1	DABEL	DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BELÉM
2	DAENT	DISTRITO ADMINISTRATIVO DO ENTRONCAMENTO
3	DAGUA	DISTRITO ADMINISTRATIVO DO GUAMÁ
4	DAICO	DISTRITO ADMINISTRATIVO DE ICOARACI
5	DAMOS	DISTRITO ADMINISTRATIVO DE MOSQUEIRO
6	DAOUT	DISTRITO ADMINISTRATIVO DE OUTEIRO
7	DASAC	DISTRITO ADMINISTRATIVO DA SACRAMENTA
8	DABEN	DISTRITO ADMINISTRATIVO DO BENGUI
Fonte: CODEM		

Além dos Distritos administrativos que coordenam a cidade em suas subdivisões, atualmente, a prefeitura municipal conta com 40 órgãos municipais de apoio administrativo e que cooperam no funcionamento da grande capital com destaque para aspectos voltados para a diversidade e para fatores técnicos que foram determinantes para a integração das políticas públicas que atuam no atual governo da cidade de Belém.

As territorialidades da Belém-continental dividem-se em áreas tidas como “centrais” e “periféricas”; estas dispostas em 176,5658 km² de regiões que vão desde o prestígio econômico do grande centro à desassistência do mínimo em regiões mais afastadas de bairros elitizados.

Acerca do debate entre ‘centro’ e ‘margens’ temos em Cunha (2011) uma discussão bem profunda sobre esses dois conceitos. Pois, ambos não se definem pelos seus isolamentos, nem por seu papel alheio: é na interrelação de espacialidades centrais e periféricas que serão imprimidos valores a tais localidades.

Mapa 3: Bairros de Belém inseridos nos distritos administrativos



Fonte: CODEM

No mapa 3, vemos que os bairros como Umarizal, Batista Campos, Campina, Cidade Velha, Marco, Pedreira, Nazaré, tidos como centrais, ocupam uma enorme área onde os fatores econômicos e comerciais e de serviços compõem toda arquitetura de suas edificações e repartimentos. Desse modo, o que pode ser compreendido com a potência econômica dessas espacialidades são fatores e dispositivos que valoram uma rede de serviços voltados para a infraestrutura, turismo, cultura desses bairros.

Em contrapartida, Jurunas, Guamá, Terra-Firme e Tapanã são bairros da grande metrópole que padecem de serviços básicos de saúde, educação, saneamento e mobilidade. Destaca-se o quantitativo de pessoas morando nessas localidades, com destaque ao bairro da Terra-Firme – o mais populoso da capital – com 100 mil moradores, segundo (IBGE, 2010). Os fatores desse inchaço populacional nas zonas mais distantes do centro voltam-se para o processo histórico de territorialização das áreas mais nobres pela elite econômica do estado, o que ocasionou o deslocamento da população mais carente a regiões menos abastadas.

Há uma necessidade de compreender que

há relações de poder que imprimem valor ao espaço. Vê-se o outro diante da posição que se está historicamente colocado. A definição de um “centro” delimita “margens”. As “margens” podem ser postas distantes ou se fazerem próximas, desde que permaneçam “margens”. Na continentalidade territorial brasileira, mesmo diante de todo avanço tecnológico, a circulação efetiva pelos espaços ainda parece não fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas (CUNHA, 2011, p.95).

Cada lugar, desde o mais central ao mais periférico, possui uma historicidade e entre eles surgem fatores que marcam referências de integralidade. Em outros termos, o próximo e o longínquo surgem como lugares de interdependência, onde as relações são tecidas com trocas. Desse modo, o ‘ter’ e o ‘ser’ costuram as duas espacialidades entre idas e vindas de sujeitos que estão no centro dessa engrenagem em torno daquilo que se ‘tem’ ou busca-se ‘ter’ e daquilo que se ‘é’ ou que se busca ‘ser’.

Concernente a isso, a indústria do consumo penetra-se nos centros e nas margens das cidades e em Belém não se faz diferente, pois suas incorporações mercadológicas autorizam um fluxo de mercadorias, pessoas e bens de consumo que integralizam essas localidades a partir daquilo que elas proporcionam. A cultura do ‘ter’ autorizam determinados deslocamentos dos ‘centros’ às ‘margens’ e das ‘margens’ aos ‘centros’ na busca de produtos representativos de cada espacialidade, admitindo, desse modo, que “no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade.” (CERTEAU, 2008, p.63).

O interesse de uma área a produtos e serviços ofertados em outra advém de um contexto externo que moldam e desencadeiam desejos que a máxima da globalização transforma em demandas aquilo que será servido a membros de comunidades distintas. Em Belém do Pará, Shopping Center’s dispostos em áreas centrais da cidade ou próximos a condomínios de luxo da grande capital garantem o acesso a lojas, cinemas, marcas do exterior que alimentam o anseio pelo consumo desses produtos nesses grandes centros de compras.

Um fluxo inverso dos grandes centros às margens na capital do estado do Pará volta-se para o acesso à Universidade Federal do Pará e à Universidade Federal Rural da Amazônia, que se concentram em regiões mais afastadas do centro. A localização desse lugar/espço propicia que uma gama de estudantes dos grandes centros seja levada a enveredar as rodovias, os conduzindo ao centro da produção científica do estado do Pará que, em Belém, está na periferia.

As áreas centrais e mais periféricas surgem marcadas por mecanismos que acentuam aspectos identitários que estão no cerne de suas condições de existência, como o futebol. Esse é erguido em meio a ruas cujas traves são tijolos da construção civil colorindo os sorrisos das crianças do bairro do Jurunas – zona costeira da cidade. Essa paisagem, por sua vez, contrasta com áreas de lazer e recreação superlotadas aos finais de semana nos cercamentos dos condomínios de luxos da grande Belém.

Numa aparente homogeneidade constituinte, os bairros da grande Belém estão distantes de terem essa constituição por conta dos fluxos e mobilidade entre eles. Isso se efetiva ao vermos as ilhas que estão à frente da capital se transformarem em avenidas de *Jetski's*, lanchas e banhistas dos grandes prédios de luxos da grande metrópole. Dessa forma, podemos pensar que

vivemos um tempo de fraturas e heterogeneidade, de segmentações dentro de cada nação e de comunicações fluídas com as ordens transnacionais da informação, da moda e do saber. Em meio a esta heterogeneidade encontramos códigos que nos unificam, ou que ao menos permitem que nos entendamos (CERTEAU, 2008, p. 67).

A Belém continental, mesmo antes de sua fundação já era múltipla, os costumes dos indígenas que aqui viviam não eram homogeneizados e isso se intensificou ainda mais quando os portugueses chegaram na cidade no início do século XVII. A base heterogênea que compreende Belém advém de fatores de distintas culturas se estabelecerem na região e, assim, mesclarem vivência, línguas, saberes, num espaço tão singular em que as territorialidades se efetivam.

3.4- O Combu na Belém das Ilhas: arquipélago de territorialidades aquosas

Antes de imergirmos no conceito de Ilha, mais especificamente na ilha do Combu – lugar de materialidade desta pesquisa, precisamos pensar, Segundo Bessa-Freire (2011, p. 212), quando o autor expõe que “Vilas e povoações eram aglomerados humanos, espalhados nas margens dos principais rios da Amazônia, que se diferenciavam pelo tamanho[...]”. Diante

dessa citação, percebemos que o território de comunidades ribeirinhas surgiu marcado por atividades que se voltavam para a prática da pesca, da extração de produtos naturais e da agricultura.

Nota-se, pelos escritos de Bessa-Freire (2011), que os primeiros conglomerados de pessoas que viviam às margens dos rios na Amazônia não ocupavam cargos religiosos, políticos nem administrativos. As vilas e os povoados possuíam repartições como igrejas, mercearias e quartéis, mesmo não possuindo uma população substancial e sólida durante o século XIX. As populações de rio possuíam uma função extremamente relevante ao priorizar a troca de elementos autóctones por outros industrializados que chegavam até dadas localidades.

O intercâmbio de produtos em regiões ribeirinhas eram e até hoje são atividades que permitiram com que houvesse uma instalação de portos e postos ao longo de diversos rios da região. Tal fato ocorria entre as vilas próximas à cidade de Belém do Pará, como Cameté, Vigia, Barcarena e Bragança, ao ponto de se concentrarem, atualmente, como centros regionais onde a sua municipalização permitiu com que o processo de interiorização se efetivasse com êxito. Com as políticas de integralização do País, a partir de 1970, estradas foram criadas interligando os municípios fazendo com que os produtos, que durante muito tempo eram transportados via hidrovias, agora, passassem a ser realizados vias rodoviárias.

Focalizaremos o debate no sistema hidrográfico da região e no contato da capital do estado/da província com suas vilas e povoados. Sobre essa relação:

A proximidade ou o distanciamento da capital significava maior ou menor isolamento, sobretudo antes da navegação a vapor, quando todo o transporte era feito em canoas a remo, implicando um gasto descomunal de energia e de tempo. Com esse critério, podemos identificar três situações diferenciadas, do ponto de vista geográfico e linguístico: o Baixo Amazonas, cujas vilas e povoações mantinham relações permanentes e sistemáticas com Belém; o Alto Amazonas, incluindo aqui os rios Solimões e Negro, cujas vilas tinham relações esporádicas com a capital; e, finalmente, o sertão, situado nos territórios dos afluentes mais afastados, cabeceiras de rios e interior dos lagos, cujas povoações e sítios não diferiam muito de uma aldeia indígena e permaneciam isoladas, recebendo visitas esparsas de um ou outro comerciante ou funcionário governamental. (BESSA-FREIRE, 2011, 214).

A cidade de Belém, por ser porta de entrada e saída de distintos produtos, interrelacionava-se com esses aldeamentos que se consolidaram ao longo do rio com uma frequência bastante singular com cada localidade. Não há de se negar a importância da cidade, ela enquanto espaço portuário onde o governo detinha o poder sobre o que entrava e saía da região e controlavam também os apreçamentos destes produtos por um sistema econômico que valorou a cidade por séculos.

A caracterização do território aquoso da cidade de Belém, desde o século XVII é lugar de trânsito de embarcações: barcos, canoas e, durante muitos séculos, barcos a vela. Até o século XIX, o transporte de gado para as vilas e povoamentos e para outras regiões do país se fazia por meio de barco a vela, como visto na imagem 17.

Imagem 17 - Veleiro utilizado no transporte de Gado em Belém do Pará – 1953



Fonte: IBGE, disponível em: <https://bitlybr.com/7ZgeiRlc> Acesso em 28 Jul. 2022 às 16h07m.

Datada da década de 50, a fotografia ilustra de modo bem claro o tipo de embarcações que era recorrente na cidade até esse momento de consolidação. Belém já se destacava da maioria das cidades brasileiras nesse período, pois justamente nessa marca temporal que as rodovias passaram a ocupar a malha que os rios possuíam. Durante 2,5 séculos o Rio Guamá representou um espaço de escoamento econômico bastante representativo para a consolidação de Belém.

Segundo Kubota N. A. *et al.* (2020), por se localizar no nordeste do estado do Pará, a bacia hidrográfica do rio Guamá surpreende por sua extensão, abarcando 19 municípios da região em 12584 KM². Os autores elucidam que a bacia em questão possui características próprias que permitem com que um conjunto de atividades diversas sejam desenvolvidas ao longo de sua extensão.

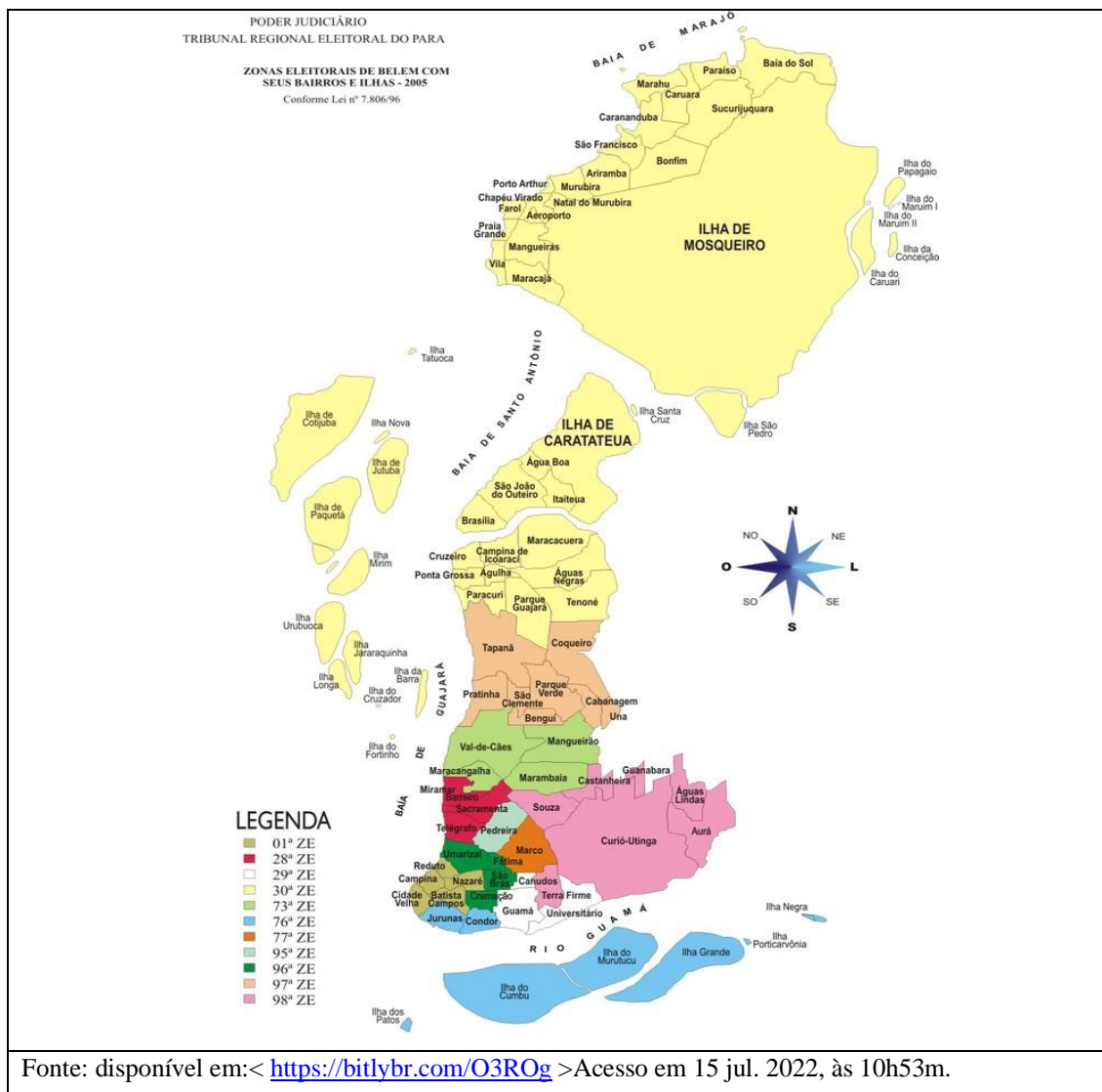
Tendo como afluentes do rio Moju e o rio Acará, o rio Guamá possui um volume pluviométrico distinto em algumas épocas do ano, o período de poucas chuvas que vai “de agosto a novembro e um período mais chuvoso de fevereiro a abril. No período menos chuvoso a precipitação média mensal fica em torno de 50,9 mm, enquanto no período mais chuvoso, a média mensal de chuva atinge 377 mm.” Kubota N. A. *et al.* (2020, p.756). Com o aumento no nível de água no início do ano, atividades de escoamento ao longo de suas águas se fazem mais dinamizada, assim como as atividades tecidas na própria extensão do rio, como as atividades haliêuticas.

Focalizamos nosso ponto de concentração somente no município de Belém do Pará por ser nosso objeto de pesquisa e na ilha do Combu – aqui compreendida como uma extensão do rio Guamá. Para isso, enxerga-se que a cidade marítima se abre a distintas formações de territórios fluviais, que se retroalimentam e se firmam ora com um diálogo direto com a capital, ora por sua autonomia em relação à metrópole.

A territorialidade das ilhas é gerenciada pelo distrito administrativo de outeiro (DAOOUT) e abarca uma dimensão territorial vastíssima que supera Belém continental em questão de território, possuindo 329,9361km², enquanto o continente possui 176,5658 km². A Belém das ilhas escancara uma territorialidade que organiza as atividades que são desenvolvidas em suas espacialidades. O DAOOUT compreende as Ilhas de Outeiro (Caratateua): Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova, Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu, Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquinha, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação. Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua.

No mapa 4, é possível enxergar a disposição do território das ilhas que compõem a grande Belém, bem como a disposição de seus bairros.

Mapa 4: Mapa Das Ilhas De Belém



Santos (2006, p. 213) expõe que “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.”. Cada ilha que constitui esse arquipélago amazônico que adentra a floresta, possui singularidades que dialogam com outras espacialidades e nesse diálogo, os lugares vão se tecendo. Na inscrição de um lugar sob um ponto geográfico em um mapa, percebe-se que há uma etiqueta que sela um dado pertencimento a um espaço genérico. Em outros termos, uma ilha, para ser constituída como tal, precisa se fixar num dado território que não se isola: ele passa a pertencer a uma dada localidade – metrópole, a uma unidade federativa e/ou a um país. Pois, segundo Cunha (2011), os territórios não recebem o estatuto de território por seu isolamento, mas sim por seu contato direto com um conjunto geográfico de lugares.

O norte da cidade é composto por ilhas como mosqueiro, papagaio, Maruim I e II, Caratateua, Conceição, Caruari, São Pedro e Santa Cruz. O leste da metrópole é banhado por duas baías a de Santo Antônio que banha as ilhas de Cotijuba, Tatuoca, Ilha Nova, Jutuba, Paquetá e Mirim, assim como a famosa baía do Guajará que compreende as ilhas de Uruboca, Ilha Longa, Jararaquinha, Cruzador, Ilha da Barra e Fortinho. O sul é banhado pelo rio Guamá, que abarca a ilha do Cumbú, Patos, Murutucu, Ilha Grande, Porticarvônia e Ilha Negra.

Segundo Haesbaert (2007), as territorialidades quando compreendidas como ‘espaço vivido’ são marcadas por um olhar que as produzem politicamente e que as demarcam em suas extensões.

Tabela 2 – Área em extensão terrestre que compreende a região das ilhas⁹

Nº	TOPONÍMIA	ÁREA (m ²)	ÁREA (Km ²)	ÁREA (Ha)
AREA URBANA-Belém	54 325 315,27	54,3253	54,3253	5.432,53
AREA RURAL	165 347 974,94	165,3480	165,3480	16.534,80
AREA COMBU	Ilha do Combu	14 936 018,18	14,9360	1.493,60
AREA DAOUT	110 262 813,43	110,2628	110,2628	11.026,28
AREA URBANA-DAOUT	11 934 305,22	11,9343	11,9343	1.193,43
AREA RURAL	98 328 508,21	98,3285	98,3285	9.832,85
TOTAL DAS ILHAS	329 936 103,64	329,9361	329,9361	32.993,61
TOTAL CONTINENTAL	176 565 757,64	176,5658	176,5658	17.656,58
TOTAL MUNICÍPIO	506 501 861,28	506,5019	506,5019	50.650,19

FONTE – Censo 2000, Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM.

As extensões territoriais (tabela 02) funcionam como um retrato de ritmos de vida em operância. Para entender melhor, precisamos aprender com Certeau (2008, p.207) que as demarcações surgem como “operações sobre os lugares”; estas consagram a atuação de ações num lugar possível desde que seja estruturado para costurar fazeres que vão desde um transeunte fotografando uma grande metrópole, aos sujeitos nativos que tecem ações cotidianas de serviços que são prestados a mercados que despertam na madrugada, mas também a empresas que atuam 24h. Em outros termos, segundo Certeau (2008, p.209), assim como “no funcionamento da rede urbana como no da paisagem rural, não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras”. A fronteira é mais que a demarcação de um lugar: por ela, movimentos de sujeitos/sujeitas são realizados e modelos de sociedades são impostos. Em outro termos: a fronteira é um limiar que institui um novo começo.

9 A tabela foi ajustada conforme os interesses da pesquisa. Caso haja um interesse de consultar as informações acerca das outras localidades insulares de Belém, indicamos o link: <<https://codem.belem.pa.gov.br/mapas/ilhas-de-belem/>>.

Concernente a isso, as demarcações de área de terra delimitam e determinam relações de pertencimento, permitindo etiquetar o que de fato integra uma localidade específica. Cabe, com isso, entendermos que os lugares se abrem e se fecham a distintos modelos de operação. Para Certeau (2008), dentro desses lugares, as regiões se instauram a partir de seu caráter de interação. Tal forma de conceber os espaços dialoga, de modo fiel, com o terceiro princípio de constituição das heterotopias – em que Foucault (2009, p. 418) elucida dizendo que toda heterotopia tem a força de integrar de modo justaposto, num só espaço, vários modos de agir. Com isso, vê-se que a participação do que pertence e do que se chega a dados lugares compõe regiões que em seu cerne alimentam conexões das mais distintas formas de cultura, sujeitos e serviços. Em outros termos, “tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro” Certeau (2008, p.215).

Desta maneira, partindo da proposição de Santos (2006, p.67), “O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única.” E conforme Certeau (2008, p. 202), “O espaço é um cruzamento de móveis”. Podemos compreender ambos os conceitos como complementares quando enxergamos as disposições da ilha do Combu, onde os aspectos de constituição dessa ilha arquitetam espacialidades aquosas marcadas por peculiaridades típicas entrecruzadas de práticas que se singularizam no agir dos sujeitos insulares.

No movimento das marés, impulsionados pelo trânsito dos veículos aquaviários, as águas barrentas que compõem a bacia hidrográfica de Belém nos direcionam a uma ilha situada na parte sul da capital do estado e banhada ao norte pelo rio Guamá; na parte leste, pelo furo da Paciência; e ao sul, pelo furo do Benedito. Numa extensão de 14,9360Km², a ilha do Combu é tida como a quarta maior ilha da região insular de Belém e, também, a mais próxima da capital, com uma distância de 1,5km até a ilha. O trajeto até as águas da ilha é feito por meio de barcos, rabetas, Popopôs e, também, por veículos aquaviários particulares como lanchas e *Jet ski's*.

O trânsito que leva os sujeitos à ilha, majoritariamente, parte da Praça Princesa Isabel, onde há o terminal hidroviário Ruy Barata que é a porta de entrada para os furos e igarapés da Ilha. Num trânsito de sujeitos que a visitam, até mesmo dos moradores residentes nela, belezas naturais surgem para encantar cada um dos públicos citados. Segundo Nunes (2017), em sua pesquisa *VIVER ÀS MARGENS DO RIO: Identidade e Pertença Na Ilha Do Combu/Pa*, defendida no programa de pós-graduação em Antropologia da UFPA, expõe que o nome Combu significa ‘*lugar em que os pássaros dormem*’ e, mediante a uma extensa lista de entrevista feita aos moradores da ilha, notou que essa expressão se repetia ao longo das entrevistas realizadas.

A ilha destaca-se por meio de três atividades que são encontradas ao longo dos seus estreitos: o aspecto do turismo, que se destaca na comunidade do igarapé do Combu; o circuito

artístico idealizado pelo artista grafiteiro Sebá Tapajós, que grafitou, juntamente com grafiteiros da região norte, do Brasil e do exterior mais de 30 casas dispostas no furo da Paciência; por fim, não menos importante, a abertura da ilha para as atividades extrativistas voltadas para o cultivo e manejo do açaí, cupuaçu e do cacau.

Mapa 5: Mapa da disposição insular da parte sul de Belém



Fonte: Google Maps

No mapa 05, é notório a concentração de ilhas dispostas na parte sul da capital. A história desse arquipélago insular casa-se com o período de formação da própria cidade. Na historicidade das ilhas ao redor da cidade, o Combu faz parte desse conjunto insular que foi constituído por aquilo que podemos notar no seguinte trecho: “havia a presença dos desprezados pela sociedade Belenense: negros fugitivos que foram escravizados, os soldados desertores e foragidos.” (ROCHA, 2021, p.26). A renegação de muitos que habitavam o Combu foi, durante 3 (três) séculos, responsável por uma espécie de apagamento da população da ilha.

Atualmente, a ilha do Combu é aberta ao outro por meio de uma modificação bastante expressiva de suas zonas de várzea, principalmente, pela instalação dos bares e restaurantes nas encostas do igarapé do Combu. Tal fato permite a transformação da região em uma zona de livre circulação de turistas vindos da grande Belém como de fora do estado; ao passo que comunidades, como a do igarapé da Paciência, destaca-se pelo convívio de moradores que possuem um contato mais de perto com as questões naturais que a própria ilha dispõe.

Segundo Cunha (2011), nenhuma espacialidade se constitui por seu isolamento: é numa interação direta que um lugar dispõe com outros que eles passam a receber estatuto de lugar/espço e passam a tecer sentido para as suas práticas ocorrentes em seu interior. Da Belém continental às ilhas e/ou da região insular do Guamá, da baía do Guajará e de Santo Antônio ao grande centro chamado Belém, há costuras de territorialidades próximas e longínquas em

entrepostos que estão dispostos ao longo de uma extensa heterotopia: as águas que banham a(s) Belé(ns).

4. O QUE SURGE DA FLORESTA ALAGADA?

A cidade de Belém do Pará é um grande centro regional da Amazônia, e sua constituição é feita entre costuras realizadas pelos sujeitos entre a região continental da metrópole e sua área insular composta de 39 ilhas que se peculiarizam por possuir um território alagado pelas águas do Rio Guamá e baías do Guajará e de Santo Antônio. É possível enxergar que destas vastas territorialidades surgem formas de ver, conceber e assistir a cidade de Belém de distintas maneiras. Neste capítulo, apresentaremos o que se faz desvelado destas distintas formas de erguer e fazer a cidade de florestas alagadas.

Primeiramente, iremos despender esforços acerca de pensar a cidade pela rede que a constitui: continente e ilha. Daí surge a primeira seção intitulada '*Cidade-Belém: do rural ao urbano/da ilha ao centro/da floresta à urbanização; convergência e divergência de sentidos*'. Nela, o fluxo entre um horizonte de floresta fechada e alagada e o cinza das edificações ganha o centro do debate. A cidade e a floresta serão vistas a partir de entrecruzamentos realizados no e pelo rio disposto a sua frente. O trânsito tecido por embarcações permitirá pensar na maneira como as multiterritorialidades aquosas da metrópole da Amazônia são constituídas.

A segunda seção desse capítulo intitulada *A heterotopia dos Furos* é bastante valiosa para essa pesquisa, pois concebe o rio/os furos enquanto espaço heterotópico. Essa proposição será definida a partir dos princípios que constituem as heterotopias pensadas por Michel Foucault no texto '*Outros Espaços*' (2006). O rio/os furos enquanto uma heterotopia de passagem coloca em cena a atuação de sujeitos que utilizam desse rio a partir de distintas finalidades e serão elas que desenharem esse conceito proposto a partir de imagens registradas ao longo das visitas às águas do rio Guamá e baías que banham a cidade de Belém.

Entre os elementos que integram os 'furos' está o turismo realizado nas ilhas. Uma delas abriga uma forma de proporcionalizar lazer aos sujeitos de Belém e de outras regiões do estado e do país: a ilha do Combu, com a disposição de um conjunto de hotéis, bares e restaurantes ao longo de suas margens. O turismo praticado nos 'furos' fomenta uma segregação do público que frequenta essas localidades por conta do preço, do que é servido, do valor cobrado por travessia, como também pela manutenção do espaço em que o turismo é praticado. O turismo praticado na ilha do Combu é movido por mecanismos de silenciamento de culturas e de subordinação de modos de vida a um sistema que embranquece a ilha e reforça silenciamentos.

A penúltima seção desse trabalho intitula-se '*Do conceito de grafite às materialidades na Belém da Amazônia*'. Nela, faremos um percurso que permitirá enxergarmos o grafite como uma materialidade discursiva. O dizer materializado enquanto arte feita em spray foi pensado a

partir da relação intrínseca entre o que é dito e o grafite enquanto expressão desse dizer. Para isso, mobilizamos o conceito de modo historiográfico, seguido de uma pequena abordagem acerca dos movimentos que se utilizaram dessa arte como método de manifesto para, assim, chegarmos às primeiras incursões em terras brasileiras a partir da metade do século XX. A seção fecha-se com o que é produzido enquanto arte grafiteira na Cena Paraense.

Por fim, a nossa análise partirá das temáticas em recorrência e em dispersão presentes nas obras postas nas paredes das casas dos moradores do furo da Paciência na ilha do Combu. Nesta subseção, o foco será totalmente voltado aos grafites do projeto Street River, idealizado por Sebá Tapajós, com o que se fez recorrente e o que se colocou em dispersão: as imagens e identidades se mobilizam para apresentar moradores que se visibilizam pela arte posta em suas residências. O que foi grafitado foi autorizado pelos moradores para, assim, ser posto na parede, logo surge aí marcas de múltiplas formas de se olhar para o sujeito morador do furo da Paciência, exatamente, pelo contorno do pincel, pela cor que se desvela sobre a tela e num lugar completamente novo: as palafitas da ilha do Combu, na Belém da Amazônia.

4.1- Cidade-Belém do rural ao urbano/da ilha ao centro/da floresta à urbanização em convergências e divergências de sentido

O amanhecer em Belém do Pará pode ser visto por ângulos distintos e por olhares que se contrastam em margens distintas do rio que desliza sobre a face da cidade. A Belém da manhã pode ser contemplada por meio de dois campos de visão: o primeiro olhar advém dos sujeitos que não vivem na urbanidade da cidade – o sol nasce por entre os prédios acinzentados de uma metrópole que não para de se movimentar; o segundo olhar é tecido em meio às buzinas dos veículos e o movimento frenético de transeuntes atrasados para as suas tarefas comuns – esse olhar contempla uma Belém calma, cujo silêncio do lugar é cortado por revoadas de pássaros e motores de embarcações que retornam aos seus lares após uma madrugada intensa de trabalho no cais do Ver-o-Peso.

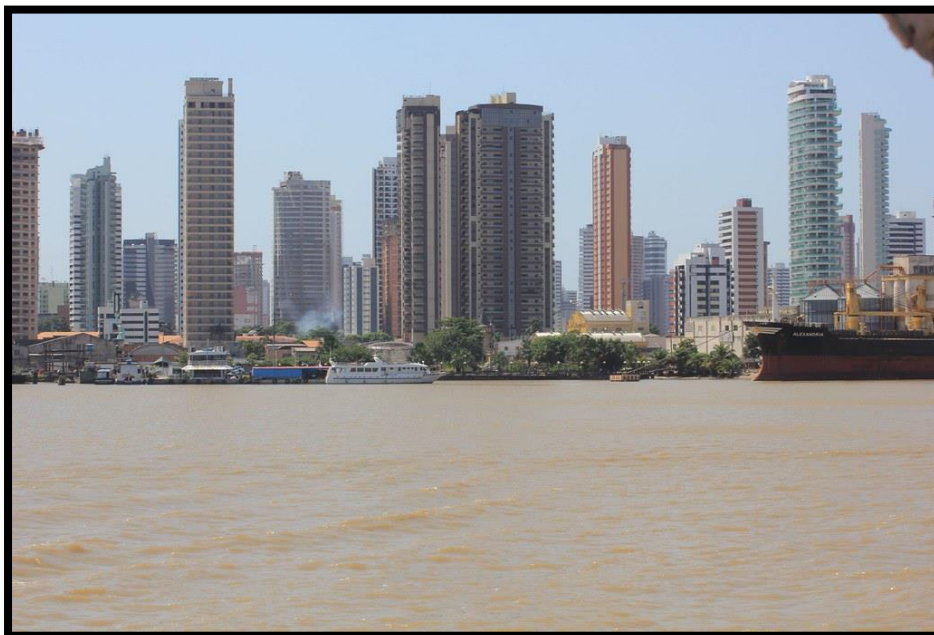
Os olhares são produtores de paisagens e lugares que se localizam pela operacionalização de fazeres de um lado do rio e do outro (imagem 18 e 19). É indubitável a existência de duas Belé(ns), ora antagônicas, ora similares. O rio a frente das duas formas de conceber a cidade espelham Beléns de cores distintas: de um lado o horizonte de florestas e do outro o cinza das edificações.

Imagem 18 - Visão das ilhas a partir da cidade de Belém (PA)/ Ilhas de floresta alagadas ao fundo.



Disponível em: < <https://pixabay.com/pt/photos/por-do-sol-rio-paisagem-bel%C3%A9m-5060729/> >
Acesso em 05 Jul. às 14h53m.

Imagem 19 - Visão da cidade de Belém a partir das ilhas/ O Rio Guamá e Belém ao fundo



Disponível em: < https://live.staticflickr.com/6052/6221116863_21c7b6761e_b.jpg > Acesso em 05
Jul. às 15h14m.

Tudo na cidade é erguido pela perspectiva do olhar. A cidade e a floresta se entrecruzam e se encontram pelo e no rio posto à sua frente. Tal encontro é marcado por certo hibridismo consolidado pelo fluxo intenso de pessoas, ações, relações que são articuladas pelo atravessar. Ao se chegar à cidade a metrópole, voluntariamente, exige uma obrigatoriedade calcada na rapidez e fluidez de suas relações. Ao se chegar às ilhas – à frente de Belém – novos tecidos de práticas humanas são visibilizados; entra em cena o homem da floresta, este que está perto, mas é visto por muitos da capital a partir de seu distanciamento.

Cada espacialidade é marcada pela singularidade e dotada de peculiaridades próprias representativas de uma dada região. Isso se faz visto quando “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.” (SANTOS, 2006, P. 213). Os gigantismos de Belém e a imensidão das ilhas surpreendem por suas distintas vias de abertura como as práticas comerciais, os serviços de abastecimento da cidade e o escoamento daquilo que é produzido pelas indústrias da região. O rio é caminho de mobilidade.

Pelo rio, à medida que Belém foi sendo edificada ao longo dos séculos, ergueram-se zonas de intensas construções portuárias a partir de baías, estaleiros e rios; e na sua continentalidade, vários portos, marinas se modernizaram, por conta de fatores como a proximidade com os portos da Europa e por ser a porta de entrada para a Amazônia. A Belém insular é híbrida, pois além de ser formada por um arquipélago com 39 ilhas, cada uma possui características próprias e mecanismos de atuação específicos para as suas existências.

Sobre essa questão, há ilhas que possuem uma abertura turística com grande potencial para atingir um público nacional e internacional (Cotijuba, Mosqueiro). Outras se encarregam de servir a metrópole com aquilo que é produzido em seus territórios, como frutos e pescados. (Ilha Grande, Combu e Paquetá). Há muito suor despendido desse segundo grupo de ilhas que se articulam de uma economia natural advinda do que a floresta proporciona. Assim, no centro dessa discussão, os territórios não se constituem por seus isolamentos: é por meio do contato com outros territórios que eles assumem tal *status*.



Desse modo, é com a Belém continental que as ilhas consolidam contato direto. Haesbaert, (2007) expõe que as territorialidades são produzidas por uma concepção política que determinam suas extensões. A partir disso, é pertinente compreender que há um diálogo bem definido com que Certeau (2008) expõe sobre as demarcações que surgem como procedimentos empregados a determinados lugares. O *link* realizado entre as duas concepções nos leva à concepção de que nenhuma territorialidade se faz tecida sem um conjunto de sujeitos que os

integram. Por outro lado, podemos observar que, por mais que as demarcações definam lugares, é possível enxergá-las dando margem de atuação umas às outras.

Por meio do pragmatismo da consolidação de um espaço, outros podem surgir a partir daquele já instituído, podendo assim surgir outros espaços para contemplar sujeitos os quais foram invisibilizados por outras espacialidades e/ou para reverberar práticas hegemônicas já impostas. Diante disso, as ilhas compreendidas como território rural da cidade de Belém do Pará trazem à tona modos de vida que são apagados ou mesmo deixados à margem na grande metrópole à sua frente.

É preciso repensar o discurso hegemônico que as ilhas só existem enquanto ilhas por conta de Belém da disposição à sua frente e por servir essas comunidades insulares de requisitos básicos de sobrevivência como: alimentação, formação, emprego e energia elétrica. Nessa subseção, estamos propondo pensar diferente: num caminho oposto de construção de território da Cidade-Belém, formada pelo suor dos que chegam em seus barcos, rabetas e popopôs para servir a cidade de alimentos (pescado), frutas, mão de obra e de meios de transporte.



O percurso das ilhas à cidade é garantido por conta de diversos meios de locomoção aquáticas e o primeiro deles é conhecido popularmente como rabetas (canoas motorizadas). Elas são pequenas e rápidas e utilizam de um motor de propulsão e um bastão com uma hélice na ponta que determina a direção que o veículo irá percorrer. Na região das ilhas de Belém, o que vemos é uma predominância de rabetas feitas de madeira em detrimentos das mais modernizadas que são feitas de alumínio chumbado ou fibra.

<p>Imagem 20 - Sujeito morador do igarapé do Combu trafegando em sua rabeta.</p>	<p>Imagem 21 - Rabeta ou catraia de alumínio chumbado sendo dirigida pelo sujeito morador da ilha do Combu</p>
	
<p>Fotografia: Robert Freitas</p>	<p>Fotografia: Robert Freitas</p>

Os moradores dos furos do Combu e da Paciência que trabalham com a extração de frutas de várzea utilizam das rabetas/catraias (imagem 20 e 21) para a locomoção não somente do que é retirado das matas das ilhas, mas também de pessoas que habitam essas localidades. Por ser de madeira ou de fibra, as catraias se diferenciam pela velocidade, as de fibra possuem uma rapidez maior, logo acabam por provocar os chamados banzeiros (pequenas ondas). Em algumas partes da Amazônia, tais transportes servem de espaço de venda para o pescado retirado do rio. As rabetas operam para a manutenção de uma ilha extrativista posta diante da cidade das mangueiras – Belém. O cotidiano dos sujeitos que ali transitam é preenchido por fluxos de embarcações de pessoas simples que retiram da floresta seu sustento.

Um segundo grupo de embarcações que transitam pelas águas de Belém chama-se voadeira, sendo um barco pequeno que se utiliza de um motor de popa acoplado. Tal aspecto permite com que as embarcações sejam calcadas pela sua velocidade. Em um dos terminais hidroviários que dão acesso às ilhas de Belém, as voadeiras predominam como principal meio de navegação que liga a cidade às ilhas. Dependendo de qual seja, a travessia feita em voadeira dura entre 15m às ilhas mais próximas a 40m às mais distantes.

O rio é cenário de ações práticas que permite com que fazeres sejam articulados e tecidos, por conta disso é possível enxergar que “Os homens passam pelo rio, usam o rio, trabalham no rio, alimentam-se do rio, navegam pelo rio, vivem no rio e morrem no rio” (Paes Loureiro, 2008, p.15). A operacionalização das ações cotidianas é realizada por meio das navegações: as voadeiras deslizam-se sobre as águas dos rios e das baías para efetivar um trajeto que serve e abastece a cidade por meio daquilo que chega das ilhas e do exterior em grandes cargueiros. Por outro lado, percebe-se um olhar de contemplação nos olhos daqueles que não são da Amazônia ao visualizarem os gigantismos da floresta aquática à frente da metrópole da Amazônia. Logo, os sujeitos/sujeitas, sobretudo os de fora, ou mesmo de dentro/distante, os quais se mobilizam no rio, partem de um terminal que recebe o nome de um poeta das águas – Ruy Barata – (imagem 22), para o qual e para muitos que vivem nas ilhas: os rios são ruas.

Imagem 22 - Terminal Hidroviário Ruy Barata	Imagem 23 - Voadeira levando turistas às ilhas
	
Fotografia: Robert Freitas	Fotografia: Robert Freitas

Os transportes aquaviários (imagem 23) da Amazônia são extensos e acredita-se que um dos mais utilizados por aqueles que queiram realizar travessias mais duradouras como a que liga o distrito de Icoaraci à ilha de Cotijuba, bem como a travessia que vai até as ilhas de Paquetá, Jutuba, Uruboca, entre outras, é realizada por embarcações de madeira mais conhecidas na região como Popopôs.

O tráfego de Popopôs (imagem 24 e 25) movimentam o comércio que há na madrugada da cidade de Belém-Pará, mais exclusivamente no cais do Ver-o-Peso, entreposto comercial mais antigo da cidade. Nele, a venda de frutas de várzea como açaí, cacau e cupuaçu é realizada com a mobilização intensa de barcos que chegam a todo instante para a comercialização destes bens de consumo.

Imagem 24 - Rabeta e Popopô no furo da ilha do Combu	Imagem 25 - Enfileiramento de Popopôs na baía de Guajará- Belém (PA)
---	---



A venda de açaí, cacau e cupuaçu não são as únicas coisas que são comercializadas na madrugada de Belém do Pará. O rio que provém os pescados que a região tende a consumir abastece-a com uma variedade imensa de peixes de água doce. Desse modo, é possível sentir o cheiro – chamado pitiú – dos peixes há duas quadras de distância da tão famosa “pedra” do Ver-o-Peso. O lugar é conhecido por abastecer a cidade de Belém do Pará com peixes advindos das mais distintas ilhas e cidades que se aproximam de Belém por conta dos rios como: Barcarena e Igarapé-Miri.

A Pedra do Peixe sempre foi um tema requisitado[...]pelo enfoque da população interagindo na paisagem dinâmica que simboliza a cidade, ou pelo comércio do pescado por atacado, quando aquele espaço passa a ter uso específico de compra, venda e troca do pescado que só é possível na madrugada para não haver concorrência com o comércio mais tradicional que ocorre durante o dia, no Mercado de Ferro. Após a comercialização do peixe na pedra, aquele espaço é transformado para outro uso, no caso o da circulação de pessoas que vão e vem ao Mercado, à feira do Ver-o-Peso e de modo mais específico a algum dos seus muitos setores[...] (Silva, 2016, p.25).

O entreposto pesqueiro do Ver-o-Peso, que na madrugada é símbolo genuíno de comercialização, durante o dia assume a configuração de um polo turístico da capital do Pará. É importante perceber que a relação de comercialização do pescado fresco é feita na madrugada; quando o sol desponta, a maioria dos peixes trazidos das ilhas e cidades costeiras já foram vendidos por conta do preço irrisório do pescado na “pedra” (imagem 26). A interação entre sujeitos/sujeitas que vendem e os que vem comprar é movida pela cultura do consumo do pescado, na alta gastronomia e nos pratos cotidianos dos moradores.

Imagem 26 - Venda de peixe na pedra do Ver-O-Peso

Fotografia: Renato Ribeiro. Disponível em: https://live.staticflickr.com/4071/4356386330_68a8d5beec_b.jpg

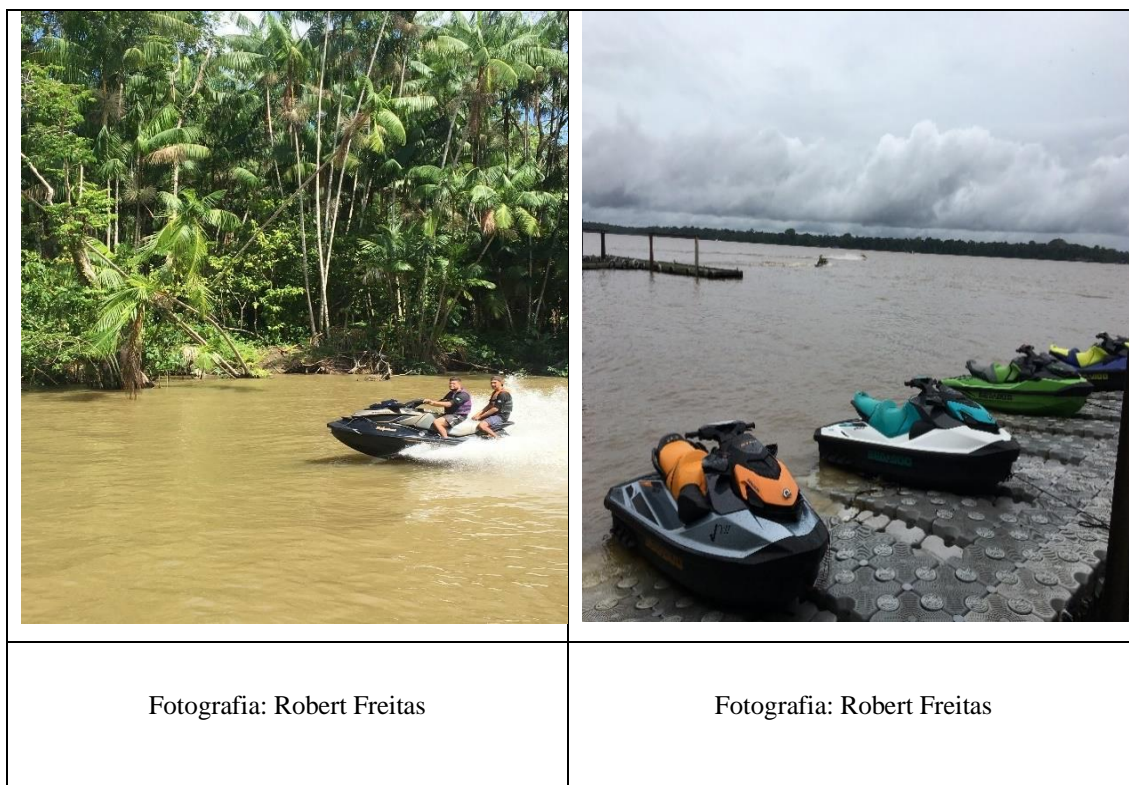
Acesso em 19 Nov. 2022. Às 20h24m

Segundo Silva (2016 apud CRUZ, 1973, p. 107), o Ver-o-Peso foi considerado um entreposto fiscal e comercial a partir de 1625, quando o reinado português sobre as terras da região sentiu a necessidade de possuir o comando daquilo que era retirado e o que entrava na região por meio do porto. Num primeiro momento, as especiarias, em seguida, bens de consumo como os pescados. Com a cidade, o Ver-o-Peso se funda e consolida-se como um dos pontos de extrema estratégia ao embarque e desembarque de passageiros, ação esta que se perpetua no tempo e movimentam as espacialidades que entornam o que conhecemos hoje como a maior feira livre da América Latina.

Para Canclini (2008, p.60), “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos”. Desse modo, expandindo a concepção de que o consumo é estabelecido a partir do que os rios e baías dispõem, é preciso pensar o rio enquanto produto a ser consumido, não somente pelo que ele proporciona, mas também pelo que é permitido se realizar nele. Em outros termos, cabe considerar as extensões aquíferas de Belém, sendo utilizadas com finalidades distintas. Para os indivíduos das ilhas, o rio é produto de mobilidade e sustento; para os da metrópole, ele é consumido por pessoas que anseiam por aventura, lazer e descanso. No bojo dos transportes utilizados por esse segundo grupo de sujeitos está o uso dos *Jet ski's* (imagem 27 e 28) – veículo aquático similar a uma motocicleta.

Imagem 27 - Sujeitos passeando pelo furo da Paciência / Combu

Imagem 28 - Marina presente no bairro do Guamá, em Belém do Pará. Ao fundo, a ilha do Combu



As divergentes formas de se utilizar o rio assoalham as multiterritorialidades. Em Belém, o *'Espaço Náutico Marine Club'* e o *'Marina Club'* surgem na parte continental da cidade para dispor de diversas opções de lazer, recreação e de atividades náuticas; com isso, shows, bares, restaurantes, além de canoagem, alugueis de lanchas e Jet ski's são exemplos do que essas espacialidades dispõem.

Para Canclini (2008, p.62), "Consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo". O nada e o tudo se constituem na relação com que o espaço permite tecer. Desse modo, as maneiras de se utilizar os rios, furos/igarapés de Belém do Pará assumem modelos de consumo ora convergentes, ora dissidentes. Pois, o modo operante que os sujeitos da ilha Grande, Combu, Ilha Longa, Ilha dos Patos, entre outras, utilizam das águas da baía do Guajará (ao leste de Belém) e do Rio Guamá (mais ao sul da cidade): vai de encontro com o modo como os sujeitos da Belém continental utilizam das águas que banham a Capital.

Nem só de dissidências os rios operacionalizam. Há uma rede de trocas que no e pelo rio é tecida: os mesmos turistas que utilizam das águas que banham a cidade de Belém para fins distintos daqueles que moram na região insular atravessam-nas para mobilizar fatores econômicos nos bares que estão dispostos na outra margem do rio – bares estes que avistam a metrópole a partir das florestas. Os indivíduos das ilhas atravessam a extensão de água barrenta

não somente com fins de abastecer a cidade, mas também em busca do ‘ter’: qualificação, trabalho, bem como assistência médica.

O presente só se faz presente nos espaços das coisas. As relações, os contatos, as interações tecidas dos belenenses e daqueles que não são da cidade fazem-se tecidas e costuradas nas águas e pelas águas da própria metrópole da Amazônia. No imbricamento de relações ‘dos de fora’ com os ‘de dentro’, o espaço dos rios se faz valorado por aquilo que ele dispõe e pelos(as) sujeitos/sujeitas que atravessam por ele.

Os espaços são da ordem do simultâneo, porque neles há presença e ausência. Logo, os rios da cidade das mangueiras não estão longe disso, pois há formas de aparecimento que somente os rios autorizam surgir e se firmar, enquanto há outras em que ele se encarrega de extirpar. Tomando como exemplo, temos a noite tomada por embarcações – Popopôs trafegando sobre as águas, transportando o que será comercializado; enquanto as voadeiras são transportes diários, já que são elas as responsáveis pelo deslocamento de pessoas.

Na e pela floresta alagada, é possível enxergar tecituras de ações que interpelam os sujeitos nos rios. Os fluxos de idas e vindas, de uma margem a outra, de um píer a uma marina, das casas dos moradores aos terminais hidroviários em embarcações que deslizam sobre as águas barrentas da metrópole da Amazônia movimentam uma cidade que nasce das águas e que se desloca por elas. Presentificando memórias, simultaneizando fazeres e consolidando saberes.

Da floresta alagada Belém se faz Belém, na chegada das embarcações na madrugada, na partida delas quando o sol desponta. O turismo nos rios, a arte na floresta aquosa, o suor dos que trabalham na madrugada das águas. A cidade das mangueiras é a cidade dos cheiros com cupuaçu, açaí e cacau sendo vendidos ao lado do pitiú dos peixes na pedra do Ver-o-Peso. A grande Metrópole dos rios é a nossa megalópole da Amazônia: Belém-Pará-Brasil.

4.2 A heterotopia dos furos

“Entre o rio e a floresta,
a experiência transcendente
resulta de experiências vividas.”
João de Jesus Paes Loureiro (2000, p.61)

Para Pimentel (2019), na Amazônia, o caminho é feito pelos rios, as ações são realizadas pelos e nos rios, furos e igarapés. E a título de entendimento conceitual, a autora expõe:

[...] o rio é geralmente, um curso d’água largo, com volume e cores diferentes de suas águas, podendo ser brancas, claras e pretas, de acordo com o substrato e os sedimentos que transporta. **O furo não tem correnteza e é um canal fluvial que liga dois rios, cortando ou contornando uma ilha, por**

exemplo. Já o igarapé é um rio de primeira ou segunda ordem, portanto tem canal estreito e com baixa luminosidade porque nesse trecho, suas águas estão cobertas pela densa floresta amazônica (PIMENTEL, *apud et al*, 2019, p.5).

A autora apresenta-nos três definições acerca das espacialidades que peculiarizam a Amazônia enquanto território das águas. No entanto, é preciso mencionar a relevância do segundo conceito proposto por Pimentel (2019) que é o conceito de furo. Logo, mais do que um ‘canal fluvial que liga dois rios’, os furos apresentam-se, conceitualmente, nesta pesquisa, extrapolando o sentido que os próprios dicionários concedem ao termo em questão. Dentre esses conceitos está o proposto pelo dicionário *Michaelis* quando expõe que furo é um “Canal de comunicação entre um rio e seu afluente.” Tal conceituação dialoga com o que o dicionário *Priberam* on-line de Língua Portuguesa expõe: “Espaço navegável, entre arvoredos ou plantas aquáticas.”. Porém, é preciso conceber para além de uma simples conceituação que entende os furos somente por meio de aspectos cartesianos. Neste momento, por se tratar de uma pesquisa presente dentro de um programa de linguística e língua portuguesa, aqui tomaremos a palavra como aliada para ampliarmos a noção de furo e analisar os mecanismos que tornam os furos dos rios amazônicos um espaço caracterizado heterotopicamente.

É preciso pensar os furos como espaço que penetra as áreas insulares da Amazônia (imagem 30) e que forma labirintos (imagem 29) vistos por sujeitos e sujeitas que se adentram em tais espacialidades. Labirinto de rios e matas, de uma floresta alagada/floresta aquosa. Os furos são espaços de percurso por entre paredes de árvores, espaços navegáveis que corre entre as árvores e que serve de comunicação entre os rios. É um espaço de água entre um espaço de mata que caracteriza uma heterotopia e que caracteriza o que muitos estudiosos definem como floresta amazônica, floresta interconectada por águas.



Disponível em:< https://cabaredasideias.files.wordpress.com/2012/10/floresta-amazonica-a8f06.jpg?w=610 Acesso dia 05 de jul. às 16h18m.	Foto: Robert Freitas
--	----------------------

O furo é espaço de vivência e de passagem, mas também se abre para a efetivação de entre lugares que são reconhecidos quando ampliamos o nosso olhar para dadas localidades. Quando fazemos isso, o trapiche, enquanto cais de chegada das rabetas e popopôs, aparece, as moradias sustentadas em cima de madeira maciça se tornam transparentes, sujeitos/sujeitas que operam modos de existência se visibilizam num entre lugar que está situado na fronteira entre o rio e a floresta, como podemos ver no seguinte enunciado:

Entre o rio e a floresta é preciso saber ver para efetivamente ver. Um olhar sustentado pela pertença à emoção da terra, com a sensibilidade disponível ao raro, com a alma posta no olhar. A transfiguração do olhar acontece no momento em que se percebe a diversidade verde do verde; o corpo de baile das açaizeras; a volúpia dos pássaros revoando; a vaga ela perdida no olhar do canoeiro; a moça na janela como a solitária imagem de uma espera; a igaraté balançando nas ondas entre as estrelas; a dupla realidade da beira de rio refletida nas águas, como cartas de um baralho de sortilégio (LOUREIRO, 2020, p.60-61).

Para se olhar os lugares que estão entre a floresta e os rios/ floresta e os furos é preciso imprimir nesse olhar uma sensibilidade que permitirá com que a percepção veja para além daquilo que recorrentemente se vê. Quando a alma é posta no olhar, é possível enxergar: infâncias deslizando em canoas de um lado a outro do furo; crianças utilizando do furo como espaço de recreação e divertimento e moradores nas fachadas das casas vendendo artesanatos confeccionados na própria ilha (imagem 31 e 32).

Imagem 31 - Criança na Canoa	Imagem 32 - Crianças se divertindo no Rio
-------------------------------------	--



Foto: Shirley Penaforte. Disponível em: 11nq.com/jtoNi. Acesso dia 13 de fev. às 15h05m



Foto: Shirley Penaforte Disponível em: encr.pw/PGiS3. Acesso dia 13 de fev. às 15h03m

Para Loureiro (2020, p. 66), “o caboclo ribeirinho é um viajante imóvel”, pois está sempre sendo introduzido em espacialidades outras configuradas: pelos balanços das marés, pelas chegadas e partidas dos turistas na região, pelo olhar dos que passam em embarcações pelos lugares onde estão inseridos, pela natureza modificadora de vivência, pelo novo que sempre se presentifica em contextos cotidianos.

Esse Rio (Guamá) que se fragmenta em furos, pode ser caracterizado como uma heterotopia de passagem por possuir características próprias do lugar onde se consagra. Historicamente, os rios apresentavam uma característica que se dispersava para as floretas que banhavam a cidade que hoje conhecemos como Belém e uma das principais características é vista que

Nesse estado de isolamento vivia, sem dúvida, toda essa porção grandiosa do Brasil que, posteriormente, viria a constituir-se na Amazônia rica e lendária, encanto e sonho portentoso de navegadores, sôfregos em desvendar seus segredos seculares, conquistar-lhe a impenetrabilidade de suas florestas, o colosso de suas águas, decifrando-lhe o poder miraculoso de suas lendas e o de suas bravas guerreiras (MEIRA FILHO, 2015, p. 31).

Pela citação, é possível perceber que Meira Filho (2015) remonta ao período de conquista da cidade de Belém para focalizar na impenetrabilidade da região de floresta que compreende o território da capital do Pará. Por meio disso, pelo fato da região de floresta está em solo alagado, esse aspecto de isolamento também se estende aos furos dos rios que formam a costa da cidade.

Os furos podem ser vistos como uma heterotopia por possuir características históricas que são fundamentais para reconhecemos as etapas de formação de Belém. Nos primeiros anos de exploração da Belém insular, Meira Filho (2015, p. 62) expõe que os gigantismos da fauna, flora e a amplitude dos rios da região “Dominavam o homem em seu contato, diminuindo-o, tornando-o um ser inexpressível diante das mínimas dimensões a que ficava reduzido, desencorajado para lutar e vencer aquele mundo incalculável de mistério e de riqueza.”. Pelo exposto, é possível entender que a floresta surge como uma proteção para os indígenas que viviam nessas localidades ao ponto de utilizá-la como lugar de materialização de uma resistência decolonial em relação às forças internacionais na Amazônia do século XVII.

Não é possível precisar as dimensões dos rios, furos e florestas nesses primeiros momentos de exploração, pois a vastidão territorial se colocava como um grande revés a ser dominado. As grandiosidades das espacialidades das águas e das florestas da região insular de Belém eram utilizadas, estrategicamente, pelos tupinambá como formas de resistência à dominação europeia na região.

Nas localidades que, atualmente, compreendem os furos do rio Guamá, percorriam os indígenas tupinambás que detinham o conhecimento das terras e dos rios, do que havia neles e do que podiam se extrair de dadas regiões. Segundo Neves (2022), tais indígenas que viviam nesse território consideravam-se filhos de um grande ancestral indígena que denominavam de Maíra, assim, as espacialidades onde os filhos do grande Maíra viviam podem ser chamadas de ‘terra de Maíra’: Mairi.

De modo sistemático, podemos perceber que a Mairi dos tupinambás pode ser um território que está para além das continentalidades da Belém dos portugueses. Aqui, tal espectro pode ser compreendido como um espaço que atinge regiões insulares da própria cidade. Espacialidades aquosas (furos) que foram utilizadas pelos próprios indígenas que viviam nelas como trajeto de fuga às investidas europeias na região. Tais informações podem ser comprovadas diante da seguinte citação:

Grande parte dos Tupinambá que vivia nesta região hoje denominada de Belém e nas adjacências, morreu ainda no século XVII, quando entrou em contato com os europeus. Muitos fugiram para dentro da floresta e formaram novas sociedades ou se integraram as que já existiam, mas uma parte foi incorporada à recém-fundada cidade. Apenas alguns homens portugueses fundaram a cidade, eles eram aproximadamente 140 colonizadores e as mulheres europeias não vieram. Foram as indígenas as mulheres que deram origem à população da cidade e depois as mulheres e homens africanos trazidos à força para a colônia portuguesa (NEVES. 2022, P. 201).

Ao expor que os tupinambá fugiram para as florestas da região após as investidas dos portugueses, é possível deduzir que por se tratar de uma região marcada por um extenso território de águas, os furos serviram como rota de fuga tupinambá. Hodiernamente, os sujeitos que moram/residem/habitam nesses furos possuem práticas culturais que podem se assemelhar com as que foram deixadas pelos tupinambá na primeira metade do século XVII, como a prática do fazer farinha, avoadado (assar o peixe recém pescado do rio) – Imagem 33 – na beira do furo/igarapé, escalar com peconha o açazeiro para a colheita do açaí – imagem 34, entre outras.

Imagem 33- Prática do avoadado realizado nas ilhas de Belém



Imagem 34 - Os apanhadores de açaí




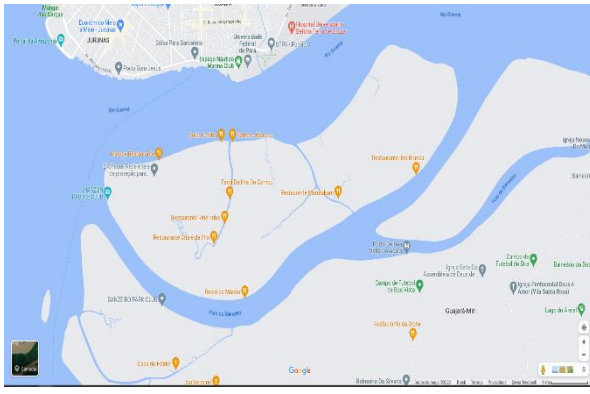
Disponível em:<encl.pw/yqFJt> Acesso em 13 fev. às 15h41m.

Disponível em: < https://3.bp.blogspot.com/-VNgnkWmZfE8/Uzc8ismcGFI/AAAAAAAAAVgM/SsM6-2YiuSI/s1600/1606981_281169995383130_1127894436_n.jpg >. Acesso em 13 fev. 2023.

Para Foucault (2006), cada heterotopia possui um funcionamento específico no seio de uma sociedade, adotando para si, a mobilização de determinados lugares e ações para assim se efetivar. Pelas espacialidades que compreendem essa pesquisa, os rios e furos funcionam de modo distinto dependendo do contexto histórico ao qual direcionamos nosso olhar. Enquanto no período de fundação da cidade de Belém os furos surgiram como espaços de fuga e resistência dos indígenas à dominação portuguesa, atualmente, tais espacialidades firmam-se como rota de passagem para distintos veículos aquaviários (como já disposto nesta pesquisa). Hodiernamente, os furos são corredores de sujeitos em operação cotidiana com a sobrevivência desenhada pela vivência em um lugar singular e representativo da Amazônia.

As especificidades do funcionamento dos furos dentro da ilha do Combu operacionalizam caminhos aquáticos que vão desde o grande Rio Guamá (na parte norte da ilha)

ao furo do Benedito (parte sul insular), Maracujá (parte oeste da ilha), Bijocô (parte leste). Essa dimensão de funcionamento pode ser vista ao dispormos nosso olhar para os mapas 6 e 7 abaixo:

<p>Mapa 6: visão via satélite da ilha do Combu</p>	<p>Mapa 7: Visão da dimensão aquática do Guamá e seus furos</p>
	
<p>Fonte: Google Maps</p>	<p>Fonte: Google Maps</p>

Foucault (2006) expõe que as especificidades do funcionamento de uma heterotopia, no cerne de uma sociedade, adotam para si, a mobilização de determinados lugares e ações para, assim, se efetivar. O funcionamento dos furos é plástico e múltiplo, já que o que permite essa pluralidade são as práticas que se efetivam em suas extensões pelos mais distintos sujeitos que trafegam por eles. Desse modo, o rio/os furos podem ser considerados heterotopias de passagem por justamente serem definidos por essa hibridização constitutiva.

Os furos e até mesmo o próprio rio Guamá, por estarem situados em regiões que implicam a existência de deslocamentos e por mobilizar sujeitos que transitam por suas extensões, conduzem formas distintas de atuação em suas águas. Pois, ao mesmo tempo em que o rio se abre para a chegada de cruzeiros e navios de cargas que chegam do exterior, ele é lugar de atuação e de práticas de sujeitos infames (termo foucaultiano) que utilizam do rio para viver e, até em certos casos, para sobreviver a partir do que o rio dispõe.

Logo, os furos são lugares localizáveis e diferentes, assim como os rios que dão origem a esses furos. Por eles, as práticas se instauram de maneira distinta daquelas que são realizadas em outros rios. Logo, na peculiaridade dessas ações tecidas nos e pelos rios marcam uma das características mais basilares dos rios enquanto heterotopia de passagem: a singularidade das ações realizadas neles.

O furo da Paciência e o furo do Combu são os principais da ilha e neles há dois grandes circuitos: o da arte e o do turismo; porém, ainda se tornam caminhos para equipes de canoieiros que transformam a canoagem como esporte a ser realizado, principalmente, nos fins de semana. No cotidiano dos caminhos alagados do Combu, há uma outra espécie de canoa que transita tais espacialidades que são as rabetas, como já dito, funcionam como transportes aquaviários de sujeitos e mercadorias a serem vendidas na Belém continental.

Para Foucault (2006), as heterotopias se justapõem a distintos lugares e também autoriza com que haja concomitância entre espacialidades compatíveis e conflitantes. Na heterotopia dos furos podemos perceber que os espaços fixos, deslizantes e de passagem são três grupos de espacialidades que se consagram por sua simultaneidade: os espaços fixos – palafitas/casas dos moradores, restaurantes, terreiros, igrejas e escolas; os espaços que deslizam – barcos, navios, canoas, rabetas e *jetski's*; e espaços de passagem – rios, furos e igarapés.



Os espaços existentes na heterotopia dos furos/rios interpenetram-se, ao ponto de suas naturezas se modificarem, já que, dependendo da posição de atuação de determinados sujeitos, os espaços podem se tornar outros. A título de exemplificação, na perspectiva do indivíduo, que se utiliza de embarcações nesses lugares de passagem, os espaços fixos e enrijecidos nas margens podem se tornar espaços móveis, pois o indivíduo está na condição de sujeito passante (que passa). Desse modo, o movimento dos barcos coloca as localidades em condição de mobilidade também.

Nos lugares de passagem, as espacialidades deslizantes conflituam-se no uso desses lugares por onde trafegam. As águas se movimentam seja quando um popopô cruza um furo de uma ponta a outra, seja quando lanchas invadem os furos e transformam esse lugar em espaço de entretenimento e badalação. A concomitância dos lugares deslizantes (lanchas e rabetas/Popopôs e Jetski's/ Canoas/caiaques) é tecida sobre os lugares de passagem. Porém, a forma de utilização desses rios, furos e igarapés é híbrida.

Por conta desse aspecto, uma relação de poder é imprimida no uso de determinados espaços e para Gama-Khalil (2008, p.62) “Os espaços interessam-nos na medida em que nos ajudam a entender a posição dos sujeitos na sociedade”. Pela voz da autora, é possível fazer uma associação com nosso objeto ao ponto dos papéis sociais serem desenhados pela forma como os rios/furos são compreendidos e utilizados pelos sujeitos.

Imagem 35 - Festa em Balsa- Rio Guamá – Combu (PA)

Imagem 36 Canoa com Morador-Combu (PA)

	
<p>Fotografia: Robert Freitas</p>	<p>Fotografia: Evna Moura. Disponível em:< https://f3b9m7v4.rocketcdn.me/wpcontent/uploads/2019/04/EVS-58-quilombola_ribeirinha.jpg>. Acesso em 27 fev.2023. às 15h31m.</p>

Há momentos em que embarcações como as dispostas nas imagens 35 e 36 se distanciam uma das outras e há outros momentos em que ambas se avizinham na disputa pelas mesmas águas. No Combu, é visível que os dois furos principais da ilha (Paciência e o furo do Combu), por mais que sejam paralelos geograficamente, cada um tem suas formas de funcionamento: o furo da Paciência concentra o maior número de famílias residindo e da ilha tiram o seu sustento, enquanto no furo do Combu há o predomínio de bares e restaurantes que movimentam sujeitos que utilizam da ilha e destes locais somente por um período determinado do dia.

Lanchas e Jetski's são comuns no furo do Combu pela cena turística que o local despense; no furo da Paciência, canoas e rabetas tornam-se veículos majoritários e também compõem de modo mais recorrente a cena cotidiana dessa parte menos pasteurizada da ilha. Segundo Cunha (2011, p. 304), o morador das ilhas é “bastante identificado com a realidade do estado do Pará, mas também sem quase nenhuma visibilidade. Esse de tão identificado com seu espaço de habitação é denominado pelo atributo de pertencimento: ‘ribeirinhos’.” Logo, é a partir desse sujeito morador que as espacialidades fixas das regiões insulares tendem a possuir uma relação de conflito e/ou de conformidade umas com as outras.

Bares e restaurantes são erguidos em terrenos de antigos moradores que vendem suas propriedades aos grandes empresários da Grande Belém para o desenvolvimento do setor turístico da ilha. Ao serem instalados, uma rede de residências se torna vizinha de grandes

empreendimentos no setor de turismo na região. Assim como templos e casas de oração se paralelizam com terreiros que cultuam entidades das religiões de matrizes africanas.

A região de floresta é tão plural e pluriétnica em sua constitucionalidade que se torna claro, em alguns instantes, enxergar os abismos sociais presente em uma ilha que está a 15 minutos de barco da Belém-continental. Para Foucault (2006), cada heterotopia dispõe de um conjunto de regramentos que as isolam ou que as tornam penetráveis. A heterotopia dos furos é bastante singular por compreender múltiplos espaços, estes tidos como: o próprio rio por onde ela se consagra; as margens desses igarapés-entendidos como entre lugares postos entre o rio e as matas; a embarcação que surge como um espaço do deslizar/espaço móvel; e, por fim, a própria floresta que atua em toda a extensão dos rios e furos.

A própria disposição geográfica onde os furos se encontram pode-se definir como um importante fator de regramento a quem pode penetrar em suas espacialidades. Os veículos aquaviários são os únicos meios de transporte às regiões das ilhas, logo a aquisição das embarcações modifica-se conforme o interesse daqueles que trafegam pelo rio. Um demonstrativo base dos transportes aquaviários estão dispostos na tabela 3¹⁰

Tabela 3- Valores das embarcações que discorrem sobre os rios de Belém

Veículo	Média de preço de compra	Aluguel
Canoa com casco de madeira	1.300,00	Xxxx
Popopô	90.000,00	Xxxx
Voadeira	45.000,00	Xxxx
Rabeta de aço	9.000,00	Xxxx
Caiaque	1.400,00	280,00/dia
Lancha NHD boats	1.140.000,00	2.000,00/dia
Yachts-470 fly	3.600.000,00	3.000,00/dia
Jetski	45.000,00	2.000,00/dia
Valor da travessia aos furos do Combu	10,00 (por trajeto)	Xxxx

É possível perceber que os transportes mais elitizados possuem um preço exosférico em relação aos veículos terrestres, porém há a opção pelos alugueis desses veículos como forma da

¹⁰ A média de preços foi tirada dos seguintes veículos de venda e aluguel de embarcações de/em Belém: <https://www.olx.com.br/autos-e-pecas/barcos-e-aeronaves/estado-pa/regiao-de-belem>.

população utilizá-los para a prática do lazer e entretenimento nas águas do rio Guamá. Os transportes utilizados para a locomoção cotidiana e que estão mais próximos dos sujeitos que habitam as ilhas possuem um valor menor e não dispõem facilmente de alugueis.

A aquisição, o aluguel ou simplesmente o uso na condição de passageiro pagante dessas embarcações não somente firma-se como um crivo de seleção aos que entram na região insular de Belém, quanto conduzem os poucos que penetram nessa região a operações distintas ao longo de percurso dos rios.

Ao mesmo tempo que esses veículos garantem a inserção de sujeitos nas ilhas, eles próprios se estabelecem como filtro a esse fator humano de chegada pelos próprios valores que precisam ser despendidos por aqueles que buscam chegar à região alagada. Paralelamente a isso, ao se chegar à região das ilhas, mais precisamente à ilha do Combu – objeto de nossa pesquisa – uma porção de serviços é colocada para quem não pertence à ilha como: chocolateria, chalés, restaurantes e artesanatos.

Dessa maneira, é possível notar que a ilha se molda ao que vem de fora, porém, o que chega à ilha é um público seletivo e marcado por um espectro da classe abastada da grande Belém. Logo, a ilha do Combu torna-se impenetrável à grande parte da população da capital do Pará e, até mesmo, estranha aos nativos que ainda residem nela.

Pela voz de Nestor Garcia Canclini percebemos que:

As teorias do “contatocultural” têm estudado quase sempre os contrastes entre os grupos apenas pelo que os diferencia. O problema reside no fato de que a maioria das situações de interculturalidade se configura, hoje, não só através das *diferenças* entre culturas desenvolvidas separadamente, mas também pelas maneiras *desiguais* com que os grupos se apropriam de elementos de várias sociedades, combinando-os e transformando-os (CANCLINI, 2008, p. 131).

O multiculturalismo e os contextos de apropriação de bens representativos de uma dada região possuem um fator fundamental de transformação. Os cenários de mudança são responsáveis pela modificação de espaços/lugares que ora se alinham a interesses específicos de um determinado público, ora se distanciam de regimentos que são hegemônicos nessas localidades. A ilha do Combu forma-se a partir de cenários de transformação que atuam diretamente em seu *modus operandi*.

Concernente a isso, observa-se que Foucault (2006) explicita o último princípio caracterizador das heterotopias com o seguinte excerto: “toda heterotopia possui uma função: o de criar um espaço de ilusão desenvolvido no interior da vida humana ou busca criar um outro espaço de entrecruzamento de fazeres”. A heterotopia dos furos, pensada para além de um lugar de travessias, permite o surgimento de outras formas de espacialidades e estas podem tanto

desenvolver um espaço de refúgio que se aproxima com o que Foucault (2006) disserta sobre os espaços de ilusão, quanto cria um espaço onde os fazeres se permutam.

Os furos funcionam como caminhos que conduzem a espaços heterotópicos de não ilusão, mas compensação como postula Foucault (2006). A ideia da perfeição, tranquilidade se movimenta como de identidade da ilha do Combu, logo, esse caráter se efetiva de modo prático não somente pelo que se percebe ao estar em contato com a ilha, mas também pelas reportagens que as redes que mediatizam as localidades da ilha fazem questão de sustentar (Imagem 37 e 38).

Imagem 37 - Fuga da cidade



Diário do Pará – Ilhas do Pará - 22/07/07

Imagem 38 - O paraíso mora logo em frente



O Liberal – Ilhas do Pará - 19/12/97

O caos urbano da Belém continental contrasta com o lugar idílico que as localidades da ilha do Combu possuem pelo que dispõem em suas formas de visibilidade. A criação de um espaço de tranquilidade se efetiva quando os restaurantes constroem meios de sustentar essas imagens. O lazer cria a ideia paradisíaca e, com isso, identidades se desenvolvem pelo que se experimenta nessas regiões. Segundo Castells (2006, p.21), “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Logo, é possível perceber que os frequentadores dos

furos, em muitos casos, são os sujeitos urbanos que usam o Combu como lazer, possuindo-os assim, uma relação íntima com os rios, os quais possuem poderes significativos para tais sujeitos e para a região em si.

A heterotopia dos furos, enquanto espaço real e de ações realizáveis e possíveis, podem ser colocadas como lugar das ações que se permutam ao longo da extensão territorial da bacia do rio Guamá que origina os afluentes, os furos da ilha do Combu. O entrecruzamento de fazeres é visto desde as marinas que estão dispostas na zona continental de Belém, onde muitas, além de contar com um sistema que integraliza a cidade ao rio, também abrem espaço para a consolidação de grandes eventos, como shows, comícios e festivais.

Do outro lado do rio, o elemento humano é responsável por conduzir às múltiplas práticas; elas que vão desde o manuseio das embarcações para fins oportunos de navegação (pesca, deslocamento e turismo) até a consolidação híbrida dos espaços das margens, com uso delas para o comércio, moradia e lazer. Não há como conceber os espaços insulares como espaços homogêneos e de atuação única de sujeitos; pelo contrário, o hibridismo é indissociável da configuração de existência de um lugar.

Por fim, para Loureiro (2008, p. 157), “o olhar que não está diretamente relacionado com o olho. Mas com o dom de perceber, de compreender, de abrir os sentidos.”. É preciso olhar para poder ver o que os furos enquanto espaços heterotópicos tendem a mostrar. A floresta, a qual está para além de uma mata de várzea, é lugar de encantaria assim como o rio é permeado por mistérios de uma lendária Amazônia.

O furo é muito mais que furo, ele é um espaço de vivência e tece-se de modo extremamente localizável. Pois, ao mesmo tempo em que eles se abrem para as múltiplas espacialidades e sujeitos que penetram por suas localidades, eles se fecham para muitas outras formas de existência, criando, assim, conflitos com quem trafega por eles. Os furos são complexos, porém efetivos, práticos e realizáveis, ao ponto de definir de modo contundente uma das heterotopias mais genuínas da Amazônia.

4.3 O turismo dos e nos furos/igarapés

Um dos principais programas turísticos de Belém do Pará são os passeios à ilha do Combu. Nela, há uma disposição de bares e restaurantes que movimentam o fluxo de embarcações. A proximidade com o continente gera a facilidade de se chegar à ilha. Destaca-se a visibilidade que a própria ilha ganhou mundialmente por servir de cenário para

videoclipes, projetos artísticos, filmes e séries. Isso realçou o Combu, zona rural insular de Belém do Pará para o mundo.

A ilha do Combu se faz um complexo, num fragmento de 20 lugares habitados, com baixa densidade demográfica na capital do antigo Grão-Pará amazônico, voltados para o turismo na região. Entre esses lugares/espacos, além de moradia, muitos movimentam-se entre disposições de funcionalidades diversas, em que os moradores servem de mão de obra aos serviços turísticos. Assim, é possível perceber uma gama de localidades voltadas aos mais distintos serviços que compreendem: restaurantes, *hostels*, bares, chalés e hotéis. A infraestrutura da ilha foi pensada pelos empresários da grande Belém na busca de desenvolver atividades que abraçassem o ecoturismo como produto de venda e, também, como atrativo para os turistas de fora da região. Mas como realmente se desenharia este ‘ecoturismo’?

Tida como a quarta maior ilha do estado do Pará, formada, como dissemos, por uma série de igarapés/furos, o Combu se destaca por se permutar à natureza em sua singularidade amazônica, disposta de modo a movimentar-se conforme o interesse das marés e daqueles que olham para o Combu com olhos de ganância, principalmente, diante do potencial econômico que a ilha dispõe. Ou ainda de um exotismo a ser descoberto.

Os processos tecnológicos, administrativos e de comercialização se introjetaram nos caminhos das águas antigas de uma floresta aquosa e vivenciada por populações anteriores a um vulgo colonial. Então, no Combu se é possível perceber como a própria localidade insular se desenha em termo do que Canclini (2008) desenvolve: *glocalize* (o local globalizado). As redes emergentes de comunicação visibilizam uma ilha do Combu como um local onde a floresta torna-se intrínseca à metrópole. O local de movimentos de rabetas realçou de modo contundente o espaço dos resistentes da floresta-Belém para a marca raptada pelos bytes digitais das plataformas mundiais: Combu definitivamente repete-se em discursos viralizados aos olhos de um planeta despertencido, o que aclama por resistência. Assim, o mundo enxerga a ilha enquanto espaço narratológico de séries televisivas dispostas em plataformas de *streaming* como a *Netflix* como visto nas imagens 39 e 40:

<p>Imagem 39- <i>Trailer</i> de Cidade invisível – protagonistas navegando sobre o rio Guamá, na ilha do Combu</p>	<p>Imagem 40 - <i>Trailer</i> de Cidade invisível – furo da Paciência, na ilha do Combu, com a Belém continental ao fundo</p>
---	--

	
<p>Disponível em: https://bitlybr.com/yRReK. Acesso em 04. Abr 2023, às 22h44m.</p>	<p>Disponível em: https://bitlybr.com/yRReKA Acesso em 04. Abr 2023, às 22h44m.</p>

Para Canclini (2008), glocalidades é um conceito que é tecido quando os limites se expandem para pensar a cidade para além de sua geometrização urbana, industrial e central. Com isso, as margens ganham visibilidade enquanto lugar interconectado com o restante do mundo por conta de redes que se estabelecem entre os setores econômicos, financeiros e comunicacionais.

A Dinâmica dos processos econômicos e informacionais transformam os lugares em transnacionais por conta de aspectos próprios que interligam novidades com singularidades que vão do local ao global em questão de segundos. Isso podemos notar com a disseminação que houve da 2ª temporada da série ‘Cidade Invisível’, disposta na plataforma de *streaming Netflix*. No dia do seu lançamento (22/03/2023), a segunda temporada da série ficou em primeiro lugar por 3 dias seguidos como a série mais assistida do Brasil. Com a notoriedade da série, a ilha do Combu se destaca dentro do *trending topics*¹¹ Brasil do *twitter* durante esse período. Isso pode ser notado pelas imagens 41,42 e 43 retiradas da rede social.

<p>Imagem 41- Print Twitter sobre Cidade Invisível¹²</p>	<p>Imagem 42- Print Twitter sobre Cidade Invisível (Combu)</p>	<p>Imagem 43- Print Twitter sobre Cidade Invisível (Alessandra Negrini)</p>
--	---	--

¹¹ Assuntos mais comentados no Brasil durante um período de tempo.

¹² As imagens e fotos dos perfis pessoais foram embaçados por princípios éticos que embasam essa dissertação.

<p>Disponível em: https://bitlybr.com/opnjr. Acesso 6 Mai de 2023, às 18h36m</p>	<p>Disponível em: https://bitlybr.com/opnjr. Acesso 6 Mai de 2023, às 18h36m</p>	<p>Disponível em: https://bitlybr.com/opnjr. Acesso 6 Mai de 2023, às 18h36m</p>

A disseminação da série aliada ao sucesso da segunda temporada visibiliza uma ilha do Combu marcada por seres de encantaria e como lugar genuíno. O algoritmo que interliga dois grandes sintagmas ‘Cidade invisível’ e ‘ilha do Combu’ revela composições de sentido que passeiam pelo campo semântico que coloca a ilha tanto num caminho de visibilidade, pelo sucesso da série, quanto por desenvolver a ideia de que a ilha se consolida por ser lugar desconhecido; isso pode ser percebido ao se escolher a ilha para as gravações de uma série que tem por nome ‘cidade invisível’.

Para Foucault (2020, p118): “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Logo, tal excerto dialoga de modo bastante efetivo quando observamos a temática das espacialidades amazônicas sendo colocada como plano de fundo das publicações na rede social. Para quem pensa que não existe, não o conhece, logo, o enunciado “*o Pará existe e é lindo*” transcrito na publicação presente na *imagem 41* é marcado por duas orações que são coordenadas por duas configurações de verbos distintas: a primeira ‘o Pará existe’ desenha um caminho de sentido que se contrasta com o título da série ao postular que a existência do estado está acompanhada por simbologias efetivas da Amazônia e por problemas efetivos e autóctones como o caso da mineração em terras indígenas.

O segundo enunciado “[...] e é lindo” dá margem ao aparecimento de outros enunciados como visto na publicação vista na *imagem 42* ao dizer, após relatar o que é abordado no primeiro episódio da série: “Que perfeição”. Tal dizer refere-se à forma estética como os temas foram trazidos ao longo da narrativa do primeiro capítulo, ao ponto de a beleza mencionada ser consolidada nos espaços/lugares em que ela surge. A cidade invisível e imperceptível é a cidade

das encantarias, da ilha do Combu, do turismo pós-gravação, do rio que desenha caminhos de água, que guarda mistérios que se fazem transparecidos nas telas do Brasil e do Mundo.

O local (ilha) é ampliado, ganha dimensões para além da floresta alagada, não atinge somente o concreto de uma capital cabana – Belém –, mas reverbera-se para além das fronteiras geográficas de uma região de mata, rios e florestas: a Amazônia. Nesse *glocal* onde os rios ditam os caminhos de passagem e inter-relacionam sujeitos em atravessamentos, é possível pensar que a relação entre tais sujeitos movencia práticas.

Gregolin & Neves (2021) concebem o conceito de dispositivo colonial enquanto empreendimento que está no cerne de um grande sistema de funcionamento de leis, instituições, proposições, discursos que invisibilizam saberes, povos, comunidades e sujeitos(as). É preciso checar, por meio do turismo praticado na ilha do Combu, o que é visibilizado por quem compõe essa malha de consumidores. Ao fazer uma busca em um dos principais sites de turismo do Brasil e do mundo chamado *tripadvisor* constatamos que as redes de restaurantes, bares, hotéis e hostels presentes ao longo dos igarapés da ilha noticiam um formato de turista: ricos, brancos, estrangeiros que se utilizam da região com o discurso do ‘refugiar-se’ em meio à floresta.

Imagem 44 - Sujeitos no bar e restaurante Solar da Beira ¹³	Imagem 45 - Sujeitos no restaurante Saudosa Maloca ¹⁴
	
<p>Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303404-d12820939-Reviews-Solar_da_Ilha-Belem_State_of_Para.html. Acesso em 06. Mai de 2023, às 22h27</p>	<p>Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303404-d12820939-Reviews-Solar_da_Ilha-Belem_State_of_Para.html. Acesso em 06. Mai de 2023, às 22h27</p>

As imagens 44 e 45 consolidam um discurso calcado em aspectos repetíveis e irrepetíveis. A série que é posta ao longo das fotografias possui uma sequência de registros

¹³ Achamos melhor, por fins éticos, resguardar as identidades das pessoas que estão dispostas nas fotografias.

¹⁴ Resguardamos as identidades das pessoas presentes nas fotografias por questões éticas.

feitos por distintos sujeitos, os quais estão postos nas páginas dos dois restaurantes (Saudosa Maloca e Solar da Beira), no site *tripadvisor*. Um ponto de destaque são os sorrisos largos presentes em 10 fotografias das 23 existentes no referido site: os sujeitos que sorriem destacam-se por sua branquitude e a foto do cardápio¹⁵ justifica o fato de estarem ali. Um passeio para um bar e restaurante da ilha não surge como um ponto de acessibilidade. Esse mecanismo de instituição de preços elevados, pelo cenário de exposição de um tipo de público possível, podemos entender como um dos mecanismos de operacionalização do dispositivo colonial.

O negro e ou morador da ilha, que é posto para trabalhar em determinados restaurantes aparecem nas páginas dos restaurantes como reforçador de silenciamentos e que acentua o discurso eurocêntrico de subserviência negra em relação ao branco, como podemos perceber na imagem 46 disposta no site de um dos restaurantes da ilha.

Imagem 46 - *This is Solar!*¹⁶



Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303404-d12820939-Reviews-Solar_da_Ilha-Belem_State_of_Para.html#photos:aggregationId=101&albumid=101&filter=7&ff=275572944. Acesso em: 06 de Abr. de 2023, às 23h01m.

Normaliza-se, cotidianamente formas de subalternidades, embora a imagem disposta acima possa não ser percebida aos olhos de muitos. O casal branco que é servido por mãos negras, estas que podem ser muito bem associadas a um morador da comunidade insular da cidade. O enunciado imagético possibilita que possamos estabelecer alguns pontos de diálogo com a história. Foucault (2020, p.118) expõe: “para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente”, logo é preciso compreender um conjunto de relações, as quais permitem estabelecer link, contato, proximidade; por mais que as redes sejam

¹⁵ Ver de modo ampliado no link: https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303404-d12820939-Reviews-Solar_da_Ilha-Belem_State_of_Para.html#photos:aggregationId=101&albumid=101&filter=7&ff=275572944.

¹⁶ Por questões éticas, a imagem foi editada para proteger as identidades dos indivíduos que estão dispostos nela.

estabelecidas em contextos temporais distintos, dentro das possibilidades, os discursos se efetivam e até certo ponto são atualizados.

A imagem do morador ao servir o casal na ilha do Combu inscreve relações de poder historicamente construídas/presentificadas. Para Gregolin (2011, p.90), “Alguns acontecimentos discursivos retornam constantemente pois estão instalados com muita força na memória cultural”. E essa foto atualiza um discurso de servidão e as condições subalternas dos negros em relação ao branco, os quais acompanhamos desde o século XIX, como ilustra a pintura de Jean- Baptiste de 1830 disposta abaixo (imagem 47).

Imagem 47 - Família sendo servida por negros em condição escravizante



Jean-Baptiste Debret- 1830. Disponível em: <https://bitlybr.com/sNxND>. Acesso em 04 de Abr. de 2023, às 23h14m.

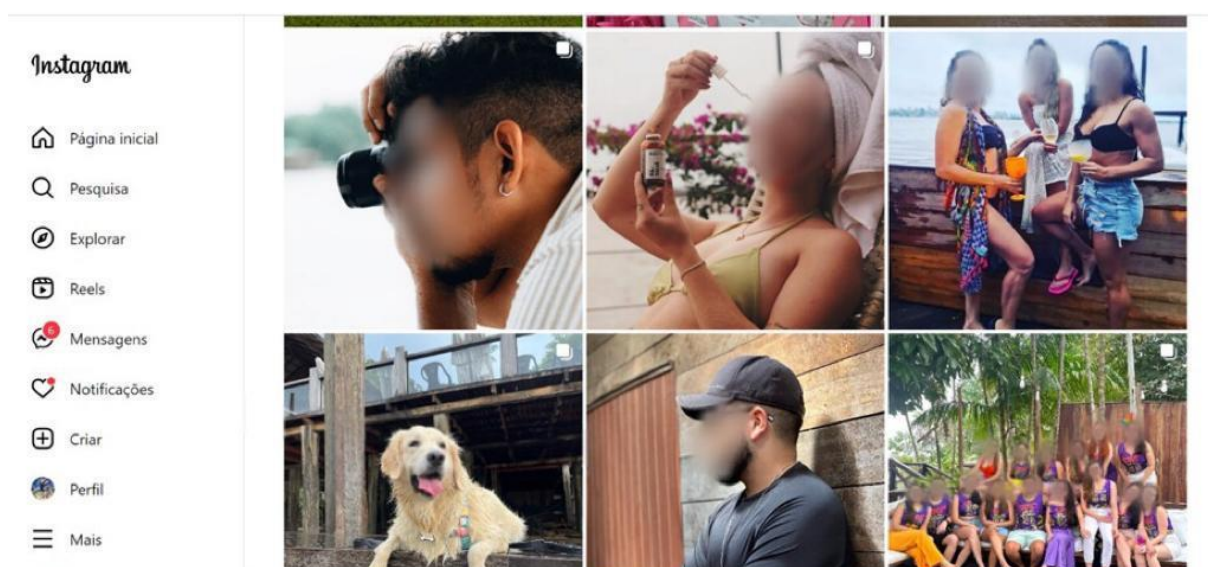
A servidão surge de um sistema de hierarquia que sustenta as relações de poder que se consolidam em estratos sociais antagônicos. Para Foucault (2020), a nova história coloca lado a lado acontecimentos distintos que se associam por um feixe temporal marcado pela descontinuidade, ou seja, o passado se inscreve no presente para atualizar eventos que marcam as verdades instituídas em uma dada época. No jogo da instância que enuncia o negro da ilha do Combu no papel de subserviente em relação ao turista branco, visibiliza-se uma relação de poder nos mostrando o discurso das páginas dos bares, restaurantes, hotéis, etc., presentes na região insular da cidade, como sendo colonialista.

Tal ideia é tão comum aos olhos daqueles que frequentam a ilha que o colonialismo instaurado em determinadas ações tecidas na ilha do Combu torna-se imperceptível. O dispositivo colonial é atualizado, cotidianamente, em publicações, fotos, comentários, edificações que se levantam na ilha por meio de um discurso eurocêntrico permeado de interesses comerciais/turísticos, o qual foi assumido pelos empresários que se instalaram na ilha. A postura colonial desses empresários reforça a urgência de controle territorial da ilha do

Combu e de desenvolver a ilha por meio de mecanismos que anulam sujeitos e sujeitas moradores dela, culturas, modos de vida e de existência.

Fizemos uma busca em uma das redes sociais mais proeminentes dos últimos tempos denominada Instagram com a ferramenta de busca # - *Hashtag*. O enunciado de busca utilizado para chegarmos ao corpus de fotografias foi #*ilhadocombu*, esse mecanismo agregou 33.002 publicações que utilizam em suas publicações o dizer ilha do Combu. É visível que não foi preciso aprofundar-se nesse extenso corpus para ter noção do que mais se faz repetido nas fotografias: turistas. Isso pode ser constatado ao vermos a imagem 48.

Imagem 48 - Branquitude no Combu Turístico¹⁷



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeCUlj5D91o/>. Acesso em 11 Jul. de 2023. Às 13h06.

É notório que o elemento constituidor de uma heterotopia dos rios – enquanto lugar da diferença – está no sujeito outro. Os turistas, na composição de imagens dispostas acima, utilizam da ilha com finalidades específicas por meio de um conjunto sistemáticos de lugares que se apropriaram das margens dos furos e dos igarapés para responder a uma urgência mercadológica. O outro está na região insular e com ele, o hibridismo se finca e vai desenvolvendo identidades múltiplas para a região em que eles se situam, passeiam e se estabelecem. Tal ideia pode ser muito bem aplicada diante da seguinte citação:

¹⁷ Por princípios éticos, as imagens foram editadas para preservar as identidades dos sujeitos contidos nelas.

Talvez o que melhor nos defina nesse fim de século seja a antiga preocupação antropológica com o outro e com os outros. Mas o outro já não é o territorialmente distante ou alheio, mas o multiculturalismo constitutivo da cidade que habitamos. (CANCLINI, 2008, p.88)

A heterogeneidade existente entre os que são da ilha e os que chegam para conhecê-la e/ou visitá-la é um tópico que se estende para além dos sujeitos que a compõem. Tal composição híbrida atinge o próprio espaço/lugar onde tais ações se efetivam. Em outros termos: há vários Combús dentro do próprio Combu. A maneira como isso ganha corpo transforma grandes e pequenas localidades em territórios onde os sentidos para aquilo que está posto em seus interiores se diversificam. Uma acomodação não é uma simples acomodação, ela passa a se chamar *hostel* – conceito inglês para um tipo de hospedagem que obedece a ideia de espaços compartilhados que são alugados – não para os que estão na ilha utilizarem, mas para os que buscam conhecer uma Amazônia que para o turista francês é invisível.

Imagem 49- Turistas franceses na ilha do Combu¹⁸



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7BH4SxhnoT/>. Acesso em 08 de Abr. de 2023, às 12h25m.

As posições sociais assumidas pelos sujeitos discursivos, na imagem 49, materializam marcas de uma enunciação feita por quem não é da ilha para quem não reside nela. A elitização discursiva aproxima-se de uma eurocentrização de algo que foi pasteurizado para servir o outro.

¹⁸ Por motivos éticos, decidimos preservar as identidades dos sujeitos da publicação.

O sujeito que noticia o Combu para o(s) outro(s) é coletivo pela reincidência daquilo que é posto nas mídias. Concernente a isso, uma das acomodações hoteleiras presente na ilha expõe em sua página do Instagram uma postagem que felicita a passagem de turistas franceses pelos seus aposentos e emana votos de uma boa viagem em língua francesa¹⁹ a tais indivíduos. Por se tratar de um *hostel* no centro da Amazônia, o que é importante para o lugar em questão é enunciar marcas de uma presença e, também, de uma passagem.

A Amazônia interliga-se ao restante do mundo pelas singularidades que nela há, porém, as peculiaridades por mais que sejam próprias de uma região de matas, florestas e rios, invisibilizam sujeitos amazônidas e enaltecem, de modo operante, o outro que se veste de explorador. Foucault (2020) enuncia que ao invés de nos debruçarmos em realizar associações por meio de inferências ou de estabelecermos oposições para, assim, chegar em um conceito, é necessário descrever sistemas de dispersão para o que é enunciado/visibilizado, por esses arranjos, diferentes possibilidades de existências podem ser assumidas e a análise dos acontecimentos se reatualiza.

Isso pode ser conferido diante da forma como os sujeitos da ilha surgem, esteticamente, pelo viés turístico. Algumas personalidades da ilha são visibilizadas em páginas que vendem pacotes de turismo para as ilhas como produto dessa região insular e com uma certa espetacularização a partir de suas habilidades com os elementos da floresta.

Imagem 50 - Seu Ladir	Imagem 51 - Dona Nena e o chocolate da Amazônia
	
<p>Fotografia: Fernando Sette. Disponível em: https://expedicaopara.com.br/gastronomia/gente-do-combu-seu-ladir-77-anos. Acesso em 11 de Abr. de 2023, às 22h16m.</p>	<p>Fotografia: Carlos Borges. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/produtos-ingredientes/chocolate-rustico-dona-nena-ilha-do-combu/. Acesso em 11 de Abr. de 2023, às 22h26m.</p>

¹⁹ “Bom Voyage”- Boa viagem.

Tanto seu Ladir (imagem 50) quanto Izete Costa (imagem 51), mais conhecida como Dona Nena, são moradores da região das ilhas de Belém e são reconhecidos nacionalmente por conta de aspectos bem peculiares à região amazônica. Ladir teve sua imagem repercutida por conta de habilidades com a floresta; com seus 81 anos, o morador foi inserido no circuito turístico das ilhas por apresentar conhecimentos da floresta aos turistas que chegam para conhecer seu terreiro²⁰. A eles, Ladir apresenta: métodos de como se proteger dos mosquitos usando repelente natural, frutas amazônicas, trato com criaturas e animais da floresta, o látex extraído da seringueira, e ainda escala açazeiros de 15 metros de altura.

A chocolateria de Dona Nena destaca-se como um ponto de parada obrigatória no igarapé do Combu ao gerenciar a produção de chocolate natural que ganhou fama nacionalmente a partir das intervenções de um dos maiores *chefs* da culinária brasileira: o paraense, Thiago Castanho. O sujeito e a sujeita em questão são visibilizados por serem fotografados em uma posição que dá destaque ao que é colocado sobre suas mãos. O aracnídeo sobre a mão de seu Ladir surge como uma espécie de representação da fauna amazônica; enquanto o chocolate, nas mãos de Nena, aciona sentidos daquilo que é produzido pela floresta ao fundo.

O que se produz enquanto alimento advém do que a floresta proporciona e o que surge dela é dotado de cuidado por ser da floresta como os animais que vivem nela. As duas imagens desvelam não somente sentido de pertencimento, mas também de apropriação daquilo que pode ser extraído das matas amazônicas.

É preciso reconhecer que o discurso produzido pelas páginas que visibilizam o sujeito das ilhas se insere num lugar de pertencimento ao que vem da floresta. No site: <https://expedicaopara.com.br/>, é possível observar o seguinte discurso de seu Ladir: “/Essa aqui é o cupuaçu, típico da região também. Eu digo para eles o que dá para fazer com a madeira, como canoa, falo como se faz o paneiro, a peneira/”. A fala do morador é nitidamente para o outro, ao ponto de mostrar o desconhecido para quem não pertence àquele espaço em específico. Logo, para que essa voz transpasse lugares, é necessária uma rede de disseminação desse dizer, e, aqui, essa rede é a internet. Desse modo, o direito privilegiado de discursivizar a Amazônia não recai, somente, sobre quem mora nessa região, mas sim sobre uma rede de serviço que se firma nesse lugar e a notícia para quem não é da Floresta.

²⁰ Lugar que pode ser concebido como um quintal.

Identitariamente, o Combu é movido por aspectos turísticos, pela proximidade com a metrópole e por consolida-se por meio de estratégias sócioeconômicas que se permutabilizam na ilha. O turismo não movimenta somente um conjunto de sujeitos que residem no Combu, mas por ele passam. O poder é operacionalizado e seleciona quem frequenta as espacialidades e, também, quem diz/fala sobre elas.

O Combu agrega sujeitos, práticas, costumes e histórias, ao ponto de segregar outras de modo contundente. A história dessa ilha é híbrida, mas privilegia, pelas páginas da web, um Combu sendo construído por gente branca e abastada. É preciso rever certas formatações de poder que são operados nas ilhas de Belém, principalmente, na ilha em questão, pois atingem e reforçam silenciamentos históricos pautados em ações que se coercitivizam – como o silêncio de seus moradores – dentro de um lugar tão genuíno e ao mesmo tempo tão moldável pelas mãos humanas: Combu.

A heterogeneidade constitutiva dos lugares faz do Combu um espaço operatório e de formas de vida que se deslizam sobre as águas, num modelo territorial que coexiste com outros. Cunha (2011) torna claro que os sentidos são costurados dentro das espacialidades discursivas que mantêm entre si uma relação. Assim, o fluxo de embarcações leva das ilhas à metrópole sentidos operados por sujeitos infames que ao se chegarem em Belém presenteiam a cidade com produtos, vivências e modos de vida singulares da Amazônia das ilhas.

4.4 Do conceito de grafite às materialidades na Belém da Amazônia.

Para falar de grafite, é preciso acionar as primeiras inscrições das pinturas rupestres postas nas paredes das cavernas. As representações – postas e concebidas como as primeiras inscrições grafiteiras – são várias e suas simbologias tendem a configurar sentidos e significações para além do lugar onde estão materializadas.

O que é posto na parede, quando nos remetemos ao grafite, faz parte de um conjunto de leituras que o sujeito que grafita tende a fazer para, assim, ir tecendo os traços que constituem a obra que será realizada. É pertinente compreender que o caminho de leitura se inicia antes da obra ser feita, já que há um estudo prévio pelo artista para fazê-la; e ao estar pronta, um conjunto de leituras, observações, comentários serão realizados por parte daqueles que terão contato com a obra.

Há uma relação intrínseca entre grafite e expressão, podemos até dizer que interdependente, pois é notório que há um olhar significativo para as questões voltadas para aquilo que precisa ser dito. O olhar, materializado em cores pintadas nas paredes, reforça a

necessidade humana de se expressar, podendo, assim, estabelecer gritos que ecoam em função de uma voz que se propaga acerca de uma temática grafitada que se faz repetida.

Gitahy (1999p. 12/13) *apud* Maurício Villaça expõe que

graffiti são também as garatujas que fazemos desde a mais tenra idade, os rabiscos e as gravações feitos em banco de praça, banheiros, até mesmo aqueles que surgem quando falamos ao telefone. Assim, também o grafitar que se difunde de forma intensa nos centros significa riscar, documentar, de forma consciente ou não, fatos e situações ao longo do tempo.

O grafitar surge para além do que entendemos na contemporaneidade enquanto manifestação de um determinado dizer nos muros. O grafite espalha-se pelo cotidiano dos fatos representados e mobilizados a partir de conhecimentos que se tornam visíveis para além dos passos dos sujeitos transeuntes nas grandes e pequenas cidades. Pela citação acima, o grafite traspasa os muros e chega dentro dos lares, escolas, ateliês, repartições, etc. Ele é visto em pedaços de papel, madeira, telhas... desde que nessa nova configuração de aparecimento, o sujeito tenha utilizado desses novos lugares para materializar a necessidade de se comunicar.

Neste trabalho, gostaríamos de firmar o escopo dessa produção no grafite posto nos muros, desde aqueles situados na cidade como em outras espacialidades que estão para ela. Para isso, pensando as inscrições, Gitahy (1999, p.16) mostra que “o Graffiti tem como suporte para a sua realização não somente o muro, mas a cidade como um todo.” Desse ponto, é pertinente compreender que as obras se ajustam às espacialidades citadinas, pois, dependendo do lugar, elas assumem formatações específicas para cumprir o exercício de sua função naquele local.

É válido entender que, segundo Corrêa (2016), as inscrições urbanas surgiram com essa taxonomia, em meados do século passado, e foram utilizadas como ferramentas de revolução em diversos lugares do mundo, como Paris e Nova York. A capital da França ganha o centro nesta produção por ter acentuado um movimento denominado de *Maio de 68*, que se utilizou bastante de uma das variantes dos grafites, a pichação, para embutir sobre os muros da capital parisiense dizeres que refletiam a revolta dos estudantes contra algumas políticas moralistas e totalitárias do governo da época.

Para Corrêa (2016), Nova York ficou conhecida no século passado por difundir a tag²¹ em espaços específicos como os vagões do metrô da cidade. A tag surge como uma espécie de etiqueta de identificação de um sujeito por meio de uma assinatura e posta em pontos

21 Variante da pichação que consiste em imprimir nos espaços urbanos uma assinatura por parte do sujeito que realiza, o grafiteiro tem como objetivo central a instauração de uma espécie de símbolo que representa o autor ou a obra que ele faz.

estratégicos da cidade. Essa perpetuação desses símbolos em Nova York tinha um objetivo distinto das práticas de pichação realizadas em Paris. Enquanto na Europa os inscritos urbanos sustentavam palavras de ordem, nos EUA as tag's disseminavam-se pela cidade e eram vistas pelos Estado a partir da ilegalidade de suas inscrições.

No Brasil, o grande cenário de inscrições urbanas surge em meio ao período conhecido como anos de chumbo (1964-1985). Nesse momento de extrema repressão do fazer artístico e das formas de se manifestar contrárias aos governos da época, é possível perceber o estopim de formas de grafitar que só utilizam a palavra como meio de oposicionar o governo. O *spray* tornou-se um dos principais objetos de uso dos revolucionários desse período ao ponto de vermos espalhados pelos muros daquele período frases que criticavam a ditadura militar de modo transparente e de modo camuflado a partir de jogos de palavras.

O grafite no Brasil bebeu de influências novaiorquinas ao explorar o plano das artes visuais. Para Corrêa (2016, p.45) “Essa afirmação do grafite artístico concretizou-se no Brasil pelo aperfeiçoamento das técnicas, pela maior aceitação do público, pelo reconhecimento da mídia e pelo acompanhamento da tendência internacional de adoção do grafite no mercado de arte[...]”. É possível enxergar, por meio disso, o teor valorado que o grafite passou a ter em detrimento das pichações que aqui já se faziam presente durante esse período.

Diante disso, o que é mais interessante é o fato de a materialidade dessas inscrições se predominarem na cidade. Esta pode ser compreendida como uma grande materialidade sógnica que reproduz e resiste a certas formas de saber, para torna-se mais claro é pertinente notar que

A cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (CERTEAU, 2008, 174).

O Poder centralizador dificilmente regula as práticas da/na cidade. A operacionalização dos fazeres assume um novo modelo que ora autoriza, ora cerceia dadas ações; com as inscrições urbanas não é diferente, pois na natureza constitutiva delas (grafite, pichação e tag's) há uma subversão inata que delimita o que é feito e o que é cerceado. Desse modo, os espaços/lugares que compõem as grandes cidades marcam a inscrição de sujeitos e formas de tecer o cotidiano delas por meio de fatores políticos e por simbologias que desenham subjetividades e ações possíveis para esse macro espaço de inscrição de dizeres: a cidade.

Para Baracuhy (2018, p.12), “os espaços também se revestem de Poder.” Logo, ao conceber essa afirmação, entra-se em jogo o binômio entre grafite e pichação: com o advento das mudanças sociais que foram incorporadas às técnicas de construção de algumas telas grafiteiras, tal manifestação, na cidade, tornou-se mais aceita do que a pichação, que utiliza de outros mecanismos para sua materialização nos lugares onde se faz inscrita. Ao perceber a presença de espaços que autorizam e até institucionalizam o grafite, também se percebe que há neles uma jurisdição a favor dessa manifestação pelo fato de as produções grafiteiras se moldarem a dados espaços.

Para Gitahy, é necessário primeiro compreender a diferença para assim enxergar a aplicabilidade das questões que envolvem o poder nas inscrições urbanas:

Tanto o Graffiti como a pichação usam o mesmo suporte – a cidade – e o mesmo material (Tintas). Assim como o graffiti, a pichação interfere no espaço e subverte valores, é espontânea, gratuita e efêmera. Uma das diferenças entre Graffiti e pichação é que o primeiro vem das artes plásticas e o segundo da escrita, ou seja, o Graffiti privilegia a imagem; a pichação, a palavra e/ou a letra (GITAHY, 1999, P.19).

A pichação possui um caráter revolucionário bem mais pungente que o grafite, mas não há de se negar que a transgressão é um elemento que se faz constituinte em ambas as manifestações. Entretanto, o tempo se encarrega de modificar alguns ideais e ideologias; estas que se permitiram deixar de ter uma veia resistente à medida em que se aperfeiçoavam

Não nos interessa, nesta produção, aprofundar acerca da diferença existente entre grafite e pichação. O que é relevante é entender o itinerário percorrido pelas manifestações urbanas ao ponto de se firmarem em Belém do Pará e, conseqüentemente, entender o que essas manifestações artísticas enunciam numa das cidades mais importantes da região: Belém do Pará.

No ano de 2015, defendemos uma monografia na Universidade Federal do Pará que foi intitulada de “As Belé(ns) se reinventam e se multiplicam: entra em cena o grafite”. Tal trabalho tinha como objetivo construir a identidade da cidade de Belém do Pará a partir dos grafites que estavam dispostos em seus muros durante esse período.

Freitas (2015) focalizou-se no método arqueológico foucaultiano para pensar diante de seu corpus de análise quais temáticas mais se repetiam e quais mais se dispersavam dentro dos grafites fotografados ao longo do espectro da cidade. Acerca do cenário de repetibilidade, a temática da etnicidade, os grafites que abordam a questão das chuvas na capital e aqueles que tematizam o cívico de Nazaré se colocaram a partir de suas recorrências nos muros da capital do

estado do Pará; enquanto as produções grafiteiras que tematizam a musicalidade amazônica se detiveram entre os temas que surgiram dentro dos aspectos de dispersão.

No trabalho de Freitas (2015), as identidades definem e (re)definem nos ângulos de aparecimento de determinados enunciados, estes podem desvelar-se de modo verbal ou Não verbal. Os grafites tematizam e imprimem distintas identidades para Belém do Pará, estas que passeiam por mais diferentes âmbitos a partir de múltiplas formas de aparecimentos.

Nesta produção, parte da materialidade de nossa pesquisa vai analisar os grafites de um coletivo de artistas que participaram de um projeto denominado Street River, encabeçado por um dos maiores grafiteiros de Belém chamado Sebá Tapajós. Na etapa pertinente à análise dos dados, um dos objetivos foi buscar perceber como as temáticas que mais se repetiram e as que menos se fizeram presente dizem/enunciam os saberes, as memórias, as representações dos lugares em que se fazem presente.

Outro trabalho que é muito pertinente abordar aqui foi o desenvolvido por Silva (2017). Em sua dissertação de mestrado intitulada *A presença indígena nos grafites de Belém: entre fraturas e resistências*, a autora faz um levantamento a partir das produções acadêmicas que se destinaram a estudar o grafite produzido na cidade de Belém do Pará. Em seu compilar, é possível perceber que o que se produziu academicamente acerca dos grafites realizados na capital do Pará mostra que as manifestações artísticas urbanas ganharam força a partir dos anos 2000.

Ainda dentro dessa abordagem realizada por Silva (2017), coletivos como Freedas crew, Reduto Walls, Cosp tinta crew, graff street crew e ,também, de artistas autônomos como Mina Ribeirinha, Cely Feliz, Sebá Tapajós, dentre outros, movimentam a cena artística de rua de Belém do Pará. A presença de um grupo de artistas que produzem arte urbana vem para demarcar ainda mais o lugar da arte nas grandes cidades, principalmente, nas amazônicas. Com isso, para a autora “o grafite é uma materialidade incluída na produção simbólica de uma cidade, que (des)ordena e interpreta a estrutura física da mesma.” (Silva, 2017, p. 115).

A cena de quem produz grafite na cidade vai desde grandes coletivos até artistas independentes que ganham notoriedade no cenário da região, bem como na cena nacional e internacional. Um dos mais conhecidos coletivos de grafiteiros de Belém é o *Cospe Tinta Crew* (imagem 52); tal grupo foi formado por um conjunto de artista da região metropolitana de Belém e na medida em que os anos foram se passando, houve a incorporação de outros estilos de arte como bboys, bgirls, mcs, djs, fotógrafos, educadores e pessoas que trabalham com poesia.

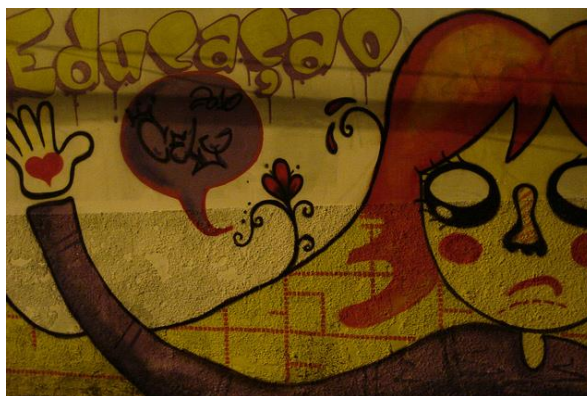
Imagem 52 - Grafite do coletivo Cospe Tinta Crew



Fotografia: Ingrid Souza (Rua Castelo Branco) Disponível em: <http://noticiasfriuli.blogspot.com/2012/11/belem-galeria-ceu-aberto.html>. Acesso em 14 Nov. 2022. Às 20h24m

Outro coletivo que se destaca na cena paraense volta-se para o grupo de sujeitas utilizando-se da arte para enunciar a presença feminina e feminista no que é produzido enquanto arte urbana de muro em Belém do Pará. Nascido na cidade de Ananindeua, o coletivo vem para a cena da capital do Pará sendo composto somente por mulheres que desenvolveram o grupo por conta dos preconceitos advindo dos homens e entre os nomes do movimento estão *Cely Feliz*, que busca ilustrar a figura indígena em seus grafites (imagem 53), por conta do apagamento da etnia não somente na vertente histórica, mas também naquilo que é retratado nos grafites produzidos em Belém. O nome *Ratinhas* advém de uma simbologia que associa ao que ‘vem e é das ruas’, e tal realidade desenha-se por uma perspectiva que coloca as grafiteiras nesse lugar/espço que é majoritariamente masculino.

Imagem 53 - Grafite de Cely Feliz- integrante do Ratinhas Crew



Fotografia: Ingrid Souza. Disponível em: <http://noticiasfriuli.blogspot.com/2012/11/belem-galeria-ceu-aberto.html>. Acesso em 13 Jul. às 11h41m.

Em 2016, quando a cidade de Belém estava comemorando seus 400 anos, houve o Festival Nacional de Arte Urbana do Pará denominado *Reduto Walls* como visto pela imagem 54. Esse evento reuniu artistas locais e nacionais para grafitar um dos bairros mais antigos da cidade e que acabou levando o nome do projeto: Reduto. Com a participação de Shoque ZN (SP), Deny, do projeto CDR (RJ), Acidum Project, Sebá Tapajós, entre outros, o projeto veio com uma ideia de utilizar a arte enquanto elemento de libertação. Nele, a cultura de rua, mais precisamente por meio do grafite, colocou Belém na cena dos grandes eventos nacionais de *Street-art*.

Imagem 54 - Grafite: I Love Belém - Reduto Walls



Fotografia e produção: Eduardo Denne. Disponível em: <https://cosptintabelm.blogspot.com/>. Acesso em 15 Nov. às 10h50m.

Um importante nome para a cena do Grafite em Belém é o de Mina Ribeirinha. Grafiteira e arte-educadora (imagem 55), dedica-se há 20 anos a levar arte para os bairros mais distantes do centro da capital do Pará. Moradora do bairro do Benguí, a artista encabeça um movimento chamado *Tinta Preta Produções*, cujo objetivo central é mobilizar arte por artistas negros e que focalizem em seus trabalhos as manifestações da cultura afro. Nas obras desenvolvidas por Mina, é perceptível observar elementos que aproximam o transeunte do que

é posto na parede, provocando uma espécie de diálogo entre a obra e a população. Em 2022, coordenou o projeto ‘Bengola em Cores’ que, por meio de um edital, conseguiu viabilizar verbas para colorir espaços públicos do Bairro em que mora com o auxílio de grafiteiros da cidade.

Imagem 55 - Mina Ribeirinha – Projeto Bengola em Cores



Fotografia: Ivan Duarte. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/grafite-arte-de-rua-da-novas-cores-a-belem-1.497056>. Acesso em 15. Nov, 2022. Às 11h11m.

Drika Chagas destaca-se como um dos principais nomes do grafite de Belém do Pará. A artista fundou o coletivo RUA – Rota Urbana pela Arte – que busca revitalizar as fachadas dos casarões e casa do bairro mais antigo da capital: Cidade Velha. Uma das principais técnicas usadas por Drika em suas obras é a estamparia: uma espécie de desenho formado em uma superfície de papel que ela, a partir da moldura, sobrepõe aos muros e os contorna com desenhos e figuras emblemáticas em seu fazer artístico

Os trabalhos da artista, como o presente na imagem 56, possuem um foco em elementos que representam a figura feminina. Com trabalhos expostos em grandes cidades globais, Drika inova ao encaixar elementos do surrealismo em suas inscrições que tematizam a mulher, tanto em Belém quanto em outras partes do mundo.

Imagem 56 - Grafite de Drika Chagas



Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-dOFQhU7IVqQ/T4I_6VVYAI/AAAAAAAAAEk/iqMHnQKHO-g/s1600/drika%2Bchagas%2Bera%2Buma%2Bcasa%2Bmuito%2Bengra%25C3%25A7ada.jpg. Acesso em 07 Jul. Às 13h30m.

Por fim, chegamos ao grafiteiro que inspira boa parte desta produção: Sebá Tapajós. Filho do conhecido violonista Sebastião Tapajós²², Sebá – como é conhecido por muitos – estabelece novas formas de se ver o grafite desenhado em Belém. O artista ganha notoriedade ao grafitar as casas do igarapé da Paciência, na ilha do Combu – Belém (PA). Tal movimento de levar a arte para dentro da floresta aquosa faz com que o projeto receba o nome *Street River Amazônia* (imagem 57). Essa atividade que incorpora o grafite a um outro lugar permite com que a arte seja um elemento fulcral para a garantia de direitos mínimos de sobrevivência como água potável, energia elétrica e rede de esgoto.

superfície de papel que ela, a partir da moldura, sobrepõe aos muros e os contorna com desenhos e figuras emblemáticas em seu fazer artístico cor às residências (palafitas) da ilha do Combu em duas grandes versões: a primeira no ano de 2015, ao grafitar 12 residências; e a edição 2.0 que se culminou com 32 residências pintadas, além de promover para as escolas da

22 “Sebastião Pena Marcião (Santarém, Pará, 1944 – idem, 2021). Violonista, compositor. Sebastião Tapajós dedica a carreira a uma investigação profunda das mais diferentes linguagens musicais, contemplando a música erudita e popular, ritmos brasileiros e estrangeiros, sempre a partir de seu virtuosismo ao violão. É notável sua forte identificação com os ritmos do seu estado natal, como *carimbó* e *guitarrada*.” (TAPAJÓS, 2023, p. 1)

comunidade a instalação de painel de energia solar e de filtros de coleta da água da chuva, transformando-a em água potável.

Imagem 57 - Grafite registrado no furo da Paciência- Ilha do Combu (PA)



Fotografia: Robert Freitas

A cena de quem produz Street-Art em Belém do Pará é múltipla e, conseqüentemente, plural. A cidade entra no circuito de arte urbana por meio de telas que não se restringem somente ao viés urbano, a arte também invade a floresta posta à frente de Belém. É preciso olhar para o movimento em que os muros acabam por estar e tentar perceber o fator de importância das cores em meio ao cinza das edificações da cidade. A cidade autoriza a arte se instalar em seus centros e em suas florestas, e essa permissão está direcionada à forma como a arte se molda aos espaços e à maneira como os espaços se moldam pela arte. Belém é múltipla e plural.

4.5 Street River: ‘o tratado de responsabilidade com os povos ribeirinhos’

Pintar constrói uma realidade, o(s) reais(s) são tecidos de modo prático, em contextos específicos de vivência e existência. Com isso, do outro lado do rio, no segundo furo da ilha do Combu – Paciência – surge uma galeria de arte composta por mais de 30 obras grafitadas em meio à floresta amazônica. A primeira galeria a céu aberto na Amazônia denominada Street River ganha repercussão internacional, no ano de 2016, quando o artista paraense Sebá Tapajós

idealiza tal projeto e convida Willian Baglione – do estado de São Paulo – para realizar a curadoria das obras e selecionar os artistas que comporiam a primeira edição do *Street River-Amazonia*.

O projeto, primeiramente, teve como participantes: Sebá Tapajós (PA), Tereza Dequinta e Robézio Marqs (Acidum Project, CE), Rimon Guimarães e Zéh Palito (Cosmic Boys, SP), Herbet Baglione (SP), Curiot (México), Zezão (SP), Ramon Martins (SP), Enivo e Lobot (A7MA, SP) e buscou retratar a vida da população que reside na ilha do Combu por meio da arte do grafite. A intervenção do projeto retira o grafite de seu lugar de legitimação – o muro – e o coloca em um novo espaço de consagração – a palafita.

Nessa pesquisa, o grafite surge enquanto materialidade discursiva e formadora de uma identidade social para os povos que habitam nessas regiões aquosas das ilhas de Belém. É importante entender que, ao conceber uma obra grafiteira, um conjunto de espacialidades são envolvidas na concretização dessas materialidades como: o muro, a rua, a calçada e a cidade. Agora, com o Street River novas espacialidades se movem para a efetivação de uma obra grafiteira: a palafita, o rio, as embarcações e a floresta.

Em 2016, um documentário foi produzido e teve a sua estreia em agosto de 2017, na Bielorrússia. Nele, o processo de construção das obras foi retratado e exposto em telas para além da Amazônia dos rios. Isso permitiu o alcance internacional das obras registradas e construídas do outro lado do rio Guamá.

Em 2022, ocorreu a segunda versão do projeto alcançando um número de famílias ainda maior e recebendo o incentivo financeiro de grandes instâncias estatais como o Banco do Brasil e o Ministério do Turismo. Nessa segunda etapa do projeto, o número de obras grafiteiras chegou a mais de 30 casas. A parceria com a ONG *Waves For Water* fez com que fossem instalados filtros para a coleta da água da chuva e transformada em água potável. Segundo Sebá tapajós, o Street River surge como ‘um tratado de responsabilidade com os povos ribeirinhos.’ E tal fala é bastante importante para compreendermos as condições de funcionamento de tal enunciado. Assim como a sua operância.

Podemos utilizar a famosa frase de Michel Foucault (2014, p. 35) “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Sebá Tapajós instrumentaliza-se de um enunciado não pelo que ele diz em si, mas o que o autoriza enunciar, ou seja, o seu entorno mostra que há uma vivência social capaz de sustentar o fato do projeto ser um tratado de responsabilidade para os povos que vivem na região insular. No documentário presente no link <https://www.youtube.com/watch?v=KIBPDZglOhM&t=1s>, é possível compreender que há

uma justificativa para que o projeto surja com esse tom de responsabilidade e o próprio curador do projeto explica: ‘o Brasil não enxerga para esse Brasil/é o Brasil dentro do Brasil’, ao mencionar que o Combu é desassistido pelo Estado acerca de condições básicas de existência, como água potável e energia elétrica.

A palavra ‘tratado’ assume um corpo de sentido capaz de nos projetar a ideia de ‘acordo’. Ao concebermos essa condição, é possível notar a substituição de um papel concedido ao Estado, agora, sendo vivenciado pelas lentes do projeto Street River. Em outros termos, o Street River assume uma postura estatal ao conceder o que a União não proporciona aos sujeitos que vivem nas regiões insulares.

O aposto que constitui o título desta subseção surge na fala do artista que idealizou esse projeto de intervenção artística na ilha do Combu, em Belém(PA): Sebá Tapajós, no trailer disposto na plataforma de vídeo *Youtube*. Essa postura de redenção é assumida pelo projeto, pelos integrantes e por quem o idealizou. A obra de arte não é apenas uma materialização do modo de vida ou daquilo que se enxerga dentro das residências que foram grafitadas, é possível perceber dentro do quantitativo de obras dispostas na primeira galeria de arte a céu aberto da Amazônia uma relação de poder que se materializa desde a seleção da moradia até a escolha do que será grafitado.

Não cabe aqui fazermos uma análise de cada obra que constitui esse vasto corpus, mas de sinalizar temáticas por meio delas compiladas em recorrência (tabela 4) e dispersão (tabela 5). Por conta desses aspectos temos, quanto a repetição:

Tabela 4: Eixos em Repetição

Temática	Quantidade de obras
Fauna	7
Flora	6
Representação da Figura Humana	6

No cenário da dispersão é possível observar três temáticas que se detiveram em mostrar grafites que abordam sobre:

Tabela 5: Eixos em Dispersão

Temática	Quantidade de obras
Representação do horizonte	3
Povos Originários	2
Imagens do Sagrado	1

A recorrência e a dispersão das temáticas representadas pelas telas formam uma identidade híbrida e múltipla, ao ponto de elementos relacionados à fauna e flora da região

consolidarem formas de ver a ilha do Combu com olhos genuínos representativos de elementos da floresta. Os grafites que representam a figura humana desenham modos de ver aqueles que vivem nas ilhas. Porém, desenhados/pincelados/grafitados pelos que não vivem nessas localidades: grafitados.

É preciso conceber também que as temáticas poucos visíveis surgem constituidoras de elementos de identificação para a ilha do Combu. Imagens que grafitam o horizonte, externalizam e fixam sobre as casas o pôr-do-sol que tanto se torna cotidiano na vida de muitos que vivem nessas regiões insulares. Ao lado das que tematizam a existência dos povos originários, surgem indivíduos cujos seus ancestrais encontram-se marcados por um ponto de memória nos tupinambá que residiam nessas localidades no início do século XVII. Consagrando assim elementos do sagrado sobre suas casas como uma forma de garantia de proteção.

4.5.1 Eixo Da fauna

Sobre a superfície dos discursos sociais que se prolongam pelo corpo social, o desejo de enunciar consolida-se sobre a constituição do sujeito que grafita. A interdição surge como uma espécie de regramento discursivo para o que pode ou não ser grafitado. Logo, pelo viés do que se tornou repetível nos grafites que integram as obras de arte do Combu, a temática da fauna possui um ponto de extrema relevância dentro dos aspectos identitários da região.

A floresta amazônica é ambiente de vivência, reprodução e de proteção para espécies de animais raros, tanto para o ambiente de floresta quando para a manutenção da fauna amazônica da região. A biodiversidade da Amazônia é rica e a riqueza de seus ecossistemas fazem dela o maior espaço/lugar de vida animal em operação do globo. A floresta em pé autoriza maneiras de se lidar com a fauna da região e interfere diretamente na temperatura do planeta. Das 7 (sete) obras que retratam a fauna da região nos grafites da ilha do Combu, é pertinente compreender que os 4 grafites dispostos nas imagens 58, 59,60 e 61 surgem como representação da fauna marinha, aérea e terrestre da região.

Imagem 58- Pássaros grafitados na palafita ao fundo.



Fotografia: Robert Freitas

Imagem 59- Garça na parede



Fotografia: Robert Freitas

Imagem 60- Palafita grafitada em meio às águas



Foto: Robert Freitas

Imagem 61- Palafita com crustáceo grafitado





Foto: Robert Freitas

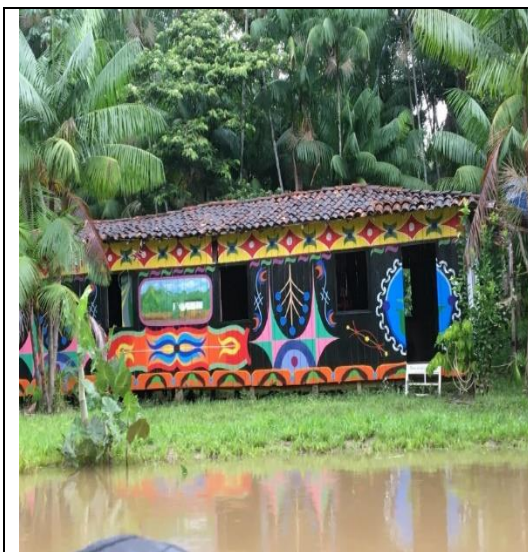
A materialização dos pássaros, onças e caranguejos nas paredes das casas simbolizam mais do que uma forma de perceber aquilo que integra as ilhas da cidade, eles buscam representar um contato direto que o sujeito morador passa a ter com os animais postos em suas casas. O pássaro não surge apenas na ilustração de um grafite, mas assume uma característica de vivência dos que habitam as casas com as revoadas de garças, araras, tucanos que passeiam pelas redondezas das residências e preenchem os ares do Combu como uma orquestra de cantos diários.

Um efeito distinto deposita-se no grafismo que ilustra a vida marinha com os crustáceos da região de água doce da ilha do Combu quando é possível acionar um caminho de sentido para a ideia do sustento que advém das águas dos rios que permeiam a ilha. O rio é um lugar onde as jornadas cotidianas dos sujeitos e sujeitas são tecidas e organizadas por aspectos que relacionam os sustentos com a vasta vida marinha que é proporcionada pelos rios.

Loureiro (2008, p.156) expõe que “Vivendo dentro de um espaço, o homem tem com ele uma relação permanente de trocas. Na Amazônia, esse espaço físico está preenchido pelos rios e pela floresta”. Com isso, pode-se notar que a casa do morador – enquanto materialidade discursiva – surge como uma extensão do próprio rio disposto à sua frente e a floresta ao fundo. Isso justifica a onça pintada grafada na tela de uma residência, assim como os outros animais que pairam sobre as casas.

4.5.2 Eixo da flora

<p>Imagem 62 – Flores em grafite</p>  <p>Foto: Robert Freitas</p>	<p>Imagem 63 – Tucumã ou pupunha em grafite</p>  <p>Disponível em: https://bitlybr.com/SZLLnI97 . Em 21/11/11 às 11h30m.</p>
<p>Imagem 64 – Açai na parede</p>	<p>Imagem 65 – Palafita grafitada com elementos da flora amazônica</p>



Fotografia: Robert Freitas





Fotografia: Robert Freitas

A vastidão do território amazônico é preenchida por elementos que sinalizam uma floresta capaz de equilibrar o clima do planeta pela absorção de CO₂ lançado na atmosfera. Essa responsabilidade de manutenção da vida a qual a floresta amazônica carrega e possui é refletida em obras dispostas ao longo do igarapé da Paciência vistas nas imagens 62,63,64 e 65, logo, há o destaque para a capacidade dessa flora dispor de frutas que servem de alimento para os que vivem nessas regiões, e até para os que residem fora dela.

O açaí desenhado na *imagem 65* é uma mimese das árvores de açaizeiros dispostas no entorno dessa residência. O cacho de açaí é posto em meio às formas exotéricas em que foram grafitadas, representa uma das primeiras formas de desenvolvimento econômico das regiões das ilhas de Belém e, ainda hoje, serve tanto para consumo quanto para o sustento pela venda da fruta em entrepostos fixos na Belém continental.

Segundo Santos (2001 apud Braudel 1979, p. 57), as movimentações que interferem, cotidianamente, na construção das espacialidades são realizadas por meio de movimentos particulares síncronos, os quais se associam diretamente a conjuntos que coexistem a um sistema em que um depende de outro para assim suprir algumas necessidades. Ou seja, há uma coexistência de práticas que se ajustam para servir a um lugar, a um território e/ou a um espaço. Isso pode ser visto quando as frutas colhidas nas regiões de várzea são transportadas para a sua comercialização na feira do Ver-o-Peso.

<p>Imagem 66 - Recorte de imagem: frutas no grafite das palafitas</p>	<p>Imagem 67 - Venda de frutas colhidas nas regiões das ilhas na Feira do Ver-o-Peso</p>
 <p>Recorte: Robert Freitas</p>	 <p>Disponível em: https://images.uncyc.org/commons/1/13/Ver_o_peso_frutas.jpg Acesso em 21/11/11, às 11h30m.</p>

Há uma vontade de verdade ao vermos as frutas que são retiradas das matas sendo materializadas sobre a tela das casas da ilha do Combu: pertencimento. Não enxergamos sobre a tela das casas morangos, uvas e mamões; o que vemos são representações de frutas típicas do território amazônico como: pupunha, tucumã, cupuaçu etc. Essa forma de visibilidade é preenchida por traços típicos desses alimentos, assim como as cores utilizadas pelos grafiteiros aproximam o que é materializado na parede do que é extraído da floresta e vendido na feira da cidade.

Por sabermos que as vontades de verdades são retroalimentadas pelo desejo e pelo poder, elas se estabelecem e acolhem outras formas de verdade de um determinado momento histórico. O sentido de pertencimento ganha sustentação quando o documentário do projeto Street River expõe em uma das falas o seguinte dizer: “[...]respeitar a cultura local/respeitar as diversidades é contribuir para a comunidade, então é hip-hop, mano[...]”. Com tal dizer, podemos perceber que há uma outra cadeia de sentido que nos leva a pensar que o Projeto Street River pode ser lido como uma espécie de redenção para a comunidade onde se instaura.

O Street River, com a verdade que busca alicerçar, vende uma comunidade por meio daquilo que se encontra nela: elementos singulares de uma Amazônia das águas, das matas e florestas. Dessa maneira, os modos de enunciar a Amazônia são singulares assim como aquilo

que há nela. As casas pintadas espelham plantas, frutas e vegetações não distantes da densa floresta posta ao fundo de cada residência.

4.5.3 Eixo da representação da figura humana

Imagem 68 – Negros no grafite na Ilha do Combu



Foto: Robert Freitas

Imagem 69 – Cartaz de visitação à primeira galeria de arte da Amazônia



Fotografia: Claudia Pinheiro. Disponível em: <https://i.ytimg.com/vi/jtdml1ZUPAU/maxresdefault.jpg>. Acesso em 21/11/11 às 11h55m.

Imagem 70 – Miguel e seu pai em representação no grafite de sua casa



Foto: Robert Freitas

As imagens 68,69 e 70 que compõem inicialmente essa etapa de análise sustentam-se num caminho de sentido que aciona aspectos étnicos para dentro das temáticas que compõem essa produção. Um ponto em diálogo entre as três imagens volta-se para a representação da figura humana enquanto materialização de um discurso étnico que incide sobre a região do furo da Paciência – Ilha Combu.

Os aspectos étnicos se desvelam pelos olhares daqueles que navegam pelas águas da ilha do Combu em imagens peculiares à própria região. Para Loureiro (2000, p. 61), “entre o rio e a floresta, estão os arquivos da vida amazônica”; e esse arquivo é constituído por imagens que se cristalizam na retina de muitos que passam ao observar o rio enquanto *playground* para as crianças das ilhas, mulheres lavando roupa em suas margens e tarrafas sendo lançadas no rio para a capturas de peixes. A Amazônia é uma memória viva de ações em constante atualizações.

Os grafites acima não retratam somente um morador cravado na residência onde habita, mas como representação dos povos que vivem nessas localidades. As artes efetivam-se num lugar que se consolida por sua hibridização marcada pela possibilidade de enxergar sujeitos que operam modos de existência, vivência e sobrevivência sobre essas regiões. Estes se fazem materializados nas imagens 68 e 69. Nelas, a presença do corpo negro refina a existência da etnicidade sobre a região das ilhas.

Aqui, podemos abrir destaque para a *imagem 70* que consagra a figura de uma criança posta em sua casa sorrindo e com o braço esticado, como se estivesse parado para ser registrado por uma fotografia. Ao lado dessa residência, há um homem posto sobre uma canoa que admira e contempla a paisagem ao seu redor.

Há um diálogo entre o artista e o morador no que tange à autorização daquilo que será grafitado. Isso abre um questionamento para o fato de quem enuncia tal discurso por meio das materialidades nas paredes: o morador grafitado ou o sujeito que foi pintá-lo? O projeto Street River é composto por artistas tanto de dentro do estado quanto de fora, porém, dos que compõem, somente o idealizador viveu nas comunidades insulares. Portanto, de onde vem esse dizer?

Por mais que a residência funcione como uma espécie de extensão daqueles que vivem nela, é preciso notar que o discurso contido nas artes é efetivado por aqueles que grafitaram a região e não pelo morador. Na representação da negritude do morador em tela, é possível notar que há uma importância ao fato deles integrarem a história da região das ilhas de Belém. A identidade de um local é marcada, segundo Castells (2006), por organizar significados para os sujeitos que operam sobre elas. As identidades são construídas por organizações, normas e regimentos; aqui, no Street River, por tintas, pincéis e sprays.

A *imagem 70* opera aspectos de interdiscursividades com o conto de Guimarães Rosa: *A terceira margem do rio Guamá*, onde a relação existente entre o pai e filho preenche o enredo central do conto. No território das águas amazônicas, a terceira margem do rio encontra-se entre o rio e a floresta alagada, lugar de morada para sujeitos das margens. A margem está para além de um lugar fixo, consolida-se por sua mobilidade. Guimarães Rosa reforça nossa análise para pensarmos a margem enquanto possibilidades de resistência para sujeitos resistentes, de modo mais eficaz, de etnias negras identificadas com as águas e a floresta amazônica.

IMAGEM 71 – Grafite: mulher sobre a canoa



Fotografia: Robert Freitas

Para uma tela ser colocada sobre uma residência, há um conjunto de regramentos e condicionamentos que se se interligam para que haja a representação de algo sobre uma parede como: a cultura vivida pelos sujeitos que residem em tais espacialidades, o próprio lugar onde moram, os saberes que tais sujeitos possuem, suas crenças, modos de ver o lugar e a cidade. Em outros termos, pode-se dizer que as relações que são tecidas para que uma obra se efetive podem esconder relações de subordinação.

Acreditamos que no momento que se instaura o projeto Street River sobre as espacialidades dos rios, o artista, ao grafitar a realidade e os modos de vidas dos sujeitos amazônicos, acaba suplantando técnicas e saberes próprios em detrimento daqueles que vivem na própria floresta.

Quem enuncia os povos e saberes dos rios não pertencem a ele, apenas passam por ele. As imagens dispostas sobre as telas podem operacionalizar sentidos de uma memória que nutre acontecimentos em torno de vivências operacionalizadas pelos rios. Para Gregolin (2011, p. 93):

[...] a imagem é um operador de memória social, comportando em seu interior um programa de leitura, um percurso inscrito discursivamente em outro lugar. Esse programa de leitura está inscrito na própria materialidade da imagem, mas é um percurso que, lógico, não nasce na imagem, há todo um processo de intertextualidade, de interdiscursividade, da memória das imagens que vão produzir isso que é um acontecimento[...]

A memória instaura-se de modo complexo sobre os jogos de imagens que representam a figura humana nos grafites do projeto Street River (imagem 71). Há um jogo indissociável entre imagens, discursos e acontecimentos. que sustentam o campo da memória. A representação da figura humana não é posta somente sobre a tela como uma forma de extensão do corpo; esse elemento marca a herança e um povo que é resistente aos domínios de uma metrópole que por muitos anos os invisibilizaram. O sujeito visto nas telas do projeto Street

River está no rio, na passagem da rabeta que contorna os banheiros para não afundar, está suspenso no pé de açaí, está na floresta atrás do sustento, está na margem do rio tratando dos peixes recém pescados e também está no discurso daqueles que os pintam.

4.5.4 Eixo dos povos originários

Dos eixos em dispersão, decidimos trazer para o corpus desta pesquisa aquele que possui um fator de relevância identitária para onde os rios se localizam. Em relação à práxis dessa pesquisa, é possível acionar a temática dos povos originários sendo desenhada em dois grafites que estão dispostos ao longo do igarapé da Paciência; deles, aqui analisaremos somente um – o abre-alas/o primeiro grafite que integra a primeira galeria de arte a céu aberto da Amazônia.

Imagem 72 – Indígena no furo da Paciência

Foto: Robert Freitas

A construção do espaço amazônico, a partir de nossas materialidades, permitiu que discursos fossem visibilizados em detrimento de outros que pouco se visibilizaram. Ao considerar o grafite enquanto materialidade discursiva, enxergamos, na imagem 72, um discurso que enuncia um indígena imerso a configurações geométricas e envolto a camadas de cores multicromáticas, as quais surgem como metáfora da floresta amazônica. Imerso aos processos de formação do povo brasileiro, os indígenas representaram, durante o século XVI e XVII, uma etnia que se sustentou em cima do viés da resistência às formas de dominação europeia na antiga colônia de Portugal.

A floresta Amazônica, em Belém do Pará, era e é morada de diversas comunidades indígenas que residiam e ainda residem na região. Logo após as políticas exploratórias do território nacional, os europeus, por meio de frotas marítimas comandadas por Francisco Caldeira Castelo Branco, chegaram à costa de Belém, no início de 1616. Apesar de alguns registros apontarem para cenários de exploração que datam de 1560, segundo Coelho (2011), nos primeiros anos de exploração, os gigantismos da floresta causavam fascínio nos europeus que vieram colonizar as áreas que conhecemos hoje como Belém e suas adjacências (ilhas).

A ideia de novo mundo ou mundo desconhecido residia sobre as florestas alagadas das ilhas de Belém; aqui, mais precisamente sobre a ilha do Combu. Meira Filho (2015, p. 62) ilustra que as grandiosidades da floresta “Dominavam o homem em seu contato, diminuindo-o,

tornando-o um ser inexpressível diante das mínimas dimensões a que ficava reduzido, desencorajado para lutar e vencer aquele mundo incalculável de mistério e de riqueza.” Os indígenas encontravam na floresta e nos canais os quais permeavam, rotas e caminhos que permitiam instaurar fugas aos contextos de dominação portuguesa, isto, por serem os únicos a reconhecerem as dimensões dessas territorialidades.

É possível visualizar tais acontecimento diante da seguinte citação:

Grande parte dos Tupinambá que vivia nesta região hoje denominada de Belém e nas adjacências, morreu ainda no século XVII, quando entrou em contato com os europeus. Muitos fugiram para dentro da floresta e formaram novas sociedades ou se integraram às que já existiam, mas uma parte foi incorporada à recém-fundada cidade (NEVES, 2022, p. 201).

O indígena grafitado faz alusão aos tupinambá, primeiros moradores de Belém e das ilhas da capital. E nessa referência, sua materialidade reforça consagrações de sentido em torno de uma virilidade constitutiva dos povos originários que residiam na Ilha do Combu, no início do século XVII. A indumentária representativa dos combates e rituais que as etnias realizavam, somente se efetivavam em função de uma sabedoria adquirida a partir do contato direto com a natureza.

A feição de tristeza do indígena grafitado é colocada dentro de um caminho de sentido que responde aos mecanismos de um dispositivo colonial que utiliza de técnicas de dominação para apagar, dizimar, segregar, saberes, culturas e línguas. dentro de uma relação hierárquica de poder que durante séculos inferiorizou a figura dos silvícolas frente à ambição portuguesa numa terra que a eles não pertenciam.

A resistência surge no ponto em que a cultura do indígena é suplantada pela forma de ver e conceber o mundo pelo ponto de vista do homem branco e isso se atualiza com um acontecimento que retorna 400 anos depois, na forma de enunciar os saberes das ilhas de Belém a partir da perspectiva do projeto Street River, em que o poder se disfarça no momento em que a possibilidade discursiva de pintar o indígena recai sobre a condição do artista que sendo de fora do estado se apropria do discurso e assume a proposição de enunciar aquele que durante séculos viveu ali: o indígena. O Combu de hoje é uma herança dos ancestrais Tupinambá que nessas territorialidades viveram e se fizeram resistentes a um domínio branco-europeu.

O indígena, mesmo quando representado na tela de um grafite, não tem o direito a produzir o discurso da representação, novamente, um acontecimento discursivo, como ilustrado

por Gregolin (2011), retorna com força para enunciar modos de dizer, vestir, grafitar o/pelo indígena. As marcas de uma história de resistência são faladas pelas materialidades de um grafite pintado por não indígenas. Dessa forma, o modo de representação é tecido pelo outro e não pelos povos originários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As espacialidades se consolidam discursivamente e constroem a cidade de Belém/o espaço amazônico. O discurso penetra nas espacialidades e as constituem de modo heterogêneo. Pensar a cidade de Belém a partir dos rios que a banham é olhar para uma necessidade de compreensão: enxergar a Amazônia sendo construída não pelo olhar que vai do continente às ilhas, mas pelo contrário, de pensar esse território que por vezes se coloca distante do eixo sul do Brasil sendo constituído pelos saberes, pelas práticas e pelo que se vive nos rios que há nele. Belém, nessa pesquisa, é sinônimo de Amazônia e por conta disso ressalta-se a importância dessa grande cidade para a formação do maior lugar singular do planeta: o espaço amazônico.

Esse trabalho é um grande documento cartográfico-discursivo que permitirá com que os rios falem, enunciem, digam o que se produz, o que há e o que se opera neles. Pelas águas, modos de vida são mobilizados e compreendidos a partir de saberes únicos de existência e que em alguns cenários surgem como meios de sobrevivência para os que vivem e transitam pelo rio. Nessa pesquisa, o itinerário que percorremos para chegar até aqui foi exclusivamente para revelar uma Amazônia que se veste pelas águas.

Compreender a Amazônia dentro de um empreendimento que a enxerga de modo colonial, permitirá perceber que a história, a política, a geografia, assim como a economia assoalharão mecanismos que serão inseridos nessas espacialidades amazônicas, de modo profundo, para modificar ações e maneiras que existir sobre tais lugares. Muitos veem a região como motor e impulsionador de uma economia eminente e potente, outros somente a enxergam por meio de encantamentos e discursos empreendidos de suntuosidade. Porém, poucos a olham; um olhar para além da contemplação; um olhar que chega a visualizar sujeitos singulares em uma região única e ao mesmo tempo tão plural.

Essa é uma pesquisa do Olhar. Este que rompe a ideia do simples enxergar-se e que percebe atuações e maneiras de existir e que não são percebidos por aqueles que somente veem a Amazônia das águas ou apenas a enxergam. Num percurso que vai de encontro à concepção de que a Amazônia é um território distante, este trabalho atua como um documento que dá luz a pontos de interligação entre espacialidades e maneiras de agir. Pois os territórios se entrecruzam por rios que surgem como fios que costuram lugares em proximidade e distanciamento. Das distâncias às proximidades, a grande Amazônia firma-se como: A Amazônia em dispersão e regularidades fluentes e tensas.

Por sermos da Amazônia, essa pesquisa nos toca, pois responde à grande indagação Foucaultiana: Quem somos nós hoje? Num espaço marcado por disputas de poder (margens dos

furos), numa cidade macro (Belém), num lugar entre o rio e a floresta (palafita), numa região rica e construída por quem não vive nela (turismo do Combu), num espaço deslizante (embarcações), num lugar alagado (floresta), numa territorialidade invadida (Belém Continental/Belém dos Rios), num movimento sócio-histórico que diz por nós quem somos (Street- River). Permutados por tudo isso, quem somos nós?

Essa pesquisa serviu para dizermos que somos vestidos por um programa de apagamento de culturas e modos de agir (colonialismo no turismo nos/dos furos); que Belém, além de ser macro, é micro, pois surge movida por peculiaridades regionais que movimentam as madrugadas da cidade (venda de açai do Ver-o-Peso); que a palafita é materialidade discursiva de um dizer que não é dito, efetivamente, por quem mora na residência, mas sim por quem grafitou sobre ela (grafiteiro do sudeste/sul do Brasil); que a região que se desenvolve economicamente pelas margens dos rios subalterniza saberes e sujeitos (moradores que trabalham nos bares, hotéis e restaurantes ao longo dos rios); que há marcas de uma colonialidade que não é perceptiva aos olhos de quem vê e enxerga a cidade, mas só são percebidas pelos olhares daqueles que olham as espacialidades dispostas sobre sua frente.

Os saberes e os poderes se espacializaram ao longo desta produção, postos em lugares de imbricamento e compreendidos dentro de um fator de tempo que os ajustam e definem formas de aparecimento do que as águas autorizam aparecer. As ilhas são espaços que firmam um projeto empreendido pela Europa, que moldam posturas no próprio lugar onde se firmam e respondem a essas imposições observando/articulando/tensionando-se com maneiras de se lidar com a terra, rio e mata de um modo distinto do que os empresários utilizam as margens dos rios da região.

As condições de funcionamento das águas operam relações de sentido para uma Belém múltipla; as culturas que surgem dessa região são preenchidas pelos sentidos que se desvelam dos rios e marés de água barrenta. Para Foucault (2006), o navio é a heterotopia por excelência, por se justapor a lugares e por funcionar de modo distinto a cada porto que se atraca. Na Amazônia, o navio se metamorfoseia em distintas formas de heterotopias que atuam sobre as águas. As canoas, barcos e rabetas, deslizam-se em localidades que, segundo Certeau (2008), são operadas por meio de fatores de ordem e movimento.

Para Foucault (2020), um enunciado sempre é margeado por outros enunciados que se alinham em sistemas que criam e recriam o que é dito. Nessa produção, vimos que um conjunto deliberado de enunciados imagéticos forma identidades para um Combu vasto e, ao mesmo tempo, integrado entre a cidade e a floresta. Para Canclini (2006), mobilizamos nossas ações e nossas existências por meio de tendências que se conflitam entre aquilo que a globalização

autoriza e as identidades que nos atravessam. Isso pode ser muito bem visualizado nas páginas desse trabalho ao vemos que a zona rural da Belém continental é tecida pelas ilhas, logo, é possível notar que um conjunto de ações são operadas nos rios, principalmente aos fins de semana, se dão pela busca por aquilo que os próprios rios dispõem e representam aos que são da capital: empreendimentos que fornecem a ideia de refúgio e tranquilidade num espaço não distante da capital. Porém, é pertinente se questionar até que ponto as intervenções urbanas interferem no modo de agir de quem não vive na cidade, e sim na ilha?

Desse modo, não somente o turismo é operado na região das ilhas como mecanismo que realinha o modo como os sujeitos das ilhas lidam com sua cultura. O projeto Street- River surge como ponto de intervenção aos olhares de quem idealiza e participa do projeto enquanto grafiteiro; mas as cores instauradas nas paredes das casas nos direcionam a um cenário em que os sujeitos que residem possuem os seus discursos emudecidos pelos traços que pintam e que são imprimidos sobre suas residências. Os enunciados grafitados, por não serem as vozes dos povos das ilhas, marcariam uma substituição de voz e, também, um apagamento daqueles que vivem nas margens? Se sim, seriam uma nova forma de aparecimento e de atualização do dispositivo colonial?

Notamos que o poder se imbrica em lugares que, aos olhos dos que veem e enxergam a cidade, torna-se imperceptível. Entretanto, olhar para a operacionalização desse projeto de apagamentos e silenciamento nos permitirá construir e possuir uma postura crítica diante do que é assistido aos olhos de quem descortina a floresta alagada e enxerga para além dela. É preciso olhar para podermos perceber o que a floresta guarda e o que nela resiste; porque o dever nosso enquanto analista é poder perceber em meio a aparente homogeneidade do que é apresentado e discursivizado, as heterogeneidades discursivas e o poder agindo em meios aos saberes que ora se efetivam, ora se apagam.

Pelas heterotopias desveladas das águas, há mundos e cenários que são aprofundados se direcionarmos a estes espaços nosso olhar que revela os silenciamentos, sentidos escondidos e sujeitos em apagamento. Há muitas Amazôniaas para além daquela que aparece diante de nossos olhos.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA, Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, 30 de Julho de 2020. Disponível em: <<https://antigo.inpa.gov.br/index.php>> Acesso em: 09/02/22.

ADALCINHA / EDYR PROENCA. BOM DIA, BELÉM. Belém: Da minha terra, 2000. Disponível em: <https://discografia.discosdobrasil.com.br/musica/2697>. Acesso em 23 de Abr. 2023.

BARACUHY, R. Práticas de Governamentalidade e efeitos de Biopolítica em Festas Populares: O Sujeito entre normalizações e resistências. In: BARACUHY, R. GODOI, E. NORONHA, C. (Org) **Cartografias discursivas**. – João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

BESSA-FREIRE, José Ribamar. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia** / José Ribamar Bessa Freire. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 280 p.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**/Néstor García Canclini; tradução Maurício Santana Dias. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. 222 p.

CARVALHO, P. H.V. de.; SARGENTINI, V, M, O. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: JUNIOR, A. F.; SOUSA, K. M. de. (Org.) **Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 23-34.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano: A arte de fazer**. Petrópolis, vozes, 2008.

CUNHA, M.A.D. **Tão longe, tão perto. A identidade paraense construída na mídia do sudeste brasileiro**. 325 f (Tese de doutorado. Área de concentração: Análise do discurso) - Programa de pós-graduação em linguística e língua portuguesa. Universidade Estadual 'Júlio de Mesquita Filho', UNESP-Araraquara, 2011.

COELHO, M, C. A fundação de Belém. 1. ed. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2011.

CORREA, T. M. **INSCRIÇÕES URBANAS: ABORDAGEM SEMIÓTICA**. 213f. (Tese de doutorado. Área de concentração: semiótica e linguística geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

CURCINO, L; PIOVEZANI, C. Fazer, pensar, dizer, olhar: dispositivo de fala pública e de leitura de mídia. In: JUNIOR, A. F.; SOUSA, K. M. de. (Org.) **Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 35-50.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p.155-161.

ERIBON, D. Michel Foucault: uma biografia. 1926- 1984/ Didier Eribon; tradução:Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, C.A. Análise do discurso: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin. Mairi dos Tupinambá e Belém dos Portugueses: encontro e confronto de memórias. In: "O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos" / Maria de Nazaré Sarges, Aldrin Moura de Figueiredo, Maria Adelina Amorim, organizadores. - Belém: UFPA, Cátedra João Lúcio de Azevedo, p. 19-41, 2019. Disponível em: <shorturl.at/bnuwP>. Acesso em 31 jul. 2021.

FOUCAULT, M. (1978) Diálogos sobre o Poder (entrevista com estudantes de Los Angeles: trad. F. Durand-Bogaert) In: Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio.-24. ed.--São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. A arqueologia do Saber/Michel Foucault: tradução Luiz Felipe Baeta Neves.- 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder/Michel Foucault; organização,11ª ed. Introdução e revisão técnica Roberto Machado. - 11ª ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, M. Outros espaços. In FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos volume III). P. 411-422.

FREITAS, R.L.S. As Belém(ns) se reinventam e se multiplicam: entra em cena o grafite. Orientador: Prof. Dr. Marcos André Dantas da Cunha. 104f. Monografia (graduação). Universidade Federal do Pará- Faculdade de Letras de Castanhal- Castanhal (PA), 2015.

"FURO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/furo> [consultado em 07-02-2023].

GAMA-KHALIL, M.M. A terceira margem do rio: a espacialidade narrativa como instigadora do fantástico. In. (Org.) GAMA-KHALIL, M.M; CARDOSO, J. M; REZENDE, R.G. **O Espaço (em)cena**. São Carlos, Editora Clara luz, 2008. P. 61-76.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras, enunciados, visibilidades, subjetividades.** Revista Moara, Belém, n.43, p. 06-25, jan./jun. 2015 Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/issue/view/131/showToc>>. Acesso em 09 fev. 2022.

GREGOLIN, M.R.F.V.; NEVES, I. dos S. **A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções.** Revista Moara, Belém, v. 2, n.27, p. 08-32 Jan./Jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/issue/archive>. Acesso em: 09 fev. 2022.

GREGOLIN, M.R.F.V. **(Entre)vistas com Michel Foucault.** Texto preparado para a disciplina Análise do Discurso – UFAC - Profa. Maria do Rosário Gregolin, para o Programa de Mestrado em Comunicação Linguagens e Cultura -Universidade da Amazônia-UNAMA, 2008.

GITAHY, C. O QUE É O GRAFFITI- São Paulo, Brasiliense, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Revista Geophafia, Niterói, v.9, n. 17, p. 19-46. Fev./Jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 03 ago. 2022.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): Belém (PA)- Cidades. Brasil (2022). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 03 ago. 2022.

KUBOTA, N. A., LIMA, A. M. M. D., Rocha, N. C. V., & Lima, I. F. (2020). **HIDROGEOMORFOLOGIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUAMÁ - AMAZÔNIA ORIENTAL - BRASIL.** Revista Brasileira De Geomorfologia, São Paulo, v. 21 n. 4, p.749-782, OUT /DEZ. Disponível em:<https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/1920/386386513>. Acesso em 04 ago. 2022.

LIUDVICK, C. **Foucault no Brasil**, Revista Cult, São Paulo, 16 de Junho de 2014. Disponível em: <https://revistahcult.uol.com.br/home/foucault-no-brasil/> Acesso em: 01 fev. 2022.

LISBOA, Flávia Marinho. **Língua como linha de força do Dispositivo Colonial: Os Gavião entre a aldeia e a universidade-** 2019. 277f. Tese (Doutorado em letras) Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LOUREIRO, J. de J. P. Meditação devaneante entre o rio e a floresta. In: Simões, M do S. (org.) **Memória e comunidade entre o rio e a floresta**. Belém: Gráfica UFPA, 2000. P. 59-70.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história (1616-1823)** /Augusto Meira Filho; organização Márcio Meira- 2 ed. Belém-PA, M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.

MIGNOLO, W. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** *Revista Scielo*, v. 32, n.94. p.01-18.Jun-2017. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf>. Acesso em 09 fev. 2022.

NAVARRO, P. O. Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino. In: JUNIOR, A. F.; SOUSA, K. M. de. (Org.) **Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 171-193.

NEVES, Ivânia dos S.:**A invenção do índio e as narrativas orais Tupi.** 209 f Tese (doutorado) Orientador: Wilmar da Rocha D'Angelis. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP. 2009.

NEVES, I. dos S. **EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena, Revista Moara, Belém,** v. 1, n.43, p. 26-44 Jan./Jun. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/issue/viewIssue/131/70>. Acesso em: 03 Ago. 2022.

NEVES, I. dos S. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. *Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 178-205, jan.-abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/52550/28678>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NUNES, T. G. **Viver às Margens do Rio: Identidade e pertença na Ilha do Combu/Pa.** Orientadora: Dra. Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2017.

PAULO ANDRÉ & RUI BARATA. ESSE RIO É MINHA RUA. Belém: Continental, 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3naVTkHrk4> s. Acesso em 21 abr. 2023.

PIMENTEL, M. A. da S., SIOLI, H., (1995); Ab'SABER A. N. (2003): Entre rios e igarapés: do uso à representação da água em comunidades tradicionais no Estado do Pará. In: MAURO. C. A. di; ARAÚJO, R. R. de; LEAL, A. C: **Sustentabilidade em bacias hidrográficas [recurso eletrônico]: políticas, planejamento e governança das águas.** 1. ed.-Tupã: ANAP, 2019.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux: tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] – 2 ed. –Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

ROCHA, D. C. ESSE RIO É MINHA RUA: espaços de lazer das crianças ribeirinhas da Ilha do Combu em Belém-PA. Orientador(a): Prof.^a Dr.^a. Simone Rechia. 2021. 125f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Pós-Graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer. Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEBASTIÃO, Tapajós. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.** São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://urlscorta.com/aAKQr>. Acesso em: 29 de maio de 2023. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

SILVA, L. de J. D, da. Pedra, Redes e Malha na Circulação do Pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará. Orientadora: Carmem Izabel Rodrigues. 2016. 268f. Tese (doutorado) Universidade Federal do Pará. Programa Pós-Graduação em Antropologia. Belém (PA), 2016.

SILVA, C. N. da. A presença indígena nos grafites de Belém: entre fraturas e resistências. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ivânia dos Santos Neves. 2017. 119f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Pará. Programa Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM). Belém (PA), 2017.

SOUSA, K. M. de. Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre o medo e o bem-estar. In: JUNIOR, A. F.; SOUSA, K. M. de. (Org.) **Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade.** Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 123-148.